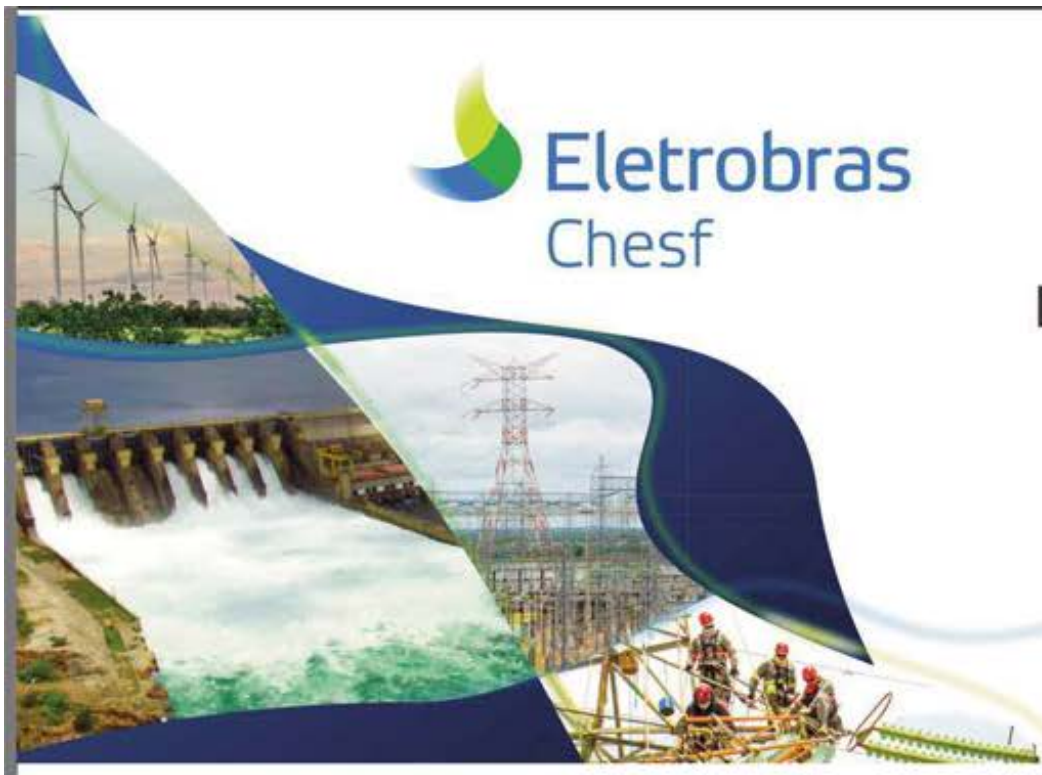


Eletrobras Chesf

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras em 2022

1. Mensagem da Administração

Inauguramos um novo tempo na Eletrobras Chesf. Em 2022, iniciamos o processo de mudança e adequação organizacional que irá redirecionar o rumo da companhia. Concluímos, em junho, a capitalização da Eletrobras, que diluiu a participação direta e indireta da União na composição acionária da organização, desestatizando-a e transformando-a em uma corporação, ou seja, uma companhia sem controlador definido.

A mudança cria um marco na trajetória de 75 anos da companhia, nascida como a primeira empresa pública do setor elétrico do Brasil. A desestatização revoluciona a forma de condução da Eletrobras Chesf, com impactos positivos em nossa capacidade de investimento e, principalmente, na criação de sinergias e oportunidades de negócio que poderão impulsionar o crescimento sustentável das subsidiárias que fazem parte da Eletrobras holding.

Trata-se de uma verdadeira transformação na forma de gestão e na cultura organizacional da companhia. Uma nova etapa em que a mentalidade de todos se volta para a eficiência, para a meritocracia e para a geração de resultados sustentáveis que assegurem a perenidade de nossos negócios, a partir de um novo paradigma de relacionamento com os stakeholders, sempre pautado pela ética, integridade, transparência e em *compliance* com as normas e arcabouço legal de onde atuamos.

Planejamos e implementamos as ações de curto prazo necessárias para adequação de nossos processos e normas e mapeamos os desafios estratégicos da nova Eletrobras Chesf, considerando as tendências do mercado de energia, diante do novo cenário organizacional.

Ingressamos, de fato, em uma nova fase, em que o relacionamento com fornecedores e com colaboradores deixa de ser norteado por regras que regem o funcionamento de empresas estatais, como as leis de licitação ou de realização de concursos para contratação de pessoas, passando a operar de acordo com as práticas de mercado. Isso significa mais celeridade e eficiência para uma série de iniciativas de negócios, renovação e digitalização de nossos ativos de geração e transmissão - todas englobadas em um novo plano de expansão, que abrange, inclusive, o Programa de Modernização das Instalações de Geração, lançado em 2021.

Renovamos, também, nossos marcos estratégicos, lançando olhares de longo prazo e visando ser parte importante da engrenagem da Eletrobras holding, com alinhamento, sinergia e objetivando ganharmos ainda mais protagonismo como um dos maiores players do mercado global de energia sustentável. Na Eletrobras Chesf, seguiremos gerando a partir de fontes renováveis e com baixa emissão de gases de efeito estufa, características de nosso parque - eólicas, solares e hídricas -, além de investirmos em soluções inovadoras como hidrogênio verde, hibridização de plantas e tecnologias para armazenamento de energia.

Com a desestatização, todo esse diversificado parque gerador estará, de maneira gradual, disponível para comercialização no mercado livre de energia. Os novos contratos de concessão de nossas usinas hidrelétricas, assinados após a capitalização, têm duração de 30 anos e preveem a descotização da energia gerada nesses empreendimentos ao ritmo de 20% por ano, com início em 1° de janeiro de 2023.

Adentramos, com a descotização de ativos, em um novo período de relacionamento com o mercado, que nos impõe uma necessidade de ampliação e diversificação da base de clientes, além de maior interação com eles. Essas mudanças requerem um aprimoramento do modelo de negócios e de precificação na companhia.

Em um cenário de concorrência acirrada, seguimos investindo em pesquisa e desenvolvimento e ampliando nosso relacionamento com o ecossistema de inovação brasileiro. Intensificamos as iniciativas com startups e com centros de tecnologia, para encontrarmos soluções modernas e condizentes com o momento em que vivemos, no qual a atuação empresarial necessariamente deve ser dinâmica, adaptativa e sustentável, sempre voltada para enfrentar as mudanças climáticas e promover a preservação do meio ambiente.

Na Eletrobras Chesf estamos prontos para isso. Essa nova fase da companhia começou num momento em que, felizmente, contamos com reservatórios cheios. Tivemos aumento em nossos índices de disponibilidade da geração de energia e obtivemos resultados operacionais e financeiros muito positivos.

Importante registrar nosso agradecimento a todos os colaboradores. Somente foi possível entregar esses resultados em função do profissionalismo, da competência técnica e do compromisso de cada um dos colegas que atuaram juntos.

Nas páginas seguintes, apresentamos de forma detalhada os principais resultados e projetos que desenvolvemos em 2022, considerando seus aspectos e impactos ambientais, sociais e de governança corporativa. Trazemos essas informações como signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e como empresa comprometida com seus dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Dessa maneira, retratamos nosso desempenho do ano e como nos preparamos, com energia renovada, para construir a Eletrobras Chesf do futuro.

Boa leitura,

Fábio Lopes Alves
Presidente da Eletrobras Chesf

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta
Presidente do Conselho de Administração

2. Capitalização das empresas Eletrobras

Em 2022, ano em que completou seis décadas de existência, a Eletrobras passou por um dos momentos mais relevantes de sua história, alterando de maneira significativa a forma como a companhia é gerida: o processo de capitalização da empresa, com o lançamento de mais de 800 milhões de novas ações no mercado e a diluição da participação da União de 51% para 45%.

Em 14 de junho, foi realizada a cerimônia na sede da B3, a bolsa de valores brasileira, em São Paulo (SP), que simbolizou o início da nova fase da Eletrobras. O processo de capitalização, realizado com uma oferta pública de ações, movimentou R$ 33,68 bilhões, com recursos de investidores de diferentes partes do mundo. Contou, ainda, com a inclusão de 370 mil trabalhadores brasileiros na composição acionária da companhia, que participaram da iniciativa aportando, ao todo, R$ 6 bilhões oriundos de suas reservas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A capitalização resultou na privatização da Eletrobras, uma vez que a União deixou de ser majoritária no controle da empresa. Dessa maneira, a companhia se tornou uma corporação, estrutura societária e de gestão organizacional na qual não há um único sócio-controlador. Como consequência, em 17 de junho, foram celebrados com o Governo Federal os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica para 22 usinas hidrelétricas (UHEs), atendendo a todas as condições do processo de desestatização.

3. Perfil da Companhia

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de capital aberto, controlada pela Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Eletrobras Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da produção total de energia em 2022. Este parque gerador tem 10.460,43 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 09 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,0 bilhões de metros cúbicos de água e 14 usinas eólicas.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS	-	**10.262,33**
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
EÓLICAS	-	**198,10**
UEE Casa Nova II	-	32,90
UEE Casa Nova III	-	28,20
UEE Casa Nova A	-	27,00
UEE Acauã	-	6,00
UEE Angical 2	-	10,00
UEE Arapapá	-	4,00
UEE Caititu 2	-	10,00
UEE Caititu 3	-	10,00
UEE Carcará	-	10,00
UEE Corrupião 3	-	10,00
UEE Teiú 2	-	8,00
UEE Papagaio	-	10,00
UEE Coqueirinho 2	-	16,00
UEE Tamanduá	-	16,00
		10.460,43

Parque de Geração da Eletrobras Chesf

Desse sistema de geração, composto por 26 usinas e 12 subestações elevadoras, a Eletrobras Chesf possui um sistema de transmissão com abrangência em todos os estados do Nordeste e composto por 138 subestações (sendo 18 de propriedade de terceiros onde a Eletrobras Chesf possui ativos), representando cerca de 38% das instalações operacionais de transmissão do Grupo Eletrobras, totalizando uma capacidade de transformação de 79.193,67 MVA (geração + transmissão), além de 21.999,32 km de linhas de transmissão de corrente alternada, nas tensões de 500, 230, 138 e 69 kV, que tem a finalidade de transportar tanto a energia gerada pelas usinas próprias quanto a recebida do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPE.

4. Composição Acionária

O Capital Social da Eletrobras Chesf, no montante de R$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% à União Federal, 0,075% à demais acionistas.

5. Relacionamento com Acionistas

A Eletrobras Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.com.br, link "*Investidores*". A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

6. Conjuntura Econômica

Após os ajustes impostos às cadeias produtivas globais pela pandemia de Covid-19 em 2020 em função das medidas adotadas para a contenção da disseminação do vírus, a retomada em curso desde meados de 2021 encontra limites à plena expansão em virtude tanto dos impactos do choque inicial da pandemia que ainda reverberam no ambiente econômico como de políticas econômicas que precisam equacionar a pressão inflacionária da reaceleração do consumo devido ao relaxamento das restrições de mobilidade, pelo lado da demanda, e da guerra na Ucrânia, pelo lado da oferta. No Brasil, a política monetária contracionista praticada pelo Banco Central do Brasil (BCB) ao longo de 2022 por meio da elevação da taxa básica de juros (Selic) teve participação na contenção da inflação do ano, mas seus efeitos de contenção também sobre o crescimento econômico e a dinâmica do mercado de trabalho começam a ser percebidos.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerrou 2022 em 5,79%. Apesar de inferior ao patamar de fechamento de 2021 (10,06%), o índice extrapolou pelo segundo ano consecutivo a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (3,5%, com teto de 5%). Em carta aberta publicada em 10 de janeiro de 2023, o BCB caracterizou a retomada dos serviços e do emprego devido ao arrefecimento da pandemia de Covid-19 e a elevação do preço das commodities, em especial o petróleo, como principais fatores para a ultrapassagem da meta de inflação em 2022. Por outro lado, a autoridade monetária reconheceu como principais freios da inflação a elevação da taxa de juros por ela praticada, as condições favoráveis de geração de energia – sinalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da migração da bandeira tarifária de escassez hídrica para a bandeira verde em meados de abril – e a desoneração dos combustíveis.

Como resultado da elevação da taxa de juros com a finalidade de conter a inflação por meio da contenção da demanda, a economia brasileira cresceu em 2022 de maneira mais modesta quando comparada a 2021. De acordo com o IBGE, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) encerrou o ano em 2,9%, inferior ao crescimento de 4,6% registrado em 2021. A elevação dos juros aumenta o custo dos financiamentos, reduzindo, pela ótica da indústria, o consumo de bens de capital (maquinário) e, consequentemente, a produção, e redirecionando, pela ótica das famílias, o consumo para o setor de serviços – consumo este já comprometido pelo endividamento passado e pela inflação dos alimentos.

No mercado de trabalho, foi registrado o segundo declínio consecutivo do nível de desemprego depois do forte choque sofrido em 2020 em decorrência das medidas de contenção da pandemia de Covid-19. Após cair de 13,5% em 2020 para 11,1% em 2021, a taxa de desemprego encerrou o ano em 7,9%, o menor patamar anual desde 2014. O desempenho do mercado de trabalho acompanha a retomada do crescimento da economia iniciada em 2021 e ainda não reflete os efeitos da elevação da taxa de juros sobre a atividade econômica, pois existe uma defasagem na repercussão desse impacto entre os setores produtivos que só deve ser percebida integralmente em 2023, ano para o qual o Banco Itaú projeta, em boletim emitido em 13 de janeiro de 2023, que a taxa de desemprego avance para 8,5%.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

No setor elétrico, o processo de capitalização da Eletrobras foi concluído em junho de 2022. Publicada em 12 de julho de 2021, a Lei Federal nº 14.182 abriu caminho para a desestatização da Eletrobras condicionada à outorga de novas concessões de geração de energia elétrica. Em 14 de junho de 2022, o processo de Capitalização foi concluído na Bolsa de Valores de São Paulo e, em 17 de junho de 2022, foram celebrados os novos contratos de concessão cujo objeto é o conjunto de Usinas Hidrelétricas constantes do Anexo I da Lei. Na Eletrobras Chesf, as usinas afetadas foram Boa Esperança, Xingó, Luiz Gonzaga, Complexo Paulo Afonso, Funil, Pedra e Sobradinho, cuja concessão passa a vigorar por 30 anos a partir da data de assinatura do novo contrato. Além disso, a Eletrobras Chesf realizou R$ 1,6 bilhão em investimentos em 2022, um crescimento de 51% em relação a 2021 que reflete os esforços da Companhia na retomada das atividades pós-pandemia e na agregação de instalações ao sistema elétrico brasileiro. Desse total, 66,4% foram dedicados à Transmissão, 23,3% à Geração e 10,3% à Infraestrutura

7. Governança Corporativa

7.1 Assembleia Geral de Acionistas

O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral de Acionistas, cujas principais funções são:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração global e especifica dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas, abertura ou alteração do capital social, venda de valores mobiliários, se em tesouraria, venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- deliberar sobre operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa, sobre permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- deliberar sobre reforma do Estatuto Social;
- deliberar sobre autorização para a empresa mover ação de responsabilidade cível contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;
- deliberar sobre eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas;
- deliberar sobre avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e
- deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

7.2 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem caráter não permanente, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, sendo seus membros todos domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de um ano, sendo permitidas reeleições.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização de atos de gestão e dispõe de Regimento Interno que norteia seu funcionamento.

O Conselho Fiscal se reuniu mensalmente até o final de 2022. Em função da alteração do Estatuto Social ocorrida em 31/10/2022, o Colegiado decidiu manter a frequência mensal até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2023. A partir de então, quando instalado, reunir–se–á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

7.3 Administração

A Eletrobras Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, ambos com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social.

O Conselho de Administração, órgão colegiado superior da Companhia, é formado por até cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições, incluindo-se um conselheiro eleito representante dos empregados.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletrobras Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos.

O Conselho de Administração se reuniu mensalmente até o final de 2022. Em função da alteração do Estatuto Social ocorrida em 31/10/2022, a partir de 2023, o Colegiado reunir–se–á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração conta com o assessoramento de Comitês da Eletrobras, nos termos e limites fixados pela Eletrobras.

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Companhia, sendo constituída por um Diretor-Presidente e até cinco Diretores, respeitando o mínimo de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições.

Reúne-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente.

7.4 Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - CPES tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pelas empresas do Sistema Eletrobras, concernentes aos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração de membros da administração e conselheiros fiscais.

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários - CAE, com atuação extensiva às empresas controladas, tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre trabalhos de auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos e gestão de riscos e gestão financeira, conforme previsto em Regimento Interno.

7.5 Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações da Eletrobras Chesf. Atua no diálogo com os diversos públicos de relacionamento, de modo que as manifestações induzam à contínua melhoria dos serviços prestados pela Eletrobras Chesf e de seus processos.

O acesso é assegurado por meio de formulário eletrônico no Portal Eletrobras Chesf – Sistema de Ouvidoria, por e-mail, telefone, atendimento presencial ou carta. Em todas as formas de contato, conteúdo da mensagem é tratado com seriedade, isenção e de forma reservada. Todas as manifestações, independentemente do meio de contato, são registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU.

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras e às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

No ano de 2022, foram recebidas 417 manifestações no Sistema de Ouvidoria, sendo 196 solicitações, 194 reclamações, 17 sugestões e 10 elogios.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), integrado à Plataforma Fala.BR da Controladoria Geral da União – CGU, recebeu até junho/2022, 41 pedidos de acesso à informação com base na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11).

Em junho de 2022, foram atendidas todas as condições para o processo de desestatização da Eletrobras previstas na Lei nº 14.182/21, incluindo o pagamento do Valor Adicionado à Concessão – VAC e assinatura dos contratos de concessão, a Eletrobras Chesf – subsidiária da Eletrobras – perdeu a condição de sociedade de economia mista, não mais integrando a Administração Pública.

Portanto, passou a Eletrobras Chesf a ser regida integralmente pelo regime de direito privado e, por conseguinte, não mais sujeita à LAI e aos normativos da Ouvidoria Geral da União - OGU e Controladoria Geral da União - CGU.

No mês de setembro de 2022, a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade – DC da Eletrobras promoveu a racionalização do processo de tratamento de manifestações na holding, com foco em oportunidades de sinergia e de qualidade, buscando reduzir prazos no tratamento das demandas e fortalecer os reportes ao Conselho de Administração e a prestação de contas para todos os públicos.

Desse modo, as denúncias recepcionadas pelo Canal de Denúncias Eletrobras, passaram a ser geridas pelo Departamento de Tratamento de Manifestações (DCCM), vinculado à DC da holding.

O Canal de Denúncias continuou a ser operado por empresa externa especializada na captura e gestão do tratamento de denúncias, contratada para esse fim.

O Canal de Denúncias centraliza todas as denúncias que envolvam conduta antiética, irregular ou ilegal. As denúncias podem ser registradas de forma anônima, com reserva de sigilo ou identificada (com proteção da identidade do denunciante). Ao fazer o registro, o denunciante recebe um protocolo e senha para acompanhamento do tratamento do caso até sua efetiva conclusão.

Em 2022, foram registrados no Canal de Denúncias da Eletrobras 62 registros válidos, relacionados à Eletrobras Chesf, incluindo fluxo normal, alta hierarquia e conflitados. Sendo concluídas um total de 56 denúncias.

7.6 Apuração de Denúncias e Infrações

O Departamento de Apuração de Denúncias e Infrações – DPAD, criado em outubro de 2019 e atualmente subordinado hierarquicamente ao Diretor Presidente da Eletrobras Chesf, tem como atribuição precípua atender às demandas recebidas do Departamento de Tratamento de Manifestação - DCCM, sediado na holding, realizando a denominada fase interna da apuração de denúncias e de infrações ao Programa de Integridade, às normas, contratos e manuais e/ou legislação que envolvam colaboradores da Eletrobras Chesf. Os resultados das apurações realizadas pelo DPAD são materializados em relatórios que são encaminhados para ao DCCM. As eventuais recomendações contidas nesses relatórios são encaminhadas para atendimento pelas áreas responsáveis na Eletrobras Chesf. Em 2022, a área de apuração da Eletrobras Chesf recebeu 49 denúncias, tendo sido apuradas 46 delas, sendo 11 consideradas procedentes. Os tipos de incidentes associados foram: duas infrações éticas; um assédio moral; um desvio de material; uma infração a normas internas; uma violação a leis trabalhistas; uma violação a leis ambientais; duas irregularidades em licitações e duas irregularidades em contratos.

7.7 Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Eletrobras Chesf, vinculada ao Conselho de Administração, tem por finalidade verificar a adequação, a eficiência e a eficácia dos sistemas de controles internos, em observância à legislação e aos atos normativos internos e externos, bem como o cumprimento dos planos, metas, objetivos e políticas definidos pela empresa. Consiste em uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização, por meio da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A estrutura da Auditoria Interna da Eletrobras Chesf é composta pela Superintendência de Auditoria e por dois departamentos: Departamento de Auditoria Interna e Departamento de Atendimento aos Órgãos de Controle.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. O PAINT/2022 foi elaborado em conformidade com os instrumentos normativos e estatutários vigentes no final do exercício de 2021. Assim, em consonância com as determinações normativas, o PAINT/2022 foi submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE para análise e aprovação.

No exercício de 2022, a Auditoria Interna concluiu 28 Relatórios ou Informações Técnicas de Auditoria, nos quais foram registradas 96 recomendações. Todos os relatórios foram encaminhados à gestão da Companhia, para o desenvolvimento de ações em atendimento às recomendações emitidas, e disponibilizados aos Conselhos de Administração e Fiscal. O atendimento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna é acompanhado pela gestão da Companhia e por esses colegiados.

Ao final do exercício, esse quantitativo de Relatórios e Informações Técnicas emitidas representou um percentual de 97% de execução das atividades de auditoria programadas no PAINT/2022, restando 3 atividades remanescentes em revisão gerencial dos resultados encontrados, com conclusão e emissão dos Relatórios de Auditoria correspondentes previstas para ocorrerem no início de 2023. Além disso, no que tange ao acompanhamento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, também ao final do exercício, não existiam recomendações pendentes de implementação de planos de ação para atendimento, ou seja, todas as recomendações emitidas no exercício haviam sido atendidas ou se encontravam no prazo estipulado para atendimento. Com relação aos benefícios financeiros e não financeiros, advindos da atuação da unidade de Auditoria Interna, foi registrada durante o exercício uma recuperação de valores ou de gastos evitados à Companhia no montante aproximado de R$ 1,5 milhão e implementadas 42 recomendações relacionadas a benefícios não financeiros.

Ainda, em virtude do processo de capitalização e do consequente estabelecimento de novas diretrizes pela governança da Eletrobras, as unidades de Auditoria Interna do Grupo Eletrobras vêm intensificando esforços para atuarem de maneira mais integrada. Nesse sentido, pioneiramente foi desenvolvido para o próximo exercício um Plano Anual de Auditoria Interna corporativo, apresentando uma visão global do serviço de auditoria, mediante informações consolidadas da *holding* e das controladas.

7.8 Sustentabilidade Empresarial

A Eletrobras Chesf é uma companhia que opera sob a ótica ESG, desenvolvendo iniciativas de forma integrada e com avaliações completas dos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Priorizamos ações e projetos que contribuam para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). No Plano Estratégico 2020-2035 das empresas Eletrobras e no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2022-2026, definimos nove ODS como prioritários e que têm seu desempenho reportado neste relatório. São eles:

Temos um Comitê de Sustentabilidade Empresarial, formado por representantes de todas as diretorias da Eletrobras Chesf, que se reúne mensalmente e é coordenado pelo presidente da empresa. Atua para assessorar a governança e a gestão da companhia em relação à sustentabilidade, bem como estimular e criar mecanismos para alcançar seus objetivos.

As ações de destaque em 2022 foram:

- Monitoramento de ações para desenvolver e implantar o Sistema de Gestão de Energia em Edificações Corporativas, por meio da Comissão Interna de Conservação de Energia;
- Monitoramento trimestral, nas reuniões do Comitê de Sustentabilidade, dos Projetos de Sustentabilidade 2022 e dos Indicadores Estratégicos da Agenda 2030, do PNG;
- Monitoramento dos Indicadores Complementares da Agenda 2030, feito, também, trimestralmente nas reuniões do Comitê de Sustentabilidade. Em 2022, a Eletrobras Chesf iniciou esse monitoramento mais amplo, visando melhor acompanhamento de indicadores;
- Apresentações do EAD Sustentabilidade Empresarial;
- Além de apresentações sobre os projetos: Coleta Seletiva; Veículos Elétricos; Projetos Sociais (Edital 2021);
- Agenda de treinamentos ESG.
- Desempenho global no ISE acima da meta, com destaque para a evolução da dimensão Capital Humano.

A Companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso - COP, aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, ao Compromisso da Eletrobras com Mudanças Climáticas, ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, ao Compromisso Empresarial pela Segurança Hídrica e a Carta Aberta - Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil elaborada pela IEC; ao Programa na Mão Certa, da Childhood Brasil.

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, em linha com as orientações do Relato Integrado - IR e com os padrões GRI Standards, disponível no link https://sustentabilidade2022.chesf.com.br. Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do Dow Jones Sustainability Index - DJSI e do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3.

7.9 Gestão de Riscos e Controles Internos

O processo de gestão de riscos na Eletrobras Chesf vem evoluindo ao longo dos anos, com o aperfeiçoamento contínuo da metodologia e o envolvimento cada vez maior da alta administração e das áreas proprietárias dos riscos, que atuam com apoio da área de gestão de riscos para aplicar as melhores práticas de gerenciamento de riscos e agregar valor aos seus processos.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel fundamental na gestão de riscos, aprovando os documentos e as diretrizes que orientam o processo e mantendo o acompanhamento sistemático dos resultados das análises de riscos.

Os princípios e diretrizes da gestão de riscos estão estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que vem sendo continuamente aprimorada e está em conformidade com as regulamentações aplicáveis e com as melhores práticas de mercado. A Política estabelece que deve ser realizada uma avaliação anual de maturidade em gestão de riscos nas empresas Eletrobras, por meio de um modelo adaptado do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. O indicador de maturidade em gestão de riscos foi avaliado em 2022 por uma consultoria independente e permitiu identificar as dimensões da gestão de riscos que já estão bem consolidadas na Eletrobras Chesf e os pontos de melhorias que serão endereçados no próximo ciclo, visando ao contínuo aprimoramento. Essa iniciativa demonstra a evolução do processo de gestão de riscos, que é um importante instrumento para apoio à tomada de decisão pela alta administração e contribui para o fortalecimento da governança corporativa e para a criação de valor no longo prazo.

Além das atividades desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos corporativos, o ambiente de controles internos da Eletrobras Chesf é monitorado e fortalecido por meio da Certificação SOx, que abrange testes de controles realizados anualmente pelas auditorias interna e externa, para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, necessária para que a holding mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE. A Certificação SOx também contribui para o aprimoramento dos processos empresariais, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia e identificar pontos de melhoria.

A cada ciclo de Certificação SOx, é estabelecido um programa de remediação das deficiências (gaps) apontadas pelas auditorias interna e externa no ciclo anterior, com planos de ação definidos pelos gestores responsáveis e monitorados de forma permanente pela área de controles internos, que realiza reportes sistemáticos para a alta administração da Eletrobras Chesf. Em 2022, foram realizadas reuniões mensais com os gestores de todas as Empresas Eletrobras envolvidos na Certificação SOx, sob coordenação da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade da holding, para acompanhamento do cronograma e reforço das ações necessárias para cumprimento dos requisitos da Certificação, assegurando assim a transparência do processo e o forte comprometimento dos gestores na melhoria do ambiente de controles internos da Companhia.

Tanto o processo de controles internos quanto o de gestão de riscos são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras - CAE, de forma consolidada pela holding, uma vez que o CAE é responsável pela supervisão desses temas em todas as empresas Eletrobras e emite diretrizes para alinhamento e melhoria dos processos.

7.10 Gestão da Ética e Integridade

A Eletrobras Chesf adota o Código de Conduta da Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes, e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos na Companhia, bem como no relacionamento dos seus colaboradores com o público externo. O Código é o principal documento norteador do Programa de Integridade, que abrange também diversas políticas e procedimentos de integridade aplicados de forma padronizada nas empresas do grupo, com o objetivo de prevenir, detectar e remediar situações de fraude e corrupção e de infração às normas de conduta e aos regulamentos internos.

O Programa é gerido pelas áreas de integridade das empresas, que formam a Comissão Diretiva de Compliance (CDC), seguindo as diretrizes definidas pela Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras. Também é chamado de Programa Eletrobras 5 Dimensões, pois está estruturado em cinco dimensões voltadas para: o desenvolvimento de um ambiente de gestão empresarial focado em *compliance*; a avaliação periódica de riscos de fraude/corrução; a estruturação e implantação de políticas e procedimentos; a promoção interna das atividades de comunicação e treinamento; e o monitoramento contínuo do programa, incluindo a aplicação de penalidades e medidas de remediação.

Anualmente, no contexto do Plano Integrado de Comunicação e Treinamento do Programa de Integridade, a área de integridade, em parceria com as áreas de educação corporativa e de comunicação, promove ações educacionais e de comunicação que buscam desenvolver os temas relacionados a ética e integridade na cultura da Companhia. Em 2022, foi lançada mais uma edição do curso anual *online* de ética e integridade para todos os colaboradores das empresas Eletrobras, bem como uma ação educacional direcionada para a alta administração. Adicionalmente, foram realizadas outras iniciativas na Eletrobras Chesf, como palestras para gestores e fiscais de contratos.

Em dezembro de 2022, foi realizada a Semana de Integridade e Ética das Empresas Eletrobras, evento anual que tem como público-alvo todos os colaboradores e aborda temas importantes, com palestrantes externos, para o fortalecimento da cultura de ética e integridade.

Considerando, ainda, o objetivo do Programa de Integridade de disseminar os principais conceitos e diretrizes de forma ampla para os diversos públicos de relacionamento, foram enviados materiais sobre o tema integridade para sensibilização de terceiros, como fornecedores, empresas patrocinadas e parceiros em Sociedades de Propósito Específico (SPE).

Até setembro de 2022, a Eletrobras Chesf também contava com uma Comissão de Ética, que teve como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, por meio da realização de ações de comunicação e capacitação, além do atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração das denúncias recebidas. A extinção da Comissão em 2022 foi decorrente da capitalização da Eletrobras, pois o seu funcionamento estava vinculado a um decreto federal aplicável a órgãos públicos e empresas estatais, e suas atividades foram redirecionadas para as unidades organizacionais que já estavam estruturadas para incorporar essas funções, a área de Integridade Corporativa e a área de Apuração de Denúncias. Antes de finalizar suas atividades, a Comissão de Ética realizou diversas ações durante o ano que buscaram desenvolver os temas relacionados a ética, integridade, prevenção ao assédio moral e sexual, gênero e raça, direitos humanos, mediação de conflitos e escuta transformadora. Durante o ano foram recebidas 49 consultas; realizadas ações para 100 colaboradores terceirizados; realizadas 04 palestras para o público interno com os temas "Ética no dia a dia", "Ética e Direito na fiscalização dos contratos", "Quem é você nas redes sociais" e "Ética para supervisores do Programa Jovem Aprendiz", reforço e divulgação interna do "Minuto da Ética", em parceria com a Comissão de Etica Pública, bem como a divulgação de atualização do Protocolo de medidas sanitárias e procedimentos para o enfrentamento ao covid na Eletrobras Chesf, em conjunto com a Ouvidoria.

Destaca-se também, em 2022, a adesão da Eletrobras Chesf ao Movimento Transparência 100% do Pacto Global, que envolve o compromisso de cumprir 5 metas de transparência até 2030, abrangendo os seguintes temas: relacionamento com a administração pública, transparência da estrutura de *compliance* e de governança da Companhia, critérios de remuneração da alta administração, treinamento da cadeia de valor de maior risco no tema integridade e transparência sobre o canal de denúncias. Foi realizada também a adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção do Instituto Ethos, que tem o objetivo de unir empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção.

7.11 Planejamento Empresarial

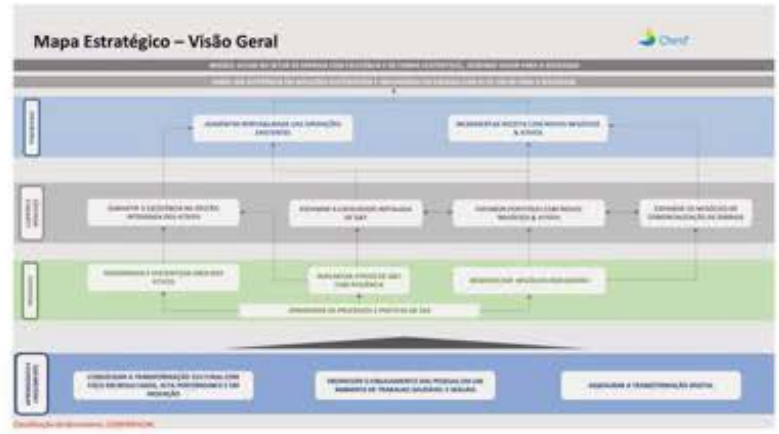
O Planejamento e Gestão Estratégica da Eletrobras Chesf é um processo dinâmico e robusto, fruto de um trabalho colaborativo, resultante da atuação integrada e do engajamento de todas as Diretorias, das lideranças estratégicas e dos principais stakeholders da companhia. Esse processo é composto por várias etapas que abrangem todo o ciclo PDCA, desde a concepção da estratégia empresarial, seu desdobramento em todos os níveis da organização, sua implementação, monitoramento, controle e revisões periódicas do modelo estabelecido.

A etapa inicial consiste na formulação estratégica, que contempla a definição da identidade empresarial (seu propósito, visão e valores); a avaliação de cenários, considerando fatores dos ambientes interno e externo que influenciam o desempenho da empresa; e a consequente definição dos objetivos, metas e iniciativas estratégicas da companhia, sob uma visão de longo prazo. Essas informações são representadas no principal produto dessa etapa, o Mapa Estratégico da empresa. A partir da consolidação do Mapa, as estratégias são implementadas por meio de iniciativas e projetos, viabilizadores e alavancadores dos objetivos estratégicos, que são periodicamente monitorados e avaliados de forma a garantir a execução e o bom desempenho empresarial e o alcance das metas estabelecidas. Para tanto, são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) com a alta gestão da Empresa, nas quais são estabelecidas ações preventivas e/ou corretivas para eventuais desvios identificados. A última etapa do processo de Planejamento e Gestão Estratégica consiste na revisão periódica do modelo estabelecido, visando ao aprimoramento da gestão empresarial, bem como à melhoria contínua do desempenho e resultados organizacionais.

Diante das mudanças ocorridas nos cenários nacional e global do mercado de energia, com impactos significativos nos ambientes interno e externo da Eletrobras Chesf, e da necessidade de uma visão estratégica de longo prazo, visando ao crescimento sustentável da empresa, a Eletrobras Chesf vem implementando um trabalho de reposicionamento estratégico, em sintonia com as diretrizes e políticas da Holding. Como resultado desse trabalho, foi construído o Mapa Estratégico 2021-2031da Eletrobras Chesf, com horizonte de 10 anos, que estabelece os principais norteadores e desafios estratégicos da companhia, frente ao novo contexto empresarial de modelo privado de gestão, considerando as tendências do Setor Elétrico.

O Planejamento Estratégico é elaborado em consonância com o Plano Estratégico de longo prazo da Eletrobras e seu Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), fortalecendo nosso alinhamento estratégico com a Holding. Atualmente, os instrumentos de gestão estratégica utilizados na Eletrobras Chesf são o Mapa Estratégico (que tem uma visão de longo prazo); o Plano de Negócios e Gestão (PNG), que representa o desdobramento do Plano Estratégico e PDNG da Holding no âmbito da subsidiária Eletrobras Chesf; e os instrumentos que estabelecem as metas de desempenho empresarial, quais sejam: o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE); o Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes (RVA); o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR); e o Sistema de Gestão do Desempenho empresarial, de equipes e individual (SGD). Esses instrumentos são formalizados por meio de apreciação e aprovação junto à alta gestão (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), e monitorados periodicamente no âmbito dessas instâncias de Governança, visando ao alcance das metas e estratégias da Companhia.

Apresentamos, abaixo, o Mapa Estratégico da Eletrobras Chesf para o ciclo de 2021-2031.



8. Regulação

A gestão da Regulação na Eletrobras Chesf consiste em integrar os processos regulatórios com as diversas áreas da Companhia, promovendo a articulação com órgãos reguladores (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA), entidades setoriais (Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia - MME), associações (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE e Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica - ABRAGE) e demais agentes setoriais.

Ao longo do ano de 2022, alinhados às tendências e melhores práticas de mercado, participamos ativamente das discussões no ambiente regulatório, visando aprimorar a conformidade regulatória nos processos da Eletrobras Chesf e, principalmente, maximizar os resultados da Companhia.

Os resultados sólidos e significativos alcançados ao longo de 2022 reforçam, notadamente, a importância da área de Regulação para a sustentabilidade e maximização dos resultados da Companhia. Nesse sentido, merecem destaques em 2022:

- Coordenação do processo de revisão tarifária, de 2022, dos Contratos de Concessão de Transmissão nº 005/2012, nº 008/2011, nº 009/2011, nº 010/2007, nº 010/2011, nº 012/2007, nº 017/2011, nº 017/2012, nº 018/2012 e nº 019/2012 que atingiram uma Receita Anual Permitida - RAP de aproximadamente R$ 288, 3 milhões, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.050/2022, tendo a Eletrobras Chesf obtido um Índice de Reposicionamento Tarifário - IRT acima da média do setor elétrico;
- Incremento da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/2022, em R$ 812,8 milhões;
- Incremento da Receita Anual de Geração – RAG, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.068/2022, em R$ 68,5 milhões;
- Manutenção da receita justa e adequada da RBSE (Rede Básica do Sistema Existente), decorrente dos efeitos da Portaria MME nº 120/2016;
- Coordenação e fortalecimento do Comitê de Gestão de Ativos, com foco na conformidade regulatória, visando potencializar os resultados da Companhia com a integração de todas as ações afetas à Gestão de Ativos.

9. Mercado de Energia

Em 2022 o consumo de energia elétrica no Brasil foi de 508.576 GWh, registrando crescimento de 1,2% em relação ao ano de 2021, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Desse consumo, a região Nordeste participa com 17,35%, cujo montante corresponde a 88.219 GWh, ficando 1,5% acima do consumo realizado no ano de 2021. As outras regiões também registraram variação positiva neste ano, em relação ao ano anterior, o Norte (+ 4,2%), Sudeste (+0,1%), Sul (+2,3%) e Centro-Oeste (+1,8%). Tratando-se das classes de consumo no mercado brasileiro de energia elétrica, o destaque é para a classe comercial que teve incremento de 5,4% e para o residencial com expansão de 1,1%. Já a classe industrial registrou baixo desempenho (+0,4%) e a classe outros consumos sofreu uma queda de 1,3%, em relação ao ano anterior. Este resultado mostra que a economia brasileira ainda enfrenta as consequências da crise sanitária.

A carga de energia elétrica do submercado Nordeste (Região Nordeste menos o Estado do Maranhão) atingiu 11.297 MW médios em 2022 e apresentou retração de 1,4% em relação ao ano anterior, segundo dados do ONS. Sua participação na carga do Sistema Interligado Nacional – SIN, que registrou o montante de 69.780 MW médios, representa 16,2%. Para atender esse mercado, a geração da Eletrobras Chesf contribuiu com 40,5%.

10. Comercialização de Energia

Em 2022, as vendas de energia corresponderam ao montante de 49.853 GWh, distribuídos entre 26 estados do Brasil e mais o Distrito Federal. Desse montante, 44.699 GWh (89,66%) foram comercializados no regime de cotas e 5.154 GWh (10,34%), destinado ao Ambiente de Contratação Livre - ACL (consumidores industriais livres, consumidores industriais atendidos no âmbito da Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, e aos comercializadores) e ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR (distribuidoras), atingindo uma receita bruta de R$ 3,9 bilhões. Já as compras de energia totalizaram 1.048 GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Empresa.

Dentre os tipos de fonte, foram comercializados 49.156 GWh de fonte hidráulica e 697 GWh de fonte eólica incentivada.

A Capitalização propiciou a assinatura de um novo contrato de concessão, mas com eficácia somente após 2023. Assim, os contratos vigentes em 2022 não foram impactados.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

11. Emissão de Certificados de Energia Renovável pela Eletrobras Chesf

O REC (Renewable Energy Certificate) é uma espécie de certificado, cujo objetivo é comprovar que a energia adquirida provém de uma fonte renovável. Cada REC é a prova de que 1 MWh de energia renovável foi gerado e injetado na rede.

No Brasil, a emissão dos RECs saltou de 244 em 2014 para 21.869.274 em 2022. Nesse período, a quantidade de usinas aptas a emitir os Certificados de Energia Renovável cresceu, respectivamente, de 4 para 430, segundo informações do Instituto Totum (vide figura abaixo).

PROGRAMA BRASILEIRO DE I-RECs

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	01	01	04	27	41	76	93	142	220
	03	02	02	03	09	15	30	48	97
	00	00	00	00	02	03	07	23	28
	00	00	01	01	01	10	20	53	85

Fonte: Instituto Totum

A Eletrobras Chesf tem 98,7% da capacidade instalada de suas usinas certificadas no Instituto Totum. E, durante o ano de 2022, a empresa negociou 270.010 RECs (até dezembro) no mercado, ficando um saldo para comercializar até maio de 2023, podendo incluir também o autoabatimento das emissões da empresa.

A venda desses certificados é independente da negociação da energia elétrica, só importando a energia que foi gerada em determinado período passado. Então, olha-se para uma geração já verificada antes de sua emissão. Inclusive, os dados utilizados são de geração oficial, informados diretamente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

12. Desempenho Operacional

A Eletrobras Chesf teve mais um ano de desempenho operacional excepcional, fruto da execução dos planos de manutenção, de iniciativas de compatibilização de intervenções, da modernização e melhorias implantadas, da reavaliação dos processos e incorporação de novas tecnologias, e do cumprimento das exigências regulatórias, proporcionando mais rentabilidade para a Companhia e maior confiabilidade e segurança operacional ao sistema elétrico.

Em 2022, o desempenho operacional dos ativos de geração e transmissão da Eletrobras Chesf esteve acima das metas estabelecidas pela Aneel e pela holding.

A companhia gerou, em 2022, 40.079 GWh, 52% a mais que em 2021. Esse resultado foi influenciado pela condição hidrológica favorável ocorrida no período úmido de 2021/2022, tornando possível o reenchimento dos reservatórios de Sobradinho, Itaparica e Boa Esperança, sendo inclusive realizado, em grande parte do período úmido, vertimento em todas as usinas da Cascata do São Francisco e na usina de Boa Esperança, para controle de nível dos reservatórios. Outro aspecto importante ocorrido no ano de 2022 é o fato do Reservatório de Sobradinho, principal reservatório do Nordeste, ter operado ao longo de todo período seco na Faixa de Operação Normal, ou seja, acima de 60 % do seu volume útil, atingindo o armazenamento de 69,63% do seu volume útil em 31 de dezembro de 2022. A afluência média à UHE Sobradinho, no período úmido 2021/2022, foi 213% acima da média do período úmido 2020/2021.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou o melhor resultado do histórico da empresa e acima da meta de 99,91%, refletindo um excelente desempenho no serviço prestado e alcançando o valor de disponibilidade em 99,97%.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Transformadores também apresentou o melhor resultado histórico da empresa e acima da meta de 99,89%, alcançando o valor de disponibilidade em 99,97%.

Esses indicadores, citados anteriormente, representam a probabilidade de um equipamento estar em operação ou pronto para desempenhar sua função.

O resultado para o indicador de Parcela Variável (PV), em 2022, foi 1,03% sendo o melhor do histórico da empresa.

O indicador de robustez do sistema ficou em 96,55%, alcançando o melhor resultado dos últimos 5 anos.

A disponibilidade operacional de geração ficou acima da meta de 1, mantendo o valor de disponibilidade em 1,09.

12.1 Parcela Variável – PV

Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Eletrobras Chesf, conforme legislação Aneel.

Melhor

Melhor

12.2 Indicador de Robustez do sistema – IRS

Avalia a capacidade da Rede Básica da Eletrobras Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).

12.3 Disponibilidade Operacional – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.

Melhor

Melhor

Melhor

13. Investimentos

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de ativos próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPE.

13.1 Investimento em Ativos Próprios

No ano de 2022, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R$ 1.600,9 milhões, um aumento de 50,3% em relação ao ano de 2021. Este montante está assim distribuído: R$ 363,7 milhões em geração de energia; R$ 1.071,2 milhões em obras do sistema de transmissão; e R$ 166,0 milhões em outros gastos de infraestrutura. O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf ao longo dos últimos cinco anos.

13.1.1 Sistema de Geração

A Eletrobras Chesf investiu em 2022 o montante de R$ 348 milhões nas usinas hidrelétricas, sob concessão e em regime de cotas, para manter os níveis operacionais de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda. Os recursos foram usados na aquisição de serviços, materiais e execução de obras, tais como a implantação dos sistemas digitais e modernização das unidades geradoras na UHE Sobradinho, atualmente em andamento, em que já foi finalizada a elaboração do Projeto Executivo pela empresa contratada e a primeira parada de máquinas aconteceu em 31/10/2022. Quanto às obras de modernização e digitalização das unidades geradoras da UHE Paulo Afonso IV, também já foi concluída a elaboração do Projeto Executivo e a parada da primeira para de máquinas está prevista para 16/01/2023. A Eletrobras Chesf também está realizando a modernização dos equipamentos de elevação das usinas de Paulo Afonso IV, Paulo Afonso II, Apolônio Sales, Luiz Gonzaga, Xingó, com um total de 40 equipamentos, como talhas, pontes e pórticos rolantes. Até 2022 já haviam sido modernizados os equipamentos de elevação das usinas de Paulo Afonso IV e Apolônio Sales. Foram ainda executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Geração em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, além de substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

Nas atividades relacionadas aos novos empreendimentos hidrelétricos, as discussões internas a respeito de uma revisão nos estudos de viabilidade de aproveitamentos realizados pela Eletrobras Chesf do Rio Parnaíba resultaram em dois processos de contratação visando à atualização e otimização dos estudos existentes (com assinatura do contrato prevista para fevereiro de 2023) e à obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), cujo contrato já está em andamento. Em paralelo, existem estudos em andamento para novos empreendimentos eólicos e solares (fotovoltaicos).

Na área de Geração Térmica, a Usina Térmica de Camaçari, localizada no município de Dias D´Ávila, no Estado da Bahia, teve sua concessão extinta em 05 de outubro de 2018 por meio da Portaria MME 420/2018. Como alternativa para uso da área, a Eletrobras Chesf decidiu realizar estudos para implantar no local uma nova usina termelétrica, movida a gás, com uma potência instalada inicial de cerca de 380 MW, podendo ser ampliada até 1.520 MW. O contrato para a elaboração do Projeto Básico terá início em janeiro de 2023, com previsão de 120 dias para sua execução.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Quanto à geração eólica, a Companhia obteve a aprovação da governança para a contratação da complementação da implantação do parque eólico de Casa Nova I-B (27 MW), com a assinatura do contrato com o fornecedor prevista para janeiro de 2023. Também foi aprovado pela governança o início do processo de contratação de fornecedores para a implantação da Usina Eólica de Frei Damião I, na Paraíba, com potência instalada da ordem de 110 MW e previsão de conclusão até 2025, possibilitando a venda de energia desses projetos no mercado livre (ACL). Na área de estudos eólicos a Companhia efetua medições em 11 estações anemométricas, instaladas no Nordeste, visando a obter informações para o desenvolvimento de projetos próprios de geração eólica no decorrer dos próximos anos.

Na área de Geração Solar, em 2022 a Companhia avançou com a consolidação da Usina Fotovoltaica Lapa Solar I (350 MWac), situado no Município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, ainda sujeito à aprovação da governança pertinente. Com igual objetivo, a Companhia permanece nas áreas de estudos, possuindo 21 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando a acompanhar e desenvolver projetos próprios de geração solar com tecnologias fotovoltaicas ou heliotérmicas. Essas medições propiciarão o desenvolvimento de novos projetos solares ao longo dos próximos anos.

Outra ação na área de Geração Solar que a Eletrobras Chesf vem desenvolvendo é a implantação de painéis solares em suas Subestações em estados do Nordeste, para geração própria de energia, substituindo parte do suprimento oriundo das Distribuidoras. A primeira instalação foi concluída no início de 2018, a planta fotovoltaica da SE Messias, com 125 kWac, em Alagoas. A partir desta exitosa iniciativa, a Eletrobras Chesf concebeu em 2018 o Programa Conta Zero, replicando essa iniciativa para outras instalações próprias. Considerando a adição da planta do CRESP, serão implantados um total de 4,8 MWac, sendo 2,5 MWac na área do CRESP (PE) e 2,3 MWac em Subestações de 5 outros estados (AL, CE, PB, PI e RN). As usinas já foram todas concluídas, à exceção da usina de Natal-RN, que se encontrava na fase de comissionamento ao final de 2022. Em alguns casos, por meio da associação com sistemas de armazenamento, a confiabilidade e a segurança operativa dessas instalações poderão ser ampliadas. Outros projetos na área de geração solar relacionados ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I) da Companhia serão detalhados em item específico deste Relatório.

13.1.2 Sistema de Transmissão

Em 2022, a Eletrobras Chesf concluiu o passivo de obras de Leilão de Transmissão, energizando a LT 230 kV Paraíso/Açu C3 de 133 km, a última obrigação das outorgas de Contrato de Concessão, sendo possível participar de novos Leilões.

A Eletrobras Chesf vem perseguindo a estratégia de implantar em menor prazo os novos empreendimentos autorizados, antecipando-os quando possível, tendo concluído dois terços deles no prazo, sendo 12% antecipadamente.

Diante disso, a Eletrobras Chesf superou alguns desafios e em 2022 foram energizados os empreendimentos listados na tabela abaixo, com destaque para projetos de grande porte.

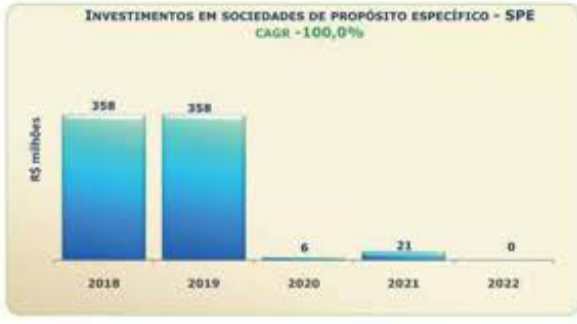
Descrição dos Empreendimentos Concluídos
LT 230 kV Catú / Governador Mangabeira - Recapacitação
LT 230 kV Paraíso / Açu II / Mossoró II
LT 230 kV Catú / Camaçari IV C1 e C2 - Recapacitação (25 km cada LT)
SE Teresina II - Instalação 4° ATR 500/230 kV - 3X100 MVA
SE Campina Grande II - Instalação 4° TR 230/69 kV - 100 MVA
SE Angelim - Substituição do transformador trifásico TR3 230/69 kV - 100 MVA
SE Recife II - substituição do reator RT1, 500 kV, 100 Mvar (Melhoria)
US Sobradinho 500 kV - substituição do reator de derivação RT6, 500 kV, 3x33,3 Mvar (Melhoria)
US Luiz Gonzaga - substituição do reator shunt RT1, 500 kV, 3x50 Mvar (Melhoria)
US Luiz Gonzaga - substituição do reator shunt RT2, 500 kV, 3x50 Mvar (Melhoria)
US Luiz Gonzaga - substituição do reator shunt reserva RTR1, 500 kV, 50 Mvar (Melhoria)

A energização dos empreendimentos de ampliações e reforços de transmissão listados garantiu acréscimo de 400 MVA de transformação e de 123 km de linha de transmissão na Rede Básica.

Em 2023, os desafios continuam. A carteira de empreendimentos de transmissão recebeu 15 novas autorizações, com investimentos da ordem de 362 milhões de Reais. O portifólio, que inclui concessões, reforços e melhorias de grande e pequeno porte, possui um total de mais de 150 empreendimentos de diversas categorias.

13.2 Investimentos em Sociedades de Propósito Específico

No ano de 2022, não foi necessária a realização de investimentos em SPEs por parte da Eletrobras Chesf. Todas as sociedades em que a Companhia possui participação encontram-se em plena operação comercial.



13.2.1 Sistema de Geração

A Eletrobras Chesf possui participações em empreendimentos de geração por meio de SPE, em um total de 15.738,98 MW de potência instalada, correspondentes a 2.642,95 MW equivalentes, conforme quadro a seguir.

SPEs		LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRÁULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261	24,50%	63,95	ago/11
	Energia Sustentável do Brasil S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,00%	750	nov/16
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,00%	1.684,97	dez/15
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	401,88	24,50%	98,46	out/19
GERAÇÃO EÓLICA	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/ RN	93	49,00%	45,57	dez/15
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs			**15.738,98**		**2.642,95**	
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.645,98						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 93 MW						

13.2.2 Sistema de Transmissão

A Eletrobras Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão por meio de SPEs, em um total de 6.130,32 km, correspondentes a 1.813,42 km equivalentes a sua participação, conforme quadro a seguir.

	Empreendimento	Local	km	Part.	km Equiv.	Início Operação
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	638,37	49,00%	312,80	jan/06
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/ SP	4.858,95	24,50%	1.190,45	ago/13
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	633	49,00%	310,17	nov/15
Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE			**6.130,32**		**1.813,42**	
TOTAL GERAL			**6.130,32**		**1.813,42**	

13.2.3 Novos Negócios de Telecomunicações

A Eletrobras Chesf busca continuamente estar alinhada às melhores práticas de gestão empresarial para ampliação do seu portfólio de negócios, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pela holding Eletrobras.

Neste sentido a Companhia tem buscado soluções para aumentar e diversificar seu portfólio de negócios, de forma a obter um incremento de receitas em longo prazo.

Uma das ações efetivas da Eletrobras Chesf foi o desenvolvimento dos novos negócios de telecomunicações e como primeiro resultado foram realizados contratos envolvendo fibras apagadas, por meio de objeto de um chamamento público, e em 2022, a companhia obteve receita da ordem de R$45 milhões.

Deste modo a Eletrobras Chesf tem conseguido avançar no desenvolvimento deste novo negócio iniciando também a oferta de serviços para empresas do setor elétrico, operadoras de telecomunicações e provedores de internet, por meio de prestação de serviço.

14. Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2018 a 2022.

14.1 Resultado do Exercício

A Companhia registrou no exercício de 2022 um lucro de R$ 1.707,4 milhões (R$ 5.468,4 milhões em 2021), representando uma redução de 68,8% em relação ao ano anterior.

14.2 Receita Operacional Bruta – ROB

A Companhia registrou em 2022 receita operacional bruta de R$ 9.438,8 milhões (R$ 9.525,3 milhões em 2021), apresentando uma redução de 0,9% em comparação ao exercício anterior. Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho estão o crescimento em relação ao ano anterior das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R$ 342,2 milhões); crescimento das receitas com operação e manutenção do sistema de transmissão (R$ 234,0 milhões); redução da receita de energia elétrica de curto prazo na CCEE (R$ 277,7 milhões); e redução das receitas contratuais da concessão (R$ 518,8 milhões).

14.3 Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R$ 1.568,6 milhões no ano de 2022 representando um aumento de 13,5% em relação ao exercício anterior. Deste total, R$ 938,6 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais e R$ 630,0 milhões a encargos regulatórios.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

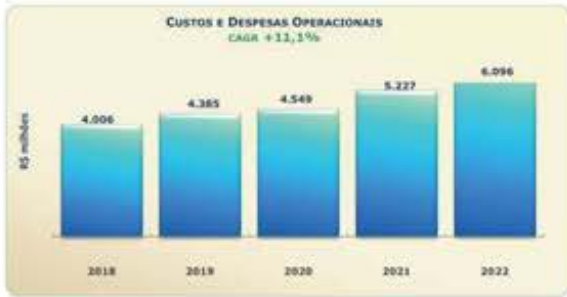
Eletrobras
Chesf

14.4 Receita Operacional Líquida - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou uma redução de 3,35% em relação ao exercício anterior, passando de R$ 8.143,0 milhões em 2021, para R$ 7.870,3 milhões em 2022. Os indicadores responsáveis por este crescimento são os mesmos que afetaram à ROB.

14.5 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$ 6.096,2 milhões no exercício de 2022, representando um aumento de 16,63% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi decorrente do: (i) crescimento da despesa de pessoal, da ordem de R$ 561,3 milhões, impactado principalmente, pelo registro do Plano de Demissão Voluntária, da ordem de R$ 391,6 milhões; (ii) registro de baixa de ativos decorrente da capitalização da Eletrobras (Lei nº 14.182/2021), da ordem de R$ 619,2 milhões.



14.6 Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão

O efeito da revisão tarifária ocorrida nos três últimos exercícios, estão demonstrados no gráfico abaixo:

14.7 Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional

O resultado do serviço (EBIT) em 2022 foi de R$ 2.002,2 milhões, representando uma variação negativa de 65,7% em relação ao ano anterior que foi de R$ 5.858,7 milhões. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 71,9% em 2021 para 25,5% em 2022.

14.8 Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R$ 3.517,8 milhões em 2022, contra o montante de R$ 3.651,6 milhões em 2021. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 44,7% em 2022, contra 44,8% obtida em 2021.

Demonstração do EBITDA	(R$ milhões)	
	2022	2021
Lucro líquido	1.707	5.468
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	(21)	790
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	483	(238)
(+) Depreciação	166	122
(=) EBITDA	2.335	6.142
(+) Provisões para contingências	921	1.122
(+) Provisão/Reversão Impairment	29	(210)
(+) Provisões para perdas em investimentos	(372)	12
(+) Efeitos da Lei nº 14.182/2021	619	-
(+) Outras Provisões - GAG Melhoria	90	13
(+) Contrato oneroso	23	(33)
(+) Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão	(228)	(2.943)
(+) Outras Provisões	99	(451)
(=) EBITDA Ajustado	**3.517,8**	**3.651,6**

14.9 Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em 2022, no valor de R$ 483,3 milhões, contra o valor positivo de R$ 238,2 milhões registrado em 2021, representando uma variação negativa de R$ 721,5 milhões.

Receitas (despesas) financeiras	(R$ milhões)	
	2022	2021
Resultado de aplicações financeiras	251,6	59,6
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	7,8	100,5
Outras variações monetárias ativas	112,5	295,7
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(92,8)	(87,6)
Encargos de dívida - obrigações com CDE	(457,3)	-
Encargos de dívida - revitalização das bacias hidrográficas	(74,8)	-
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(21,3)	(17,0)
Outras receitas (despesas) financeiras	(209,0)	(113,0)
(=) Resultado financeiro líquido	**(483,3)**	**238,2**

14.10 Financiamentos, Empréstimos e Debêntures

O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com instituições financeiras, encerrou no exercício de 2022 com R$ 1.035,1 milhões, uma redução de 13,0% em relação à 2021.

A posição da dívida líquida (financiamentos, empréstimos e debêntures, deduzidos das disponibilidades) apresentou ao final do exercício, o saldo negativo de R$ 629,3 milhões, que demonstra a condição superavitária de caixa e equivalentes de caixa em relação ao endividamento bruto da companhia, conforme demonstrado a seguir:

Financiamentos, Empréstimos e Debêntures			
Dívida Bruta	(R$ milhões)		
	2022	2021	Δ%
Curto prazo – moeda nacional	207,4	199,5	4,0
Longo prazo – moeda nacional	827,7	990,2	(16,4)
Dívida Bruta Total	**1.035,1**	**1.189,7**	**(13,0)**
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	1.261,0	2.427,5	(48,1)
Dívida líquida	**(225,9)**	**(1.237,8)**	**(81,7)**

14.11 Valor Adicionado

O valor adicionado gerado pela Companhia em 2022 foi de R$ 5.585,0 milhões, contra R$ 8.807,9 milhões gerados em 2021, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (24,0%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (29,4%); terceiros (16,0%); e lucro aos acionistas (30,6%).

15. Alienação de Bens

Referente à alienação de bens imóveis inservíveis, em 2022, fruto do Projeto de Gestão Sociopatrimonial, foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração o Plano de Desimobilização 2022-2024, compreendendo 492 imóveis inservíveis com receita estimada nas alienações na ordem de R$ 149,5 milhões de reais. Ainda em 2022, o processo de alienação foi definido junto à Diretoria de Gestão Corporativa, objetivando reduzir custos operacionais e ampliação da receita.

No exercício de 2022, a Eletrobras Chesf realizou 4 (quatro) leilões para venda de bens móveis inservíveis e deu continuidade aos contratos de venda de sucatas a gerar implementados na empresa no ano de 2021, obtendo uma arrecadação total de R$ 8,5 milhões e com arrecadação esperada de R$ 3,5 milhões para janeiro de 2023, relativa ao resultado do último leilão, ocorrido em 26 de dezembro de 2022.

Destaca-se também a venda e o início da retirada dos transformadores elevadores substituídos na Usina de Paulo Afonso IV e da Usina de Sobradinho. A alienação desses equipamentos foi realizada através de uma modalidade de venda inovadora na Eletrobras Chesf, onde a empresa fornecedora dos novos transformadores adquire os equipamentos que serão substituídos, evitando todo o custo logístico, por parte da nossa empresa, com a movimentação e o transporte desses equipamentos, os quais são de grande porte e necessitam de transporte especial. Até dezembro de 2022, a Eletrobras Chesf arrecadou um total de R$ 1,3 milhão e possui previsão de arrecadar mais de R$ 8 milhões com a substituição dos demais equipamentos objeto das contratações.

16. Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que a auditoria, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2022, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados em contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, com início dos trabalhos no exercício de 2019.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

17. Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

No âmbito de seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) e para o alcance dos resultados, a Eletrobrás Chesf investiu em 2022 o montante de R$ 103,9 milhões, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas Energia – MME e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além dos projetos de pesquisa a nível P&D+I e o institucional executado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL. Exclusivamente, com foco na carteira de projetos Aneel, a Eletrobras Chesf investiu R$ 26,54 milhões em 12 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R$ mil
Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica	18.151,87
Planejamento e Operação de Sistemas de Energia Elétrica	628,37
Novos Materiais e Componentes	6.484,12
Outros	1.278,40
Total Geral	26.542,76

Esses projetos são detalhados abaixo com seus respectivos avanços em 2022:

a) Planta Fotovoltaica Flutuante do Lago de Boa Esperança: desenvolvimento de projeto para implantação de uma planta fotovoltaica flutuante com potência instalada de 1,5 MWp, oportunizando aplicação dos estudos realizados na flutuante instalada no reservatório da UHE Sobradinho;

b) Otimização de Sistemas de Energias Renováveis com Armazenamento de Alto Desempenho: desenvolvimento de modelagem matemática tendo como objeto implementação de uma ferramenta de otimização da escolha de locais com potencial para a instalação de plantas híbridas;

c) Planta Híbrida Inteligente: desenvolvimento de projeto para integração das fontes de energia eólica, solar e armazenamento de energia por meio de baterias. Tendo como avanço a entrega dos estudos iniciais e especificação técnica da planta;

d) Armazenamento de Energia por meio de baterias – SE Messias: desenvolvimento de projeto envolvendo hibridização de tecnologias de armazenamento com uso de baterias do tipo íon-lítio e baterias chumbo-carbono;

e) Reator Saturado: desenvolvimento de projeto e construção de equipamento protótipo com aplicação de novos materiais, a fim de criar um reator saturado para compensação de reativos;

f) Centro de Desenvolvimento e Inovação: oriundo de um projeto estratégico, representa o marco INOVADOR na empresa, proporcionando a implantação do ecossistema de inovação, gerando duas linhas de ações: a Inovação Corporativa e a Inovação Aberta. Essas ações contribuíram com a melhoria de processos e com os resultados, como o Programa de Formação de Agentes de Inovação, o Prêmio de Inovação Eletrobras Chesf e por fim, o Programa INOVA, visando integrar as diversas ações do ecossistema;

g) Hub de Inovação: Projeto de P&D foi iniciado e realizou a primeira chamada, tendo quatro projetos aprovados, buscando atender a dores de áreas internas, gerando resultados para a empresa.

Por fim, todos os projetos já estão gerando resultados interessantes nas suas respectivas áreas de pesquisa, proporcionando workshops internos, bem como, artigos técnicos, dissertações e teses, com o objetivo de divulgação do conhecimento adquirido.

18. Gestão da Tecnologia da Informação

Em busca de maior eficiência, produtividade, agilidade e inovação em seus processos, os recursos de Tecnologia da Informação – TI têm se tornado nos últimos tempos imprescindíveis para a execução dos processos que suportam os negócios empresariais, sendo fundamentais para o alcance dos objetivos.

Na Eletrobras Chesf, a infraestrutura, os serviços e os sistemas de TI estão presentes em todas as áreas da empresa, desde a operação e manutenção do sistema elétrico, engenharia, até as atividades realizadas pelas áreas administrativas e financeiras, possibilitando que as equipes desenvolvam seu trabalho com maior produtividade e segurança.

A Eletrobras Chesf vem atuando nos pilares que suportam a visão estratégica dos segmentos de TI e na criação dos instrumentos para torná-la realidade. A fim de alcançar o alinhamento das iniciativas, constantes no Plano Diretor de TI – PDTI e no Planejamento Estratégico de TI – PETI, aos objetivos estratégicos empresariais, bem como proporcionar a implantação dos instrumentos constantes do modelo de governança de TIC das empresas Eletrobras, foram estabelecidos direcionadores estratégicos, dentre os quais ressalta-se o fomento na utilização de tecnologias disruptivas impulsionadoras da Transformação Digital, que possibilitam uma alavancagem nos resultados das diversas áreas de negócio da empresa e a aceleração da Cultura Analítica.

Neste contexto, foram realizados investimentos na ordem de R$ 75 milhões com destaque para as ações a seguir:

- Desenvolvimento de soluções para tratamento analítico avançado de dados, baseadas em tecnologias de Advanced Analytics, envolvendo diversas plataformas relevantes, como machine learning, modelagem preditiva, métodos estatísticos e técnicas de automação de processos, além de ferramentas de business intelligence (BI) para analisar informações. Estas tecnologias têm impulsionado a ciência de dados na empresa viabilizando tendências, prevendo eventos potenciais e possibilitando assertividade no processo de tomada de decisão;

- Consolidação da Cultura Data-driven business em toda a empresa, que vem impulsionando os negócios com a geração de informações estratégicas a partir de diversas fontes de dados;

- Automação de atividades e processos de negócio baseada em Robotic Process Automation – RPA, cuja entrega compõe o indicador de processos automatizados do IGS 2.0 – Sistema de Indicadores Socioambientais para Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras;

- Implantação de novos sistemas de informação em arquitetura de instância única e em nuvem, em atendimento às demandas legais, ao planejamento empresarial estratégico e com abrangência corporativa;

- No aspecto da mobilidade, desenvolvimento e implantação de aplicativos móveis proporcionando atendimentos mais ágeis às demandas empresariais;

- Implantação de novas soluções e serviços de segurança de TI, alinhadas com as estratégias de negócio da empresa, para aprimorar a proteção contra ameaças cibernéticas;

- Implantação de novos módulos, serviços e modernização da arquitetura do sistema integrado de gestão SAP ERP em instância única centralizada no ambiente computacional da holding Eletrobras.

Para os atendimentos de 2º nível e 3º nível, os números registrados foram relevantes, tendo sido resolvidos 13.673 chamados no 2º nível com 96,5% dentro do prazo estabelecido, e 7.138 chamados resolvidos no 3º nível com 95,01% dentro do prazo estabelecido, correspondendo a um desempenho melhor que o mensurado no exercício anterior.

Para os atendimentos de implantações e melhorias em sistemas, ressalta-se a inclusão das etapas de liberação em ambiente de homologação e liberação em ambiente de produção no fluxo semiautomático de entrega contínua de versões de sistemas, avançando assim na modernização das práticas para a disponibilização ágil dos sistemas. Outro avanço importante foi a inclusão das etapas de testes de segurança estáticos e dinâmicos nos sistemas, evoluindo o fluxo para o que se denomina DevSecOps. Atualmente são 64 fluxos de integração e entrega contínuas configurados e 60 sistemas/apps estruturados em arquitetura de contêiner (docker), em funcionamento na nossa nuvem privada on premises, prontos para serem migrados para a nuvem Google.

19. Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras Chesf contava com uma força de trabalho (quadro efetivo de pessoal) de 2.694 empregados. Do total, havia 466 mulheres e 2.228 homens.

No mesmo período, a taxa de rotatividade foi de 6,71%. Em 2022, houve 3 admissões por medidas judiciais. Houve aumento de aproximadamente 413% no número de desligamentos em 2022 (410) em relação a 2021 (80), principalmente em virtude da implementação do Plano de Demissão Voluntária – PDV 2022.

O Sistema de Gestão de Desempenho – SGD, em sua etapa de avaliação do Ciclo 2021, foi implementado no início de 2022. Para este ciclo, foram utilizadas a meta empresarial, as metas de equipe e as metas individuais, além das competências vinculadas aos cargos dos empregados conforme o Plano de Carreira e Remuneração das Empresas Eletrobras (PCR).

A nova ferramenta contratada para dar o suporte ao SGD se mostrou bastante eficaz e produziu os efeitos de esperados em relação à produtividade, agilidade e simplicidade.

19.1 Benefícios a Empregados

A Companhia oferece aos empregados os seguintes benefícios, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Empresa; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf. As condições dos benefícios estão estabelecidas em acordo coletivo de trabalho e em instrumentos normativos.

19.2 Capacitação e Desenvolvimento

O Planejamento Estratégico definido para o período norteou a realização das ações educacionais que capacitaram os empregados e gestores nas competências prioritárias, sejam técnicas, gerenciais ou gerais, melhor preparando-os para atuarem frente aos desafios organizacionais.

Foram realizadas ações educacionais das mais diversas formas: palestras, oficinas, seminários, cursos de curta, média e longa duração, presenciais e/ou à distância, alinhados aos programas e projetos em execução, em consonância com os objetivos empresariais.

A Eletrobras Chesf busca de forma ativa e permanente a melhoria de seus processos, o aprimoramento e a atualização profissional dos seus empregados. Cursos de longa duração foram adquiridos e iniciados em 2022, em relevantes temas como Gerenciamento de Projetos, ESG, Segurança de Barragens, Direitos Humanos, Regulação do Setor Elétrico, dentre outros. Nos pilares de Responsabilidade Sócio-ambiental e de Cultura e Valores, foram realizadas mais de 9 mil horas de treinamento, nos mais diversos temas de Diversidade e Inclusão, Direitos Humanos, Sustentabilidade Empresarial, Integridade e Ética, ODS, dentre outros.

As ações educacionais obrigatórias ou recomendadas foram ministradas nas modalidades presenciais e/ou à distância, em conformidade com as recomendações ou requisitos legais exigidos, abrangendo os mais diversos temas, como Cargas Indivisíveis; MOPP (Movimentação Operacional de Produtos Perigosos; Normas Regulamentadoras (NR); Risk Factor; Observação Comportamental; Índice de Práticas Seguras (IPS); Direção Defensiva; Proteção de Sistemas Elétricos de Potência; Termografia, Telecomunicações, Metrologia; Operação de Drones; Certificação de Operadores; Gestão de Ativos; Transação entre Partes Relacionadas; Compliance; Formação de Auditores, dentre outras.

Ao todo, foram 192.454 horas de treinamento realizadas, representando um incremento de 17,87% em relação ao valor de 163.280 horas, em 2021, evidenciando-se empenho e dedicação para superar as metas estabelecidas, refletindo no maior resultado de Horas de Treinamento por Empregado – HTE já registrado na Empresa: 62,40, com investimento médio de R$ 1.636,38 por empregado e menor custo de hora de treinamento (R$ 26,22).

19.3 Saúde e Segurança do Trabalho

No ano de 2022, com o arrefecimento da pandemia de Covid-19, as medidas preventivas foram sendo atualizadas ao longo do ano, conforme o momento epidemiológico de cada localidade. Pode-se destacar que apenas os casos sintomáticos e confirmados de Covid-19 mantiveram o protocolo de isolamento. O uso das máscaras de proteção foi flexibilizado em toda a Empresa, voltando a ser obrigatório em alguns estados como Piauí e Bahia. Também continuaram em vigor ações preventivas como disponibilização de álcool 70% em toda a Eletrobras Chesf, sinalização, cartazes e cartilhas educativas. A campanha tem sido disseminada por meios de comunicação eletrônica e impressa da Empresa, como Eletrobras Chesf Hoje e Jornal Mural. As ações de Saúde e Segurança do Trabalho presenciais aumentaram em relação à 2021, no entanto, muitas delas ocorreram de forma on-line pela mudança na cultura e não mais pela necessidade de distanciamento social.

Ainda em relação à Covid-19, foram mantidos o mapeamento e o monitoramento epidemiológico, por teleatendimento, dos empregados com sintomas suspeitos e o acompanhamento dos casos confirmados até seu desfecho. O aplicativo "DSS Transform Check-in Saúde em Dia" continuou a ser a porta de entrada dos dados, sendo utilizado em parceria com as demais empresas Eletrobras e a consultoria DuPont, desde 2020, permitindo ao empregado registrar a presença ou a ausência de sintomas associados à Covid-19, objetivando rastrear novos casos de contaminação, evitando assim a propagação do vírus na Empresa e propiciando o início de tratamento imediato. O aplicativo também permitiu melhor controle dos empregados vacinados contra a Covid-19, aumentando o nível de saúde e de segurança dos empregados na pandemia. Vale registrar que foi dada continuidade ao Projeto de P&D desenvolvido em conjunto com o Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami – LIKA da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com o objetivo de promover a atenção à saúde e segurança dos trabalhadores, tendo em 2022 atuado especialmente na realização de exames de Covid-19 e coleta de dados de pesquisa no Centro de Testagem implantado na Eletrobras Chesf, provisoriamente.

Sobre a realização do Exame Médico Periódico – EMP, foi dada continuidade à realização por todos os empregados, tendo sido retomado o conjunto completo de exames, contribuindo para o controle das doenças crônicas mais prevalentes na população brasileira, como as doenças cardiovasculares e os cânceres de mama, próstata e colo do útero. Devido a um Plano de Demissão Voluntária – PDV, houve um aumento expressivo na realização de exames demissionais ao final de 2022.

Entre as campanhas programáticas, foi realizada a vacinação contra a influenza, atendendo a 1.858 empregados próprios e a 981 de prestadores de serviços em toda a Empresa, resultando em 2.839 pessoas da força de trabalho alcançadas, tendo uma cobertura vacinal maior que o ano anterior. Também foram realizadas palestras referentes à Proteção Auditiva, além das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, para prevenção ao Câncer de Mama e Câncer de Próstata, respectivamente. Além disso, em parceria com as outras empresas Eletrobras, foram realizadas palestras on-line relativas ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial.

Em relação à Saúde Mental, os atendimentos psicossociais foram realizados tanto por meio de sistema de videochamada, como também de modo presencial, dependendo de cada situação. O serviço de agendamento pela Rede de Apoio Psicossocial, em parceria com as empresas Eletrobras, continuou disponível para que empregados de qualquer empresa Eletrobras pudessem agendar eletronicamente seu atendimento com Psicóloga(o) ou Assistente Social da Rede. Também foram realizados Trabalhos de Grupo atendendo demandas específicas, com os seguintes temas: O Desafio das Mudanças, Comunicação Prevencionista, Saúde Mental e Trabalho. Foram também realizadas ações interventivas sobre perda e luto em equipes de trabalho vítimas de acidente de trabalho fatal e/ou recomendações decorrentes dos Relatórios de Desligamento por Erro Humano. Atendendo a um público mais amplo, foram realizadas diversas palestras com especialistas, como a Campanha Janeiro Branco sobre Saúde Mental, Melhoria da Atenção e Foco, contribuindo para a melhoria do desempenho operacional, Saúde Mental e Trabalho e ainda três edições do Projeto Café e Prosa, no formato on-line, com as temáticas sobre Autoconhecimento, Ansiedade e Mudanças.

O Programa Viver+, voltado à promoção da saúde integral e bem-estar dos operadores, foi realizado pela equipe psicossocial com a aplicação de pesquisa diagnóstica e entrevistas individuais aos operadores de turno da Companhia e a elaboração de Planos de Ação Individuais de Grupo sempre que necessário.

Na Eletrobras Chesf, o Programa de Prevenção à Aposentadoria – PPA foi retomado, oferecendo ações de educação financeira e de investimentos, workshop vivencial em todas as regionais sobre o aspecto socioemocional da aposentadoria, além da orientação da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, quanto aos aspectos de previdência privada e plano de saúde, quando do desligamento do empregado no Plano de Demissão Voluntária – PDV. Em parceria com a Eletrobras holding, foram disponibilizadas palestras on-line que também abordaram aspectos da vida financeira e planejamento de vida na aposentadoria, oferecendo novas oportunidades de preparação para o desligamento da Empresa. Todas estas ações buscaram dar um suporte aos empregados em relação a este momento de mudança de vida.

Em 2022, o Centro de Promoção da Saúde – CPS de Sobradinho voltou a funcionar, que, juntamente com os CPS de Recife e Salvador, estimularam o combate ao sedentarismo ao longo do ano, permitindo a prática de atividade física, junto ao local de trabalho, logo cedo do dia, no intervalo de almoço e após o expediente de trabalho, contribuindo também para controle de doenças crônicas, melhoria do clima organizacional e da integração dos empregados. Neste ano, o CPS Recife comemorou o aniversário de 15 anos em uma celebração festiva, premiando os alunos mais assíduos da academia e da ginástica laboral com a Medalha Prêmio de Qualidade de Vida. O serviço de Ginástica Laboral On-line continuou a ser oferecido em 2022 para todos os empregados, assim como a Ginástica Laboral Presencial continuou no escritório Sede da Empresa. Ambas contribuem para a redução de adoecimento osteomuscular, promovendo o bem-estar e melhoria do clima, bem como incentivando a prática de atividades físicas.

O Projeto Vamos Juntos foi realizado em sua primeira edição, tendo como público inicial os alunos dos Centros de Promoção da Saúde de Recife, Salvador e Sobradinho. Trata-se de uma mentoria multidisciplinar reunindo profissionais de psicologia, nutrição e educação física, com vistas à melhoria da saúde e estilo de vida dos empregados, aumentando o engajamento e a regularidade com o autocuidado.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Ainda no âmbito da área esportiva, foi retomado o incentivo às corridas de rua, quando tivemos a participação de 67 empregados na Corrida do SESI-PE. Na ocasião, a Eletrobras Chesf foi premiada pelo 3º lugar na prova de 10km feminino.

A feira de orgânicos da Sede e de Salvador continuou funcionando, quinzenalmente e semanalmente, respectivamente, oferecendo produtos livres de agrotóxicos cultivados por agricultores da região, estimulando uma alimentação saudável e valorizando os produtores locais.

Destacam-se ainda a realização do 1º Seminário de Saúde e Segurança da Diretoria de Gestão Corporativa – DG, e dos 1º e 2º Seminários de Saúde e Segurança da Diretoria de Engenharia – DE, quando se criou maior aproximação das áreas clientes com os serviços oferecidos pelo Departamento de Saúde, Segurança e Bem-Estar no Trabalho – DGPS.

Neste ano, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TFAT) fechou o ano com um valor de 2,67, superior ao limite de tolerância especificado para a Empresa, de 2,19. A Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TGAT), por sua vez, fechou o ano de 2022 com um valor de 2.995, bem acima de 106, estabelecido como limite tolerável para este indicador. Isto se deveu, principalmente, devido ao acidente com um helicóptero da Companhia, ocorrido no mês de junho, vitimando fatalmente três empregados.

Salienta-se também que, em 2022, a Eletrobras Chesf passou a ter um controle mais efetivo sobre os dados de acidentes com as empresas contratadas, com esses indicadores sendo acompanhados pela Diretoria Executiva da Empresa, bem como pelo seu Conselho de Administração. Diversas auditorias de Saúde e Segurança do Trabalho foram realizadas pelas equipes da Companhia, verificando não conformidades nos aspectos de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) com exigências de correções por parte das empresas contratas. Além das auditorias, integrações de saúde e segurança com os empregados das contratadas foram realizadas antes do início dos contratos, a fim de apresentar o padrão em SSO exigido pela Eletrobras Chesf a todos os trabalhadores que forem executar atividades em seu sistema elétrico de potência.

No final do ano, as duas usinas de maior porte do parque gerador da Companhia, Xingó e Paulo Afonso IV, tiveram suas certificações na norma ISO 45.001:2018 revalidadas, tendo ainda a inclusão da Usina de Boa Esperança, no Piauí, que também teve seu Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – SGSSO certificado nesta norma. Isto comprova o compromisso da Companhia com a melhoria do desempenho em termos de SST, sendo essas as únicas usinas entre as empresas Eletrobras a conseguirem essa certificação.

Também é importante ressaltar que as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, em toda a Companhia, foram de extrema importância no monitoramento do cumprimento dos protocolos contra a Covid-19, bem como, mediante suas inspeções, colaborou efetivamente e proativamente com um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Deve-se destacar, também, a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT Digital, sendo a segunda edição contando com a integração de todas as 20 (vinte) Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Empresa, bem como das áreas de Educação Corporativa e de Comunicação. Como destaque da programação, podem ser citadas as palestras "Gestão das Emoções em Tempos de Transformação", com Jairo Bouer, "Click – Mudança de Comportamento para uma Vida Saudável", com Patrícia Gomes e "Cultura de Saúde e Segurança – Responsabilidade de Cada Um", com Eugênio Mussak. Neste ano, a SIPAT integrada e Digital inovou, disponibilizando a Plataforma Gamificada Weex, com acesso pela web, 24 horas por dia, que continuou disponível aos empregados por alguns dias, mesmo após o encerramento do evento.

19.4 Respeito à Diversidade e à Equidade de Gênero

As ações de promoção à equidade de gênero, raça e diversidade na Eletrobras Chesf são realizadas na Sede e nas Regionais, com a participação e orientação do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, que atua há quatorze anos em prol de uma empresa mais inclusiva, diversa e sem discriminação.

Em 2022, a área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com o intuito dos empregados, jovens aprendizes, estagiários e terceirizados refletirem sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da empresa no relacionamento com a sociedade. Foram realizadas ações específicas com os motoristas e empregados condutores de veículos.

Todas as ações previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça 2020-2022 aconteceram:

- Campanha de Carnaval com foco no combate à violência, a importunação e o assédio sexual contra as mulheres durante todo o ano, campanha eletrônica interna e nas mídias sociais da empresa;
- Mês da Mulher este ano com o tema "A gente dá voz as mulheres este mês. E protagonismo e oportunidades iguais o ano inteiro" realizada campanha eletrônica interna, divulgação nas mídias sociais e realizada a palestra Protagonismo Feminino: Um Salto na Liderança, com Ana Rodrigues, colunista diária na Band News;
- Mês do Orgulho LGBTQIA+, campanha eletrônica interna e nas mídias sociais da empresa e palestra para todos os empregados "Que Danado é LGBTQIA+ por uma empresa mais inclusiva", com Victoria Moreno (mulher trans, do STJ);
- Campanha Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres, realizada campanha eletrônica com o tema "Não Mascare a Violência contra a Mulher", nas mídias sociais e promoveu a palestra com o mesmo tema com a palestrante Conceição de Andrade, superintendente Geral e cofundadora do Instituto Maria da Penha;
- Novembro Negro de 2022 teve como tema "Mulheres Negras e a Inclusão Étnico-Racial nas empresas, realizada campanha eletrônica interna e nas mídias sociais d empresa, bem como realizadas duas palestras para todos os empregados, palestra "Consciência Negra: o que é racismo afinal?, com Maristela Costa e Natália Romualdo, do Canal Papo de Preta, do Youtube e da palestra "Importância da Diversidade Étnico-Racial nas Organizações", com Jaqueline Sobral, supervisora do Programa Selo da Diversidade Étnico-Racial, da Secretaria Municipal de Reparação, da Prefeitura Municipal de Salvador. A Eletrobras Chesf este ano ganha mais um Selo da Diversidade Étnico-Racial;
- Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher – uma mobilização anual, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público engajados nesse enfrentamento e a Eletrobras Chesf se engaja nesse movimento. Realiza campanha eletrônica interna com diversas peças de comunicação e divulgação nas mídias sociais com Cards dos seis diretores reforçando que a empresa repudia qualquer tipo de violência contra a mulher. O tema escolhido para 2022 foi "Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres".

Todas as palestras e ações promovidas pelo Comitê são divulgadas e podem participar, empregados da empresa, jovens aprendizes, estagiários, prestadores de serviços e empregados das empresas Eletrobras.

19.5 Acessibilidade e Inclusão

O Comitê de Acessibilidade, com ineditismo, promoveu, no final do mês de setembro, em referência ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/09) a oficina "Letramento em Inclusão e Capacitismo", com a professora Izabel Acciolly, abordando com profundidade temas como (i) Deficiência e Capacitismo (ideias e frases capacitistas, histórias e paradigmas), (ii) Capacitismo e Mercado de Trabalho (Lei 13.146/2015) e (iii) Ferramentas e boas práticas de acessibilidade (como melhorar a acessibilidade na organização).

O Letramento é um conceito da pedagogia que versa sobre a incorporação funcional das capacidades a que conduz o aprender, proporcionando aos participantes a oportunidade de serem "alfabetizados", no caso, sobre capacitismo e suas consequências, aptidão de relevante importância para as saudáveis relações interpessoais.

Além do Letramento, ao longo do ano, em parceria, a área educacional da Companhia ministrou palestras de integração dos grupos de Jovens Aprendizes e promoveu, juntamente com a Superintendência de Comunicação, a segunda temporada das tirinhas educativas "Amigos da Inclusão", veiculadas nas redes sociais da empresa, debatendo com humor e leveza a transversalidade de temas concernentes aos Direitos Humanos, a partir do prisma da Pessoa com Deficiência.

Ainda, em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, 3 de dezembro, novamente uma ação inédita: uma apresentação, por videoconferência, do espetáculo de Sitdown Comedy (standup comedy sentado), apresentado por uma dupla de atores da empresa "Talento Incluir". O espetáculo/debate abordou de forma lúdica e reflexiva, as experiências muitas vezes inusitadas das pessoas com deficiência no seu dia a dia, e foi seguido por uma roda de conversa entre os empregados da Companhia e os artistas que participaram da apresentação.

20. Fornecedores

Na gestão de seus negócios, a Eletrobras Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos e de integridade corporativa.

A conclusão do processo de capitalização da Eletrobras, nos termos da Lei nº 14.182/2021, e a mudança de natureza jurídica da holding e de suas controladas, trouxe para o processo de gestão de fornecedores mudanças significativas, tendo em vista a desvinculação das obrigações oriundas das leis 8.666/1993 e 13.303/2016 e adoção da nova lei de regência, o Código Civil (Lei 10.406/2002), possibilitando o estabelecimento de critérios de seleção de fornecedores em consonância com os objetivos empresariais, mitigando riscos e permitindo foco nas decisões estratégicas. No que tange ao relacionamento contratual com os fornecedores passou a vigorar uma dinâmica em que prevalece a equivalência entre as partes, com negociações paritárias e alinhadas às práticas de mercado.

Os fornecedores de bens e serviços são parceiros importantes para o negócio da Eletrobras Chesf. Para balizar essa parceria, torna-se necessário explicitar os comportamentos que definem as expectativas da Companhia, com vistas ao estabelecimento de boas relações comerciais, em consonância com as Políticas Corporativas, fundamentadas no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras e no Programa de Integridade (*Compliance*), que reúnem as regras de conduta e as práticas anticorrupção, no Guia de Conduta para Fornecedores das Empresas Eletrobras, que trata das práticas de direitos humanos, ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional e nas melhores práticas de mercado.

Em relação ao Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões, a Eletrobras Chesf promove a análise de *due diligence* de integridade em contratações que se enquadram nos critérios de risco determinados pela Eletrobras e disponibiliza o Canal Denúncia, para fornecedores, prestadores de serviço e empregados terceirizados e demais stakeholders.

A seleção de fornecedores e os processos de trabalho da cadeia de suprimentos, devem buscar a adoção de medidas que contribuam para a sustentabilidade empresarial e o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Neste contexto, é fundamental que nossos fornecedores conheçam e estejam engajados com as nossas diretrizes corporativas de sustentabilidade empresarial alinhadas com os ODS, e demais os compromissos assumidos voluntariamente pela Eletrobras Chesf para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania.

Por essa razão, as empresas Eletrobras ampliaram o processo de due diligence ESG (Environmental, social, and corporate governance, na sigla em inglês) dos fornecedores, que abrange os aspectos de direitos humanos e meio ambiente, estabelecendo um processo de monitoramento periódico realizado com objetivo de verificar a aderência das práticas dos fornecedores com as diretrizes corporativas de sustentabilidade empresarial.

Para verificar a aderência dos fornecedores a tais princípios e compromissos, a Eletrobras Chesf realiza as seguintes ações:

- exige por meio de cláusulas contratuais que o fornecedor conheça e cumpra o disposto no Guia de Conduta para Fornecedores da Eletrobras e os princípios e padrões do Programa de Integridade (*Compliance*) das Empresas Eletrobras;
- exige em seus contratos que os fornecedores garantam os direitos fundamentais e os direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, remuneração justa e benefícios, combate a toda e qualquer forma de discriminação, não empreguem menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos; bem como que não possuam empregados executando trabalho degradante ou forçado; além de exigir o respeito a legislação ambiental aplicável;
- fiscaliza, orienta e supervisiona o cumprimento das determinações do Ministério do Trabalho, na legislação específica sobre segurança e medicina do trabalho, e demais normas aplicáveis sobre esse assunto;
- realiza, juntamente com as demais empresas Eletrobras, o monitoramento de seus fornecedores críticos, conforme a Matriz de Criticidade de Fornecedores que classifica o risco em alto, médio e baixo, de acordo com pontuação obtida nos critérios avaliados;
- disponibiliza e gerencia o Portal Espaço do Fornecedor, uma plataforma digital criada para centralizar serviços e consultas para os fornecedores das empresas Eletrobras.

Além disso, na Eletrobras Chesf, em observância às exigências estabelecidas no Plano de Segurança do Trabalho, anexo aos contratos, exige dos prestadores de serviços condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores terceirizados, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, entrega do vale transporte e auxílio alimentação, recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho. Merecem destaque as ações relacionadas às medidas de prevenção e convivência com a pandemia da Covid 19: cartilha digital "Medidas de Prevenção contra a Covid 19 – Empresas Contratadas Eletrobras Chesf"; Protocolo Eletrobras para Suprimentos no Âmbito da Pandemia do Coronavírus Sars-CoV-2/Covid 19 e o controle de vacinação dos empregados prestadores de serviço.

Oriundos de processos de contratação, foram assinados 353 novos contratos com 259 fornecedores, totalizando R$ 1,4 bilhão. Considerando-se todas as modalidades de compras, a cadeia de fornecedoras da Eletrobras Chesf foi composta por 1.474 empresas.

21. Programas e Projetos Sociais

A Eletrobras Chesf apoia e realiza iniciativas e projetos de investimento social privado de forma estratégica, com o objetivo de contribuir com a redução da desigualdade social e com o desenvolvimento sustentável de seus territórios de convivência.

O projeto de Responsabilidade Social Lagos do São Francisco, termo de cooperação técnico-financeira firmado entre a Eletrobras Chesf, Embrapa Semiárido e BNDES, tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais no entorno das barragens do Complexo de Paulo Afonso e as usinas hidroelétricas de Itaparica (Luiz Gonzaga) e Xingó, no rio São Francisco, beneficiando, cerca de quatro mil agricultores familiares, moradores de doze municípios dos estados de Alagoas (Piranhas, Olho D'Água do Casado, Delmiro Gouveia e Pariconha), Bahia (Paulo Afonso, Glória e Rodelas), Pernambuco (Jatobá e Petrolândia) e Sergipe (Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória). Ao promover ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias e de capacitação de técnicos, estudantes, produtores e pescadores, o projeto visa à melhoria da renda e da qualidade de vida dos moradores da região.

O projeto socioambiental "Semeando Resiliência no Território Chapada Diamantina: Implantação de Núcleos Agroecológicos de Restauração Ambiental" está sendo implementado pelo Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agro-social e Comunitário – Inpac em 21 comunidades localizadas nos municípios de Piatã, Abaíra, Ibicoara, Boninal, Seabra e Morro do Chapéu, no Território da Chapada Diamantina (BA). Entre os objetivos do projeto estão: promover técnicas de conservação e restauração de solos; implementar técnicas de reuso de resíduos sólidos e líquidos para utilização nas propriedades; formar agentes locais para multiplicar as ações nas demais comunidades; contribuir na implantação de tecnologias sociais de baixo custo; e criar oportunidades de geração de renda.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

As ações do projeto Conservação e Desenvolvimento para o Entorno de Áreas Protegidas da Caatinga: Comunidades da Zona de Amortecimento do Parque Estadual das Sete Passagens já estão sendo executados em oito comunidades rurais e quilombolas localizadas no município de Miguel Calmon (BA). Tem como principais objetivos a definição por meio de Diagnóstico Rural Participativo de um planejamento voltado para a conservação e gestão dos recursos hídricos das comunidades localizadas no entorno de uma reserva da biosfera da Caatinga e a implementação de tecnologias sociais hídricas voltadas à melhoria no acesso e oferta da água e à produção agrícola familiar.

Em 2022, a Eletrobras Chesf realizou seleção de projetos sociais voltados ao enfrentamento a quaisquer formas de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como projetos que promovam a inclusão social e a qualidade de vida da pessoa idosa. No total, foram destinados recursos financeiros por meio de leis incentivos fiscais no valor de R$ 2.400.000,00 para os Fundos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa.

O Programa de Voluntariado Empresarial da Eletrobras Chesf, formado por empregados da Companhia, manteve sua atuação em todas as unidades da Empresa. Foi realizada Campanha de Arrecadação de Donativos para ajudar os desabrigados, prestadores de serviço e Instituições beneficentes atingidos pelas chuvas na Região Metropolitana do Recife (PE) e para os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, com distribuição de refeições, água mineral, cestas básicas, roupas, material de limpeza e higiene pessoal.

Para marcar o Dia Nacional do Voluntariado (28/08), o Programa de Voluntariado promoveu uma ação, em parceria com o Projeto AmorForte promoveu um dia com várias atividades e conscientização de preservação do meio ambiente, para os moradores da Comunidade do Vietnã, com venda de vassouras produzidas a partir de garrafas pet, plantio de mudas, contação de histórias e oficina de grafitagem no muro do anexo da Empresa em Recife.

Para celebrar o Dia das Crianças, a Companhia promoveu um evento para as comunidades do entorno de sua Sede, em Recife (PE), reunindo mais de 350 crianças e seus familiares, com brincadeiras de rua e distribuição de lanches. Uma ação que envolveu também demonstrações da prática de xadrez, com a participação dos alunos do projeto Xadrez na Escola, iniciativa patrocinada pela Eletrobras Chesf com crianças e adolescentes de escolas públicas do município de Ipojuca (PE).

A campanha Natal Solidário Eletrobras Chesf 2022 arrecadou cerca de 700 brinquedos para crianças, moradoras de comunidades do entorno da Sede, e das instalações da Companhia em de Mauriti (CE) e Salvador (BA), além de presentes para idosos de uma instituição próxima à Usina de Sobradinho.

A Companhia mantém, de forma permanente, a Campanha Banho do Bem, em parceria com a ONG PROSOL, com doação itens de higiene pessoal para moradores de rua do Recife (PE). Em parceria com a ONG Comitê de Cidadania dos Chesfianos do Recife, arrecadou caixas de leite para produção de mantas térmicas que são distribuídas para a população em situação de rua.

22. Responsabilidade Ambiental

A Eletrobras Chesf tem fundamentado a instalação e operação de seus empreendimentos com práticas socioambientais, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

A empresa conta com unidades organizacionais dedicadas à busca da conformidade ambiental de seus empreendimentos, com equipe multidisciplinar e orçamento específico, além de contratos com fornecedores e consultorias especializadas para a realização dos Programas Ambientais.

A Eletrobras Chesf busca manter a regularidade do licenciamento ambiental de seus negócios, tendo obtido, neste exercício, 23 autorizações e licenças que garantiram a regularidade dos novos empreendimentos, bem como de seus reforços e melhorias. Além disso, para a manutenção da regularidade ambiental dos ativos em operação da empresa, em 2022 foram obtidos 33 processos de renovação de licenças.

Dentre as licenças emitidas em 2022, cabe o destaque para as Licenças de Operação da Linha de Transmissão 230 kV Recife II - Pau Ferro C1 e C2, da LT 230kV Itabaiana - Jardim C1 e C2 e da LT 500kV Xingó-Jardim C1, assim como das Licenças de Operação relacionadas a Subestações nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Ceará.

A Eletrobras Chesf, realizou Programa de Educação e Comunicação Social nas linhas: LT 500 kV Luiz Gonzaga/Juazeiro; LT 500 kV Juazeiro/Sobradinho; LT 500 kV Sobradinho/São João do Piauí; LT 500 Sobradinho/Luiz Gonzaga, LT 230kV Pau Ferro/Campina Grande II C1; LT 230kV Pau Ferro/Coteminas C1; LT 230kV Campina Grande II/Coteminas C1; LT 230kV Campina Grande III/Extremoz II – C1 e C2; LT 230kV Natal III/Extremoz II – C1 e C2; LT 230kV Natal III/Natal II C1 e C2; LT 500 kV Luiz Gonzaga/Olindina, LT 500 kV Paulo Afonso IV/Olindina, LT 500 kV Paulo Afonso IV/Luiz Gonzaga, LT 230 kV Paulo Afonso/Cícero Dantas, LT 69 kV Vila Zebu/Itaparica, LT 230 kV Paulo Afonso III/Itabaiana, LT 500 kV Usina IV/Paulo Afonso IV, LT 230 kV Usina I/Paulo Afonso III, LT 230 kV Usina II/Paulo Afonso III, 230 kV Usina III/Paulo Afonso III, 138 kV Usina II/Zebu, 69 kV Abaixadora/Zebu, 69 kV Zebu/Moxotó; LT 230 kV Messias/Suape II; LT 230 kV Suape II/Recife II; LT 230 kV Nossa Senhora do Socorro/Penedo e Subestações Luiz Gonzaga, PA I, PA II, PA III, PA IV, Cícero Dantas, Olindina, Itabaianinha e Apolônio Sales.

Realizou também o Programa de Comunicação Social do Baixo São Francisco e Usinas Hidrelétricas do Complexo Paulo Afonso e Xingó. A Eletrobras Chesf executou campanhas educativas, trabalhos de conscientização e sensibilização junto a proprietários de terras circunvizinhas às linhas de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Piauí e Bahia alertando para os perigos associados à prática de queimadas e os danos causados à sociedade com os desligamentos. Houve também reuniões com os órgãos ambientais dos estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande Norte, Ceará e Piauí no intuito de somar forças no combate às queimadas sob as linhas de transmissão.

No que se refere à Gestão da Biodiversidade, a Eletrobras Chesf assegura a operação do Viveiro Florestal de Xingó, tendo em 2022 alcançado a produção de 97.782 mudas de espécies nativas da caatinga. Um dos destaques das ações do Viveiro é a pesquisa voltada à reprodução em escala da coroa-de-frade (Melocactus sp.), que em 2022 procedeu com a continuidade dos cuidados e manutenção das 1.500 unidades em fase de conclusão e mais 2.000 em germinação, espécie protegida considerada em extinção. Ressalta-se que são necessários, em média, 3 anos para se obter uma muda de coroa de frade com diâmetro de 10 cm. Além disso, foram doadas 82.646 mudas a diversas instituições. No ano de 2022 foram realizadas 779 visitas por instituições no Viveiro Florestal de Xingó.

Em 2022, foram executados programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados no Rio Parnaíba, no reservatório de Boa Esperança, no Rio São Francisco, nos reservatórios de Sobradinho-BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-AL/SE, além do trecho de rio a jusante da UHE Xingó. Foram realizadas campanhas bimestrais de monitoramento da ictiofauna, do Mexilhão dourado (Limnoperna fortunei Dunker, 1857), este para os reservatórios de Itaparica, Complexo de Paulo Afonso e Xingó. Campanhas trimestrais de qualidade de água, campanhas semestrais de monitoramento de macrófitas aquáticas, e para Xingó foi realizado também o monitoramento da carcinofauna e de Cunha Salina, este com periodicidade semestral.

Em 2022, a empresa iniciou o plantio e manutenção para o reflorestamento voluntário de uma área de 2ha no Parque Estadual Dunas do Natal, no Rio Grande do Norte, com plantio de 2.738 mudas de espécies nativas daquela área.

Em 2022, a Eletrobras Chesf também deu continuidade ao Programa de Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão, com campanhas intensivas de Qualidade de Água, Macrófitas Aquáticas, Cunha Salina e Processos Erosivos, visando identificar alterações ambientais devido a vazão reduzida do rio; não tendo sido detectadas alterações em função da vazão reduzida.

Em 2022, foi dado continuidade às ações relacionadas ao processo de recuperação das áreas degradadas no entorno dos Reservatórios de Xingó.

Os programas são desenvolvidos por empresas ou instituições contratadas e seus resultados são gerenciados e analisados por especialistas da Eletrobras Chesf. Após validação, são encaminhados aos órgãos ambientais competentes para o devido acompanhamento.

A Estação de Piscicultura de Paulo Afonso (EPPA), mantida e operada pela Eletrobras Chesf para atuar em ações ambientais no atendimento às condicionantes das licenças de operação de seus empreendimentos, voltou-se em 2022 ao aprofundamento das discussões técnicas com o órgão licenciador, resultando na formulação de um formato diferenciado de atuação junto às comunidades ribeirinhas, iniciando um novo ciclo de interação do manejo dos estoques com a pesca artesanal, na perspectiva de incremento da produção pesqueira e renda dessa população.

23. Programa do Reassentamento de Itaparica

O Programa do Reassentamento de Itaparica foi criado a partir da necessidade de se reassentar aqueles que tiveram suas terras inundadas com a construção da Usina Luiz Gonzaga, mitigando-se, assim, os impactos socioeconômicos. Fruto desta necessidade, foi criado o Acordo de 1986 e seus aditivos, onde ficaram estabelecidas as obrigações da Companhia e o escopo do Programa que, de um modo geral, contemplava a implantação de 11 projetos, sendo quatro no Estado da Bahia e sete em Pernambuco, contendo lotes irrigados e agrovilas, e o pagamento de uma Verba de Manutenção Temporária – VMT para os reassentados enquanto não recebiam os seus lotes.

Em 2022, a Companhia deu continuidade ao Projeto Estratégico de Desoneração dos Gastos com o Reassentamento de Itaparica. O projeto visa desonerar a empresa das despesas inerentes a manutenção dos reassentamentos e agrovilas e demais verbas compensatórias, calculadas em R$ 7,7 milhões por ano, sendo R$ 1,4 milhão em 2022 e R$ 6,3 milhões em 2023.

Neste ano, a Eletrobras Chesf concluiu a obra do Projeto Jusante, o único dos 11 projetos previstos no Programa que ainda não havia sido concluído. Esta ação possibilitou a desoneração do pagamento das Verbas de Manutenção Temporária para 55 famílias que ainda a recebiam, representando um benefício anual para a Eletrobras Chesf na ordem de R$ 1,1 milhão.

Ainda em 2022, visando a desoneração com os gastos para operação e manutenção dos sistemas de abastecimento d'água das agrovilas que ficam nos municípios de Tacaratu (PE) e Glória (BA), obtivemos êxitos nos processos judiciais contra os respectivos Municípios, tendo ambos transitado em julgado, possibilitando uma desoneração de R$ 0,6 milhão por ano.

Outra ação importante realizada neste ano, visando possibilitar as desonerações previstas para 2023, especificamente a transferências dos gastos com a operação de manutenção do Projeto Jusante e com as outorgas, licenças e condicionantes ambientais dos demais perímetros irrigados, conforme previsto no Termo de Conciliação nº 006/2018/CCAF/CGU/AGU-PBB, foi a elaboração e envio dos dossiês com a documentação necessária para o início do processo e transferência dos ativos para a CODEVASF, encaminhando-os para a referida Companhia.

24. Cultura

Em 2022, a Eletrobras Chesf participou de três Programas de Patrocínio das Empresas Eletrobras voltados à seleção pública de projetos culturais, socioesportivos e eventos do setor elétrico. Por meio dos editais, foram investidos mais de R$ 4 milhões.

Por meio do Programa de Patrocínio Socioesportivo das Empresas Eletrobras 2022, a Companhia patrocinou quatro projetos, todos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, com o objetivo de contribuir para que o esporte se efetive como uma ferramenta de transformação social nos municípios de atuação da Empresa. Destaque para o projeto "Xadrez na Escola – Ano II" que visa promover o desporto educacional por meio de aulas de xadrez para crianças e adolescentes de escolas municipais da cidade de Ipojuca (PE). Utilizando o jogo de xadrez para desenvolver habilidades cognitivas, além de democratizar e popularizar na escola e na comunidade local.

A Eletrobras Chesf selecionou, através do Programa Cultural das Empresas Eletrobras 2022, seis projetos aprovados no Programa Nacional de Apoio à Cultura, portanto aptos a captar recursos oriundos de incentivos fiscais, com o objetivo de contribuir para ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, apoiar a produção e a expressão cultural, fortalecer a economia criativa e o desenvolvimento do país. Destaque para o projeto "Acessibilidade em Museus: Preservação do Patrimônio Cultural e Difusão do Acervo entre Pessoas com Deficiência" que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva em museus de Maceió (AL), com ações de preservação do acervo cultural e da modernização e equipagem desses espaços. Com o objetivo de disseminar e valorizar a cultura indígena por meio do teatro, a Companhia patrocinou também o projeto "A Mãe Terra".

No Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico 2022, patrocinou seis projetos avaliados como sendo de maior relevância para reputação de sua marca: XVI SRHNE – Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 9º EGAESE - Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico, DAMS WEEK – Semana de Barragens, Congresso de Tributação em Energia, 11º Solarinvest e 15º Fórum Nacional Eólico.

25. Prêmios e Reconhecimentos

Em 2022, a Eletrobras Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Reconhecimento da Childhood Brasil pelo cumprimento de todos os requisitos estabelecidos pelo Programa Na Mão Certa para o ano de 2022.
- A Regional Salvador é reconhecida em mais uma edição do Selo da Diversidade Étnico-Racial 2022, concedido pela Prefeitura Municipal do Salvador, através da Secretaria de Reparação, fruto do compromisso das políticas de combate ao racismo no ambiente de trabalho.
- As empresas Eletrobras receberam o Selo Bloomberg Gender-Equality Index 2022, integrando o grupo de 418 instituições, em 45 países e regiões, que estão comprometidas com a transparência na divulgação de dados sobre igualdade de gênero.
- As duas usinas de maior porte do parque gerador da Companhia, Xingó e Paulo Afonso IV, mantiveram seus certificados na norma ISO 45001:2018, pela Certificadora Brasileira de Gestão, que traz como foco a melhoria do desempenho em termos de saúde e segurança do trabalho, sendo essas as primeiras usinas entre as empresas Eletrobras a conseguirem essa certificação. Outra conquista de 2022, foi certificação ISO 45001:2018, pela mesma certificadora, para a usina hidrelétrica Boa Esperança (PI).
- A Operação da Eletrobras Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2015 em todos os processos dos seus 13 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- A Eletrobras Chesf obteve a certificação ISO 55001:2014 pela Fundação Vanzolini, por meio da implementação e manutenção do Sistema de Gestão de Ativos de Transmissão e Geração de Energia Elétrica operados e mantidos pela Chesf, considerando as subestações, linhas de transmissão e parques de geração hidráulica, eólica e solar, incluindo os sistemas de automação, proteção e telecomunicações.

26. Informações de Natureza Social e Ambiental

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza	Em 2022:	5.584.958	Em 2021:	9.130.429
Distribuição do Valor Adicionado	29,39% governo	24,09% empregados	25,24% governo	11,63% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	30,57% acionistas	15,95% terceiros	59,89% acionistas	3,24% terceiros

2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2022:			Em 2021:		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)		964.214			686.028	
- Empregados		959.694			681.508	
- Administradores		4.520			4.520	
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados		34,1			34,1	
- Administradores		1,1			1,1	
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	222.870	23,1%	2,8%	211.733	30,9%	2,6%
Alimentação	60.509	6,3%	0,8%	51.914	7,6%	0,6%
Transporte	186	0,0%	0,0%	127	0,0%	0,0%
Previdência privada	64.978	6,7%	0,8%	48.518	7,1%	0,6%
Saúde	75.588	7,8%	1,0%	93.963	13,7%	1,2%
Segurança e medicina do trabalho	11.383	1,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Educação e Creche	16.372	1,7%	0,2%	15.717	2,3%	0,2%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.046	0,5%	0,1%	4.558	0,7%	0,1%
Creches ou auxílio creche	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	86.925	9,0%	1,1%	56.407	8,2%	0,7%
Outros	856	0,1%	0,0%	3.595	0,5%	0,0%
Total	**544.713**	**56,5%**	**6,9%**	**486.532**	**70,9%**	**6,0%**
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício		2.694			3.084	
Nº de admissões		3			15	
Nº de demissões		410			109	
Nº de estagiários no final do exercício		1			19	
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		144			155	
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		3.455			-	
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino		2.228			2.531	
- Feminino		466			553	
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos		-			-	
- De 18 a 35 anos		192			249	
- De 36 a 60 anos		2.109			2.236	
- Acima de 60 anos		393			599	
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos		-			-	
- Com ensino fundamental		106			199	
- Com ensino médio		230			326	
- Com ensino técnico		791			879	
- Com ensino superior		1.143			1.237	
- Pós-graduados		424			443	
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino		77,0%			78,0%	
- Feminino		23,0%			22,0%	
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		348			485	
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		518			282	
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		171			61	
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		0			-	
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade						
Total dos investimentos em:						
Educação	1.200	0,1%	0,0%	1.000	0,0%	0,0%
Cultura	2.793	0,2%	0,0%	2.975	0,0%	0,0%
Saúde e infraestrutura	1.200	0,1%	0,0%	200	0,0%	0,0%
Esporte e lazer	930	0,1%	0,0%	800	0,0%	0,0%
Alimentação	-	0,0%	0,0%	91	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	-	0,0%	0,0%	1.917	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	**6.123**	**0,4%**	**0,1%**	**6.983**	**0,1%**	**0,1%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.219.074	72,3%	15,5%	2.031.048	32,5%	24,9%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	222.458	13,2%	2,8%	150.783	2,4%	1,9%
Total - Relacionamento com a comunidade	**1.447.655**	**85,9%**	**18,4%**	**2.188.814**	**35,0%**	**26,9%**
3.2 - Interação com os Fornecedores	**São exigidos controles sobre:**					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientas, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.					
4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2022:			Em 2021:		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.730	0,6%	0,1%	7.395	0,1%	0,1%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.264	0,1%	0,0%	3.398	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.361	0,1%	0,0%	1.812	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	3.998	0,2%	0,1%	3.118	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	3	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	420.325	24,9%	5,3%	681	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	**439.678**	**26,1%**	**5,6%**	**16.404**	**0,3%**	**0,2%**
5 - Outras Informações	Em 2022:			Em 2021:		
Receita Líquida (RL)		7.870.267			8.142.961	
Resultado Operacional (RO)		1.686.144			6.257.924	

Recife, 22 de março de 2019
A Administração

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	874.173	9.762
Títulos e valores mobiliários	7	386.643	2.417.482
Clientes	8	869.168	845.468
Ativo contratual transmissão	13	2.835.271	2.225.993
Remuneração de participações societárias	10	54.279	74.693
Tributos a recuperar	11	81.575	70.705
Imposto de renda e contribuição social	12	634.263	569.938
Cauções e depósitos vinculados	14	28.782	26.491
Almoxarifado		121.543	79.383
Serviço em curso	15	495.319	409.514
Outros		291.567	230.411
		6.672.583	**6.959.840**
Ativos mantidos para venda	41	143.622	-
		6.816.205	**6.959.840**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Concessões de Geração Indenizáveis – Lei nº 12.783/2013	9	-	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	403.589	140.924
Tributos a recuperar	11	214.093	204.383
Cauções e depósitos vinculados	14	541.800	322.601
Ativo contratual transmissão	13	16.025.528	15.902.163
Outros		60.641	270.938
		17.245.651	**17.328.831**
INVESTIMENTOS	16		
Avaliados por equivalência patrimonial		5.633.425	5.392.218
Outros investimentos		17.111	17.363
		5.650.536	**5.409.581**
IMOBILIZADO	17	2.811.656	2.277.593
INTANGÍVEL	18	28.770.785	456.549
		54.478.628	**25.472.554**
TOTAL DO ATIVO		**61.294.833**	**32.432.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	207.407	199.480
Fornecedores	20	554.497	394.846
Tributos a recolher	22	285.739	155.839
Remuneração aos acionistas	24	592.047	1.298.929
Obrigações estimadas	30	557.716	353.902
Benefício pós-emprego	27	187.658	167.869
Encargos setoriais	23	353.427	36.123
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	29	597.699	-
Outros		41.413	35.371
		3.377.603	**2.642.359**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	827.706	990.166
Provisões para litígios	28	4.208.697	3.130.760
Benefício pós-emprego	27	3.579.524	3.314.875
Obrigações decorrentes da Lei 14.182/2021	29	14.604.759	-
Contratos onerosos	26	90.499	67.298
Adiantamentos para futuro aumento de capital	25	11.766.222	-
Encargos setoriais	23	219.571	459.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.2	588.229	670.192
Outros		575.037	508.027
		36.460.244	**9.140.734**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32		
Capital social		9.753.953	9.753.953
Reservas de capital		4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros		9.888.817	9.573.007
Dividendo adicional proposto		695.808	-
Outros resultados abrangentes acumulados		(3.797.791)	(3.593.858)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**21.456.986**	**20.649.301**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**61.294.833**	**32.432.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	34	7.870.267	8.142.961
Custos operacionais	35	(3.113.788)	(2.910.004)
RESULTADO BRUTO		**4.756.479**	**5.232.957**
Despesas operacionais	35	(2.363.212)	(2.316.766)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão		228.155	2.942.521
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**2.621.422**	**5.858.712**
Resultado financeiro	36	(483.281)	238.246
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**2.138.141**	**6.096.958**
Resultado das participações societárias		167.233	160.966
Outras receitas e despesas	37	(619.230)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**1.686.144**	**6.257.924**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(88.663)	(7)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		109.946	(789.513)
		21.283	(789.520)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.707.427**	**5.468.404**
RESULTADO POR AÇÃO	33	30,54	97,82
Resultado por ação - básico (ON)		30,54	97,82
Resultado por ação - básico (PN)		30,54	97,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**1.707.427**	**5.468.404**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(240.629)	189.516
IR / CSLL diferidos	36.696	(28.902)
	(203.933)	160.614
Outros componentes do resultado abrangente do período	**(203.933)**	**160.614**
Total do resultado abrangente do período	**1.503.494**	**5.629.018**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS				
Em 31 de dezembro de 2020	**9.753.953**	**4.916.199**	**387.567**	**4.065.644**	**950.136**	**-**	**-**	**(3.754.472)**	**16.319.027**
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	160.614	160.614
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.468.404	-	5.468.404
Constituição de reservas	-	-	273.420	-	7	-	(273.427)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(1.298.744)	-	(1.298.744)
Reserva especial de dividendos não distribuídos - nota 32	-	-	-	3.896.233	-	-	(3.896.233)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**9.753.953**	**4.916.199**	**660.987**	**7.961.877**	**950.143**	**-**	**-**	**(3.593.858)**	**20.649.301**
Resultado atuarial com benefício pós-emprego - nota 27	-	-	-	-	-	-	-	(203.933)	(203.933)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.707.427	-	1.707.427
Constituição de reservas	-	-	82.137	168.993	64.680	-	(315.810)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	695.808	(695.808)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio - JCP	-	-	-	-	-		(695.809)	-	(695.809)
Recuperação de créditos de incentivo fiscal	-	-	-	(5.698)	5.698	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**9.753.953**	**4.916.199**	**743.124**	**8.125.172**	**1.020.521**	**695.808**	**-**	**(3.797.791)**	**21.456.986**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercicio antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.686.144**	**6.257.924**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação e amortização	35	166.039	122.060
Variações monetárias líquidas	36	5.166	(278.619)
Encargos financeiros	36	624.922	87.639
Resultado da equivalência patrimonial		(167.233)	(160.966)
Outras Receitas e Despesas		619.230	-
Receitas do ativo contratual - transmissão	13-34	(2.403.532)	(5.864.812)
Provisões (reversões) operacionais	35.1	791.283	1.360.131
Outras		353.401	(17.422)
		(10.724)	(4.751.989)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais			
Clientes		(91.256)	942.511
Títulos e valores mobiliários		1.768.174	(478.902)
Almoxarifado		(42.160)	5.682
Outros		(229.020)	(389.664)
		1.405.738	79.627
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais			
Fornecedores		159.651	54.022
Obrigações estimadas		12.142	8.501
Encargos setoriais		67.621	(54.792)
Outros		321.249	(914.150)
		560.663	(906.419)
Pagamento de encargos financeiros		(82.180)	(73.715)
Recebimento da RAP e indenizações	13	2.504.388	2.732.905
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(384.754)	(402.171)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		182.993	105.607
Pagamento de previdência complementar		(245.525)	(217.981)
Incentivo ao desligamento		262.783	-
Litígios	28	156.697	(136.626)
Pagamentos obrigações Lei nº 14.182/2021		(1.982.374)	-
Cauções e depósitos vinculados		(169.311)	145.640
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**3.884.538**	**2.832.802**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas		-	122.640
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures - principal		(175.991)	(216.182)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.394.720)	(1.949.037)
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.607.118	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		**9.036.407**	**(2.042.579)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado		(557.990)	(194.898)
Aquisição de ativo intangível		(10.665.045)	(55.080)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual		(833.499)	(519.125)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		-	(20.614)
Caixa líquido usado nas (proveniente das) atividades de investimento		**(12.056.534)**	**(789.717)**
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**864.411**	**506**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	9.762	9.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	874.173	9.762
		864.411	**506**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCICIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS		
Venda de mercadorias, produtos e serviços	8.752.636	11.915.398
Receita de construção	833.499	519.125
Outras receitas e despesas operacionais	80.719	17.426
PECLD - Consumidores e revendedores	(91.181)	684.504
	9.575.673	13.136.453
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, serviços e outros	(2.595.185)	(3.102.417)
Energia comprada para revenda	(235.667)	(475.601)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(948.925)	(868.871)
Custo de Construção	(918.099)	(679.120)
Provisões/Reversões operacionais	319.630	231.710
	(4.378.246)	(4.894.299)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.197.427	8.242.154
RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(166.039)	(122.060)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.031.388	8.120.094
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial	167.233	160.966
Receitas financeiras	386.216	510.988
Outras	121	15.845
	553.570	687.799
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.584.958	8.807.893
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
PESSOAL		
Remuneração direta	960.547	537.556
Benefícios	327.302	272.367
FGTS	57.206	51.180
	1.345.055	861.103
TRIBUTOS		
Federais	847.950	1.572.971
Estaduais	148.724	120.375
Municipais	15.040	10.443
	1.011.714	1.703.789
ENCARGOS SETORIAIS	629.951	478.713
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS		
Juros	869.497	272.742
Aluguéis	9.079	11.124
Outras	12.235	12.018
	890.811	295.884
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS		
Juros sobre o capital próprio	695.809	-
Dividendos adicionais propostos	695.808	-
Dividendos mínimos propostos	-	1.298.744
Lucros retidos	315.810	4.169.660
	1.707.427	5.468.404
	5.584.958	8.807.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf ("Companhia"), com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas e 14 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.460,4 MW (10.460,4 MW em 2021) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 137 (136 em 2021) subestações e 21.999,3 km (21.801,2 km em 2021) de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.646,0 MW (15.646,0 MW, em 2021) e 93,0 MW (93,0 MW, em 2021), respectivamente. Há também empreendimentos de transmissão compostos por 6.130,3 km (6.037,9 km em 2021) de linhas de transmissão, conforme nota 2.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2023.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

1.1 – Capitalização Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R$ 42,00 (quarenta e dois reais) perfazendo o montante total de R$ 29.294.028, sendo:

(a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R$ 26.362.364 de emissão da Eletrobras, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:

- no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
- no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of* 1933.

(b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e

(c) Em julho de 2022, a Eletrobras realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Eletrobras incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

O preço por ação foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil em conjunto pelos coordenadores, em conformidade com os artigos 23, § 1º, e 44 da Instrução CVM nº 400/2003, e no exterior pelos coordenadores da Oferta Internacional (procedimento de *BookBuilding*), tendo como parâmetro (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Eletrobras na B3; (ii) a cotação dos ADS na NYSE; e (iii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda por ações coletadas perante investidores institucionais por meio do procedimento de *Bookbuilding*. O preço por ação sob a forma de ADS no valor de US$ 8,63 por ADS corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado. A União, que em 31 de dezembro de 2021 detinha 72,33% das ações ordinárias com direito a voto (ON) passou a deter em 30 junho de 2022 o montante de 45,00% dessas ações e 40,94% do total do capital social, configurando a desestatização da Eletrobras. Após a emissão do lote suplementar de ações (*Green Shoe*), o percentual de ações ordinárias passou a ser de 42,67%.

Impactos decorrentes da capitalização

1.1.1 – Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e

b) Sobradinho (Chesf), Itumbiara (Furnas), Curuá-Una (Eletronorte), Tucuruí (Eletronorte) e Mascarenhas de Moraes (Furnas).

A Chesf, em conjunto com a Eletrobras, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota 3. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração para produção independente das usinas cotistas (descotização), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Chesf no montante de R$ 28.337.782, vide nota 18, originado pelo direito de regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia assumiu compromisso de pagamento à União, a título de bônus de outorga, de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e de pagamentos para revitalização dos recursos hídricos de bacias hidrográficas.

Bônus de outorga	**10.617.150**
Obrigações com a CDE	13.883.958
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas	**2.677.569**
	27.178.677

(a) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R$ 10.617.150;

(b) obrigação, ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R$ 13.883.958, vide nota 29; e

(c) desenvolvimento de programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, no montante de R$ 2.677.569, vide nota 29.

Valores adicionados ao ativo intangível por usinas:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo Intangível
Xingó	11.267.333
Complexo Paulo Afonso	10.590.724
Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.693.535
Boa Espeança	876.032
Sobradinho	874.546
Funil (BA)	28.489
Pedra	7.123
	28.337.782

1.1.2 – Impactos no resultado

Com a assinatura dos novos contratos de concessão e nos termos da resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 15/2021, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos as concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão, porém, de acordo com os cálculos do CNPE, para a UHE Sobradinho não foram previstos valores a indenizar, visto que na data base 1º de janeiro de 2022 e em qualquer data posterior, as máquinas e equipamentos dessa usina estarão 100% depreciados. Os valores residuais mantidos até a assinatura dos novos contratos, em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, foram baixados contra o resultado do exercício.

A seguir, os efeitos no resultado da Companhia por empreendimento:

Usinas hidrelétricas	Valor contábil líquido	Indenização CNPE 15/2021	Resultado
Usinas cotistas			
Boa esperança	98.219	-	(98.219)
Apolônio Sales (Moxotó)	38.250	-	(38.250)
Paulo Afonso I	92.612	-	(92.612)
Paulo Afonso II	107.093	-	(107.093)
Paulo Afonso III	66.259	-	(66.259)
Paulo Afonso IV	20.832	-	(20.832)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	15.150	-	(15.150)
Xingó	28.174	-	(28.174)
Funil (BA)	12.626	-	(12.626)
Pedra	8.067	-	(8.067)
Usinas não cotistas			
Sobradinho	131.948	-	(131.948)
Impacto total	619.230	-	(619.230)

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2022

2.1 – Programa de Demissão Voluntária - PDV

Em 2022 foi implantado o Plano de Demissão Voluntária 2022 (PDV 2022), de forma incentivada e com caráter voluntário de adesão para o público elegível, como instrumento de adequação do quadro de pessoal.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Chesf detém, diretamente ou por meio de suas controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões e Autorizações de Geração

- Geração hidráulica

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2022 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
001/2022	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	6,829	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	5,083	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	47,658	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.399,244	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	27,857	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	706,175	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.732,783	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Funil	de Contas	30,000	2,396	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Pedra	de Contas	20,007	5,089	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	139,692	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	448,871	17/06/2022	17/06/2052
006/2004	Curemas1	Piancó	3,520	-	12/11/2004	14/02/2026

(*) Informações não auditadas.

1 - Data de vencimento alterada conforme Resolução Homologatória nº 2.919/2021.

O prazo está contemplando a extensão de outorga decorrente da repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020), homologada pelas Resoluções ANEEL 2.919/2021 e 2.932/2021. O aditamento do contrato de concessão, já com o novo prazo, será assinado tão logo os trâmites administrativos na ANEEL forem concluídos.

- Geração eólica

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2022 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
220/2014	Casa Nova II (***)	Casa Nova - BA	32,900	9,170	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	Casa Nova III (***)	Casa Nova - BA	28,200	8,839	28/05/2014	28/05/2049
7.907/2019	Casa Nova A (**)	Casa Nova - BA	27,000	9,460	01/01/2013	01/01/2043
150/2014	Acauã	Pindaí (BA)	6,000	1,039	10/04/2014	10/04/2049
151/2014	Arapapá	Pindaí (BA)	4,000	0,918	10/04/2014	10/04/2049
152/2014	Angical 2	Pindaí (BA)	10,000	2,888	10/04/2014	10/04/2049
153/2014	Teiú 2	Pindaí (BA)	8,000	1,932	10/04/2014	10/04/2049
154/2014	Caititú 2	Pindaí (BA)	10,000	2,858	10/04/2014	10/04/2049
174/2014	Carcará	Pindaí (BA)	10,000	2,084	17/04/2014	17/04/2049
176/2014	Corrupião 3	Pindaí (BA)	10,000	1,516	28/04/2014	28/04/2049
177/2014	Caititú 3	Pindaí (BA)	10,000	1,925	28/04/2014	28/04/2049
213/2014	Papagaio	Pindaí (BA)	10,000	3,205	22/05/2014	22/05/2049
219/2014	Coqueirinho 2	Pindaí (BA)	16,000	4,072	26/05/2014	26/05/2049
286/2014	Tamanduá Mirim 2	Pindaí (BA)	16,000	3,663	20/06/2014	20/06/2049
Em Construção						
7.907/2019	Casa Nova (**)	Casa Nova - BA	153,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(*) Informações não auditadas.
(**) Referente leilão 007/2010
(***) Referente leilão 010/2010

Subestações Elevatórias

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
001/2022	SE Elev. Usina Apolônio Sales	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina PAF I	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina PAF II	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina PAF III	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina PAF IV	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina Xingó	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina Boa Esperança	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina Funil	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
001/2022	SE Elev. Usina Pedra	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
001/2022	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	17/06/2022	17/06/2052

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

II – Concessões de Transmissão de Energia Elétrica

- Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	9.326,8	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Curemas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açu II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,2	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C2	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kV	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kV;	RN/CE	65,4	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kV	RN	61,5	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kV	RN	36,1	01/06/2012	01/06/2042
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	BA	67,1	28/05/2014	28/05/2049
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kV	BA	64,1	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kV, C1/C2	PI	45,6	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kV, C1/C2	SE/AL/BA	39,4	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kV	SE/AL/BA	1,2	10/05/2012	10/05/2042
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230kV, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 KV, C2	BA	144,8	03/08/2009	03/08/2039
008/2011	LT Ceará-Mirim II - João Câmara III, em 500 kV	RN/PB	63,6	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV	RN/PB	19,2	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV	RN/PB	192,4	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kV	RN/PB	9,8	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2, em 230 kV	RN	112,0	01/06/2012	01/06/2042
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III C2, em 230 kV	MA	34,3	12/07/2010	12/07/2040
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV	PE, PB, AL, RN	84,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Mossoró II - Açu III - 230 kV, C2	RN	64,3	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açu III - Açu II - 230 kV, C2	RN	18,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Paraíso - Açu II - 230 kV, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
			21.999,3		

(*) Informações não auditadas.

- Subestações

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	98,0	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	SE Suape III - 230/69 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	
017/2009	SE Zebu - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
017/2009	SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2007	SE Brumado II	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova II 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	SE Pindaí II 230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
010/2011	SE Ibiapina II 230 kV	CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros II, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Mossoró IV, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
225/2014	SE Casa Nova II	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
017/2012	SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
008/2011	SE João Câmara III, em 500/138 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV	SE	1,0	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	SE Maceió II, 230/69 kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	SE Poções II 230/138kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV	MA/CE	1,0	01/01/2010	01/01/2040
004/2010	SE Aquiraz II, em 230/69 kV	MA/CE	1,0	01/01/2010	01/01/2040
150/2014	SE GPEXPAN	BA	1,0	10/04/2014	10/04/2049
004/2010	SE SÃO LUIZ II	MA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
004/2010	SE SÃO LUIZ III	MA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
019/2010	SE AÇU III	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
			138,0		

(*) Informações não auditadas.

3.3 – Controladas em conjunto e coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

3.3.1 - Geração

- **Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,10	2010	2045
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,00	2007	2042
002/2008	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	Madeira	3.750,00	2008	2043
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	401,88	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

- Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047

(*) Informações não auditadas.

3.3.2 – Transmissão

- Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral III / Teresina II - Fortaleza II / Sobral III - Fortaleza II, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	638,3	2004	2034
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	4.859,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns II, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	218,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	194,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Pau Ferro, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	209,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Angelim I	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	12,0	2011	2041
					6.130,3		

(*) Informações não auditadas.

- Subestações

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					4,0		

(*) Informações não auditadas.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Chesf.

4.2. Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na nota 5.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico corresponde aos custos incorridos na aquisição ou elaboração de ativos e o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir passivos. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente do preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3. Moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

4.4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 – Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	01/01/2023

4.5. Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis, os investimentos da Companhia em sociedades controladas em conjunto e coligadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

b) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos.
12.2	Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros.
13	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
16.1/19/26	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
27	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
28	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	9.927	9.762
Aplicações Financeiras (a)	864.246	-
Total	874.173	9.762

(a) As aplicações financeiras são de liquidez imediata, substancialmente com remuneração CDI/SELIC. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixas.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Participações minoritárias	25	23
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	105.262	292.072
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	-	128.670
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-B)	-	136.766
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-
Operações Compromissadas	220.822	127.032
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	25.674	1.473.677
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	11.741	56.069
Operações Compromissadas	14.475	194.773
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	-	-
Títulos da dívida agrária – TDA	8.644	8.400
	386.643	2.417.482
Não Circulante		
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	231	219
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN (caixa restrito)	403.358	140.705
	403.589	140.924
Total	790.232	2.558.406

Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades. Considerando a sua natureza, os saldos deste fundo têm características de caixa restrito.

Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Suprimento de energia	276.450	410	4.359	281.219	254.817
Fornecimento de energia	72.155	16.255	204.836	293.246	242.764
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	402.694	12.602	145.147	560.443	500.958
Comercialização na CCEE	23.687	-	-	23.687	71.152
Parcelamento	13.924	-	-	13.924	11.572
(-) Provisão para perdas esperadas	(7.834)	(22.007)	(273.510)	(303.351)	(235.795)
	781.076	7.260	80.832	869.168	845.468
Total Clientes	781.076	7.260	80.832	869.168	845.468

a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL

O aumento no suprimento de energia em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao mesmo período de 2021 se deve, principalmente, em função de reajustes anuais dos preços de energia e aumento no nível de despacho de energia solicitado pelo ONS para as usinas da Companhia.

b) Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

c) Energia Elétrica de Curto Prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia Elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

d) Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

A Companhia constitui e mantem provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Companhia com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	(235.795)	(987.031)
(+) Constituição	(67.556)	(173.701)
(-) Reversão	-	924.937
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	(303.351)	(235.795)

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico do cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 9 – CONCESSÕES DE GERAÇÃO INDENIZÁVEIS – LEI Nº 12.783/2013

Os aproveitamentos hidroelétricos das controladas contemplados na análise para recebimento de indenização complementar são:

Modernizações e melhorias	31/12/2022	31/12/2021
Paulo Afonso I	-	92.612
Paulo Afonso II	-	107.093
Paulo Afonso III	-	66.259
Paulo Afonso IV	-	20.832
Apolônio Sales	-	38.250
Luiz Gonzaga	-	28.174
Xingó	-	15.150
Boa Esperança	-	98.759
Pedra	-	8.067
Funil	-	12.626
Total	-	487.822

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Considerando o novo contrato de concessão de geração de energia elétrica nº 001/2022, as concessionárias poderão ter os seus ativos indenizados quanto aos investimentos, ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo poder concedente. Desta forma foram reclassificados para o ativo imobilizado os investimentos inicialmente classificados como ativo financeiro, oriundos dos gastos não vinculados aos projetos básicos e daqueles definidos na resolução nº 596/2013, vide nota 1.1.2 e nota 37.

NOTA 10 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Controladas em conjunto		
Vamcruz I Participações S.A.	-	588
Manaus Construtora Ltda.	-	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	9.428
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	21.867	14.453
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	25.058	30.119
Coligadas		
Energética Águas da Pedra S.A.	7.354	10.927
Total	54.279	74.693

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas em conjunto e coligadas, vide a nota 16, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 11 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
IR Fonte	40.644	42.000
IRPJ - retenção	21.330	12.525
CSLL - retenção	7.473	5.335
PIS/Pasep	1.652	1.652
Cofins	2.398	2.398
Outros	8.078	6.795
	81.575	70.705
Ativo não circulante		
PIS/Pasep	21.551	20.573
Cofins	192.505	183.772
ICMS a recuperar	37	38
	214.093	204.383
Total	295.668	275.088

NOTA 12 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 – Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Antecipações/ Saldo negativo de IRPJ e CSLL	634.263	569.938
	634.263	569.938

12.2 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos	2.158.775	1.754.134
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos	2.747.004	2.424.326
Total	588.229	670.192

12.3 – Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos		
Provisões Operacionais	196.090	141.898
Provisão para litígios	710.503	516.691
Provisão para contratos onerosos	13.801	10.263
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	65.591	51.686
Registros ORA	683.378	646.682
Adoção inicial Lei 12.973/14	18.684	19.624
Ajustes CPC 47 - IFRS 15	420.209	321.147
Impairment	50.519	46.143
Total Ativo	2.158.775	1.754.134
Tributos diferidos passivos		
Ativo de contrato	1.493.217	1.552.898
Ajustes CPC 47	1.203.088	818.519
Adoção inicial Lei 12.973/14	7.813	8.204
Repactuação do Risco Hidrológico	42.100	43.919
Outros	786	786
Total Passivo	2.747.004	2.424.326
Tributos diferidos passivos, líquidos	588.229	670.192

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias da entidade.

A Companhia possui tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Tributos Diferidos Líquidos	
2023	(24.291)
2024	(24.291)
2025	4.574
2026	5.142
Após 2026	627.095
Total	588.229

12.4 – Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	1.686.144	6.257.924
Total do IRPJ e CSLL calculado às Alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(573.289)	(2.127.694)
Efeitos de adição de exclusões:		
Doações	(2.415)	(1.041)
Previdência Privada (Art. 373 dec 9.580/2028)	(102.300)	(2.247)
Impairment / contrato oneroso	(17.646)	52.083
Provisões	(272.135)	193.406
Equivalência patrimonial	56.859	34.567
Adoção inicial Lei 12.973/2014	(1.226)	(770)
Receita finan. Ativo de contrato	(110.799)	(184.769)
Amortização GSF	(4.058)	61.555
Diferença CPC 47 x Ifric 12	747.112	1.185.430
Despesas com juros IFRS 16]	(75)	(47)
JCP	236.575	-
Incentivos fiscais	64.680	7
Total da despesa de IRPJ e CSLL	21.283	(789.520)
Alíquota efetiva	-1,26%	12,62%

a) Incentivos Fiscais

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões da geração hídrica (UHE Paulo Afonso I, II, III e IV; UHE Apolônio Sales; UHE Funil; UHE Luiz Gonzaga; UHE Pedra; e UHE Xingó) têm o direito ao incentivo da redução concedido para os anos de 2018 a 2027; as UHE Sobradinho, UHE Boa Esperança e UHE Curemas têm o direito para o período de 2019 a 2028; Os contratos de geração eólica EOL Casa Nova II e EOL Casa Nova III têm o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2019 a 2028; Os contratos de transmissão 008/2005, 010/2007, 014/2008, 017/2011 e 018/2009 tem o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2020 a 2029. Os Contratos de Transmissão nº 005/2008, 006/2009; 007/2005; 007/2010; 010/2011; 012/2007; 017/2009; 018/2012; 019/2010; 019/2012; 020/2010; 014/2010; 006/2004 e 021/2010 têm o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2018 a 2027. Os Contratos de Transmissão números 009/2011, 013/2010 e 061/2001 tem o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2019 a 2028.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em virtude de trabalho de otimização tributária que vem sendo realizado, a Companhia incrementou o incentivo fiscal de Redução de 75% do imposto de renda. Esse benefício foi possível em consequência da análise minuciosa das receitas líquidas incentivadas da Companhia de acordo com os laudos obtidos junto à Sudene e ratificados pela Receita Federal do Brasil em seus atos concessórios.

Para o ano de 2022 a Companhia registrou incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, na ordem de R$ 65.665.

12.5 – Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(240.629)	189.516
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(240.629)	189.516

Prática Contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de renda e a Contribuição Social corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 6,25% (devido ao incentivo fiscal que reduz o IRPJ em 75%) para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro, ambos sobre o lucro tributável, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício (quando aplicável).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças ente as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja sendo disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

13 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	18.128.156	14.477.124
Receita de construção	605.344	519.125
Receita financeira	2.403.532	2.922.291
Remensurações regulatórias - Transmissão	228.155	2.942.521
Amortização	(2.504.388)	(2.732.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	18.860.799	18.128.156

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,06% ao ano, para os contratos renovados, e 7,34% para os licitados.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 007/2005 e 008/2005, que são atualizados pelo IGPM.

Em 2022, as RAPs de 10 concessões da Chesfl foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R$ 228.155, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs da Companhia para o ciclo 2022/2023, R$ 4.230.451.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R$ 10.978.616 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

2022-2023	2023-2024	2024-2025	2025-2026	2026-2027	2027-2028	Total
2.204.052	2.571.964	2.571.964	2.571.964	2.571.964	2.571.964	15.063.872

Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destina à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

NOTA 14 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Cauções e outros depósitos vinculados	28.782	26.491
	28.782	26.491
Ativo não circulante		
Cíveis	367.688	205.050
Trabalhistas	152.837	128.930
Tributárias	132.360	99.304
(-) Provisão - Depósitos judiciais	(241.902)	(233.908)
Cauções e outros depósitos vinculados	130.817	123.225
	541.800	322.601
	570.582	349.092

NOTA 15 – SERVIÇOS EM CURSO

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

NOTA 16 - INVESTIMENTOS

	31/12/2022	31/12/2021
Controlada em conjunto		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	269.217	258.272
Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.781.776	1.802.622
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	913.930	860.198
Norte Energia S.A.	1.818.955	1.916.057
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	502.090	413.106
Vamcruz I Participações S.A.	130.332	131.625
Companhia Energética SINOP S.A.	333.060	352.078
	5.749.360	5.733.958
Coligadas		
Energética Águas da Pedra S.A.	-	145.724
	-	145.724
(-) Provisão para perdas em investimentos	(115.935)	(487.464)
Outras participações	229	481
Outros investimentos		
Bens e direitos para uso futuro		
Outros	15.791	15.791
	1.091	1.091
	16.882	16.882
Total	5.650.536	5.409.581

16.1 – Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Custos e Despesas Operacionais considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados;
- Cenário Macroeconômico e Balanço Energético alinhados às projeções de mercado;
- Impostos e taxas regulatórias vigentes;
- Saldos das Dívidas e Custos de Financiamento de acordo com os contratos;
- Custo de Capital Próprio - Taxa de desconto ao ano (após os impostos) específica para cada SPE, respeitando o risco setorial, a estrutura de capital e o custo da dívida de cada uma.

O saldo das perdas estimadas em investimentos é demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	(154.809)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(46.096)	(155.205)
Companhia Energética SINOP S.A.	(69.839)	(177.450)
Total	(115.935)	(487.464)

16.2 – Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Provisão/Reversão	Outros	Saldo em 31/12/2022
Controladas em conjunto							
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	258.272	-	(52.964)	63.909	-	-	269.217
Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.802.622	-	-	(20.846)	-	-	1.781.776
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	860.198	-	(61.799)	115.531	-	-	913.930
Norte Energia S.A.	1.916.057	-	-	(97.102)	-	-	1.818.955
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	413.106	-	(7.415)	96.399	-	-	502.090
Vamcruz I Participações S.A.	131.625	-	588	(1.881)	-	-	130.332
Companhia Energética SINOP S.A.	352.078	-	-	(19.018)	-	-	333.060
Coligadas							
Energética Águas da Pedra S.A.	145.724	(143.388)	(32.577)	30.241	-	-	-
Avaliadas ao custo							
Outras participações	481	(234)	-	-	-	(18)	229
Provisão para perdas em investimentos							
Energia Sustentável do Brasil S.A.	(154.809)	-	-	-	154.809	-	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(155.205)	-	-	-	109.109	-	(46.096)
Companhia Energética SINOP S.A.	(177.450)	-	-	-	107.611	-	(69.839)
Total	5.392.699	(143.622)	(154.167)	167.233	371.529	(18)	5.633.654

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2020	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Reversão/Constituição das perdas estimadas	Outros	Saldo em 31/12/2021
Controladas						
Complexo Eólico Pindaí I (*)	500.499	-	682	-	(501.181)	-
Complexo Eólico Pindaí II (*)	202.728	-	640	-	(203.368)	-
Complexo Eólico Pindaí III (*)	103.707	-	1.395	-	(105.102)	-
Controladas em conjunto						
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	254.183	(46.226)	50.315	-	-	258.272
Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.841.413	-	(38.791)	-	-	1.802.622
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	792.705	(66.460)	133.953	-	-	860.198
Manaus Construtora LTDA	7.761	-	436	-	(8.197)	-
Norte Energia S.A.	1.980.979	-	(64.922)	-	-	1.916.057
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	362.944	(14.532)	64.694	-	-	413.106
Vamcruz I Participações S.A.	130.702	(588)	1.511	-	-	131.625
Companhia Energética SINOP S.A.	387.032	-	(34.954)	-	-	352.078
Coligadas						
Energética Águas da Pedra S.A.	125.102	(25.385)	46.007	-	-	145.724
Avaliadas ao custo						
Outras participações	479	-	-	-	2	481
Provisão para perdas em investimentos						
Complexo Eólico Pindaí I (*)	(99.263)	-	-	-	99.263	-
Complexo Eólico Pindaí II (*)	(1.014)	-	-	-	1.014	-
Complexo Eólico Pindaí III (*)	(151)	-	-	-	151	-
Energia Sustentável do Brasil S.A.	(216.216)	-	-	61.407		(154.809)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	(105.045)	-	-	(50.160)		(155.205)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	(38.069)	-	-	38.069		-
Vamcruz I Participações S.A.	(7.028)	-	-	7.028		-
Companhia Energética SINOP S.A.	(109.140)	-	-	(68.310)		(177.450)
Total	6.114.308	(153.191)	160.966	(11.966)	(717.418)	5.392.699

16.3 - Resumo das Demonstrações Contábeis das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

	31/12/2022									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	160.390	689.250	849.640	41.291	258.928	549.421	849.640	179.805	130.426
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	763.990	6.374.033	7.138.023	344.168	2.961.254	3.832.601	7.138.023	759.454	471.557
Norte Energia S.A.	15,00%	1.760.261	41.691.006	43.451.267	2.254.754	29.070.142	12.126.371	43.451.267	5.565.305	(647.345)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	171.098	1.322.191	1.493.289	43.559	378.616	1.071.114	1.493.289	175.996	198.546
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	136.771	379.219	515.990	40.235	209.770	265.985	515.990	70.297	(3.839)
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	214.084	2.768.719	2.982.803	137.850	1.485.522	1.359.431	2.982.803	309.785	(77.624)
Coligadas										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	190.568	645.196	835.764	102.228	148.278	585.258	835.764	303.890	147.501
Total		4.607.675	73.224.019	77.831.694	4.022.252	45.110.386	28.699.056	77.831.694	10.481.010	114.987

Obs.: Data-base das demonstrações contábeis 31/12/2022, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A, cujas demonstrações possuem data-base em 30/11/2022.

	31/12/2021									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas										
Complexo Eólico Pindaí I (*)		-	-	-	-	-	-	-	12.796	684
Complexo Eólico Pindaí II (*)		-	-	-	-	-	-	-	5.759	639
Complexo Eólico Pindaí III (*)		-	-	-	-	-	-	-	3.213	1.394
Controladas em conjunto										
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	172.767	638.296	811.063	44.846	239.131	527.086	811.063	69.248	35.397
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	1.342.855	(125.499)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	449.880	267.943
Manaus Construtora LTDA	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	538
Norte Energia S.A.	15,00%	1.489.913	41.668.589	43.158.503	1.678.941	28.705.845	12.773.717	43.158.503	2.330.918	(352.486)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	136.381	1.099.741	1.236.122	79.764	313.284	843.074	1.236.122	83.561	61.278
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	110.406	400.496	510.902	30.627	211.653	268.623	510.902	23.123	(3.548)
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	192.906	2.785.496	2.978.402	93.089	1.448.258	1.437.055	2.978.402	136.184	(20.415)
Coligadas										
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	191.956	701.269	893.225	115.865	182.570	594.790	893.225	135.912	68.852
Total		3.790.197	73.198840	76.989.037	3.384.030	44.636.544	28.968.464	76.989.037	4.593.449	(65.223)

Obs.: Data-base das demonstrações contábeis 31/12/2021, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A., VamCruz I Participações S.A., e Manaus Construtora Ltda., cujas demonstrações possuem data-base em 30/11/2021.

16.4 - Energética Águas da Pedra S.A.

Em dezembro de 2022, a Companhia classificou esse investimento como ativo não circulante mantidos para venda (nota 41).

16.5 - SPE Manaus Construtora LTDA.

Em 18 de abril de 2022, a Diretoria aprovou o encerramento da Sociedade de Propósito Específico Manaus Construtora Ltda. ("Manaus Construtora"), criada em abril de 2009 com o objetivo de construir, montar e fornecer materiais, mão de obra e equipamentos para a construção da linha de transmissão e subestações associadas da SPE Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE»), localizada entre os Estados do Amazonas e Pará.

A SPE Manaus Construtora, que teve suas atividades concluídas em 2014, contava com a participação acionária da Abengoa Construção Brasil Ltda. (50,5%), da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte (30%) e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (19,5%).

O encerramento em tela está no escopo da iniciativa de racionalização das participações societárias da Eletrobras, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG 2022-2026") divulgado ao mercado pela Eletrobras por meio de Fato Relevante em 17 de dezembro de 2021.

16.6 – Capital Circulante Líquido de Controladas e Coligadas

Em 31 de dezembro de 2022, a SPE Norte Energia S.A., apresentou em seus balanços, capital circulante líquido negativo no montante de R$ 494.493.

Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos em controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos pelo custo.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

	Saldo em 31/12/2021	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Depreciação	Transferências	Efeitos da Lei 14.182/2021	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Terrenos	198.027	-	(286)	-	-	(131.948)	65.793
Barragens, reservatórios e adutoras	15.058	-	-	(4.563)	416.209		426.704
Edificações, obras civis e benfeitorias	63.535	-	(1.215)	(8.873)	6.459		59.906
Máquinas e equipamentos	1.337.448	-	(164)	(106.739)	332.774	224.966	1.788.285
Veículos	37.561	-	-	(8.168)	6.693		36.086
Móveis e utensílios	14.974	-	(423)	(9.262)	52		5.341
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)	(257.579)	22.845	-	-	-		(234.734)
	1.409.024	22.845	(2.088)	(137.605)	762.187	93.018	2.147.381
Imobilizado em curso	859.005	557.990	-	-	(762.187)	-	654.808
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço	10.792	-	-	-	-	-	10.792
Depreciação	(1.228)	-	-	(97)	-	-	(1.325)
	9.564	-	-	(97)	-	-	9.467
Total	2.277.593	580.835	(2.088)	(137.702)	-	93.018	2.811.656

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Depreciação	Transferências	Transferências entre contas	Incorporação SPE	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço								
Terrenos	197.545	-	(60)	-	-		542	198.027
Barragens, reservatórios e adutoras	18.568	-	-	(3.510)	-			15.058
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.834	-	-	(6.557)	51		3.207	63.535
Máquinas e equipamentos	593.024	-	(29)	(80.758)	18.401	(14.509)	821.319	1.337.448
Veículos	22.565	-	-	(5.961)	21.517	(560)		37.561
Móveis e utensílios	4.006	-	(160)	(6.036)	1.956	15.069	139	14.974
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)	(367.647)	210.496	-	-	-	-	(100.428)	(257.579)
	534.895	210.496	(249)	(102.822)	41.925	-	724.779	1.409.024
Imobilizado em curso	700.789	194.898	-	-	(41.925)	-	5.243	859.005
Direito de Uso								
Imobilizado em serviço	2.122	-	-	-	-	-	8.670	10.792
Depreciação	(194)	-	-	(97)	-	-	(937)	(1.228)
	1.928	-	-	(97)	-	-	7.733	9.564
Total	1.237.612	405.394	(249)	(102.919)	-	-	737.755	2.277.593

Taxa média de depreciação e custo histórico:

	31/12/2022					31/12/2021				
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	*Impairment*	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	*Impairment*	Valor Líquido
Imobilizado em serviço										
Terrenos		65.793	-	-	65.793		198.027	-	-	198.027
Barragens, reservatórios e adutoras	2,00%	825.482	(398.778)	-	426.704	2,00%	409.272	(394.214)	-	15.058
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,50%	527.985	(468.079)	-	59.906	2,50%	524.256	(460.721)	-	63.535
Máquinas e equipamentos	4,50%	2.895.813	(1.107.528)	-	1.788.285	4,50%	2.353.502	(1.016.054)	-	1.337.448
Veículos	5,80%	100.668	(64.582)	-	36.086	5,80%	97.776	(60.215)	-	37.561
Móveis e utensílios	6,30%	153.954	(148.613)	-	5.341	6,30%	157.944	(142.970)	-	14.974
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)		-		(234.734)	(234.734)		-		(257.579)	(257.579)
		4.569.695	(2.187.580)	(234.734)	2.147.381		3.740.777	(2.074.174)	(257.579)	1.409.024
Imobilizado em curso		654.808	-	-	654.808		859.005	-	-	859.005
Direito de Uso										
Outros	4,79%	9.564	(97)	-	9.467	4,79%	10.791	(1.227)	-	9.564
Total		5.234.067	(2.187.677)	(234.734)	2.811.656		4.610.573	(2.075.401)	(257.579)	2.277.593

Maiores informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 19.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado incialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 19.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 13.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

Em junho de 2022, a Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021

	Saldo em 31/12/2021	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço						
Software	19.800	-	-	(989)	22.247	41.058
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	287.996	-	-	(11.934)	-	276.062
Nova Concessão	-	-	-	(17.005)	28.337.781	28.320.776
Servidões	522	-	-	-	-	522
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)	-	(65.505)	13.962	-	-	(51.543)
	308.318	(65.505)	13.962	(29.928)	28.360.028	28.586.875
Intangível em curso						
Software	124.815	57.731	-	-	(1.640)	180.906
Nova Concessão	-	28.337.781	-	-	(28.337.781)	-
Outros	23.416	197	-	-	(20.609)	3.004
	148.231	28.395.709	-	-	(28.360.030)	183.910
Total	456.549	28.330.204	13.962	(29.928)	(2)	28.770.785

	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço						
Software	37.865	-	(8.470)	(9.595)	-	19.800
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	-	287.995	-	-	-	287.995
Servidões	-	522	-	-	-	522
	37.865	288.517	(8.470)	(9.595)	-	308.317
Intangível em curso						
Software	100.049	24.766	-	-	-	124.815
Outros	-	23.520	-	-	(103)	23.417
	100.049	48.286	-	-	(103)	148.232
Total	137.914	336.803	(8.470)	(9.595)	(103)	456.549

(a) O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022.

Taxa média de amortização e custo histórico

	31/12/2022					31/12/2021				
	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	*Impairment*	Valor Líquido	Taxa média de Amortização a.a.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	*Impairment*	Valor Líquido
Intangível em serviço										
Software	20,00%	154.898	(113.839)	-	41.059	20,00%	132.639	(112.839)	-	19.800
Repactuação do Risco Hidrológico (a)	4,17%	290.904	(14.843)	-	276.061	4,00%	290.904	(2.909)	-	287.995
Concessões	3,30%	28.337.771	(16.995)	-	28.320.776		-	-	-	-
Servidões		522	-	-	522		522	-	-	522
Outros		(51.544)	-	-	(51.544)		-	-	-	-
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)		-	-	-	-		-	-	-	-
		28.732.551	(145.677)	-	28.586.874		424.065	(115.748)	-	308.317
Intangível em curso										
Software		180.906	-	-	180.906		124.815	-	-	124.815
Servidões		-	-	-	-		-	-	-	-
Outros		3.005	-	-	3.005		23.417	-	-	23.417
		183.911	-	-	183.911		148.232	-	-	148.232
Total		28.916.462	(145.677)	-	28.770.785		572.297	(115.748)	-	456.549

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

(a) Os intangíveis provenientes dos novos contratos de concessão, cujo regime de exploração previsto nos contratos originais era de Produção Independente de Energia – PIE, são amortizados de forma linear, iniciado a partir de julho de 2022 até junho de 2052. Os novos contratos de concessão, cujo regime era de cotas de garantia física, serão amortizados, entre janeiro de 2023 e junho de 2052, na proporção da redução imposta pela restrição do direito de livre comercialização de energia, estabelecida pela Resolução CNPE nº 015/2021 (cotas de garantia física).

O fluxo de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
228.884	428.617	628.349	828.082	1.027.815	513.907

Prática contábil

O intangível é mensurado incialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 19.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica além dos prazos originais das concessões, que foram adquiridos no processo de repactuação do risco hidrológico, ocorrido em 2021, e no processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes da repactuação do risco hidrológico foi formado com base no valor presente líquido, calculado pela Câmara de Comercialização de Energia elétrica - CCEE, originado pelo prazo estendido para as concessões. A amortização desse custo será linear, considerando o prazo estendido para as concessões.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide a nota 1.1. Os intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras serão amortizados de forma progressiva, de acordo com a projeção de evolução das receitas associadas.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,51% e 11,50%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Em setembro de 2022, mediante os efeitos da capitalização da Eletrobras sobre as receitas e ativos das Unidades Geradoras de Caixa (UCG) participantes do regime de cotas da Companhia, foram identificadas circunstâncias que exigiram a aplicação do teste de recuperabilidade para esses ativos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36), observou-se indicativo de registro de provisão para as UCGs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas.

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (impairment) no exercício:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	(234.734)	-	(234.734)	(257.579)	-	(257.579)
Intangível	(51.543)	-	(51.543)	-	-	-
Total	(286.277)	-	(286.277)	(257.579)	-	(257.579)

A movimentação das estimativas para perda por irrecuperabilidade é como segue:

Unidade geradora de caixa	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022
Casa Nova	(78.541)	-	22.845	(55.696)
Casa Nova (B a G)	(179.038)	-	-	(179.038)
Funil e Pedra	-	(65.505)	13.962	(51.543)
Total	(257.579)	(65.505)	36.807	(286.277)

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa - UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de impairment, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com de taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 20 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Bens Materiais e Serviços	469.316	332.617
Encargos de uso de rede elétrica	85.181	62.229
	554.497	394.846
Total	554.497	394.846

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 21 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Chesf é divulgada a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Nacional						
Banco do Nordeste	7,43%	44.669	474.786	9,41%	31.612	517.913
BNDES	8,16%	69.063	195.055	6,79%	71.580	261.456
SAFRA	19,58%	74.935	25.710	6,99%	81.814	69.352
Total		188.667	695.551		185.006	848.721

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Debêntures						
Vencimento 15/01/2029	6,96%	18.740	132.155	7,17%	14.474	141.445
Total		18.740	132.155		14.474	141.445
Total Financiamentos, empréstimos e debêntures		207.407	827.706		199.480	990.166

21.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.189.646	1.252.796
Captação	-	122.640
Juros, encargos, Variações monetária e incorridos	102.894	115.352
Juros Pagos	(93.378)	(96.448)
Amortização do Principal	(164.793)	(205.265)
Custos de transação apropriado	744	571
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	1.035.113	1.189.646

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
207.407	140.500	101.865	107.893	154.833	322.615	1.035.113

21.2 - Garantias

O montante garantido para as controladas em conjunto é de R$ 75.980, em 31 de dezembro de 2022, e é apresentado no quadro abaixo.

Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
UHE Sinop	75.980	15/06/2032

21.3 – Obrigações Assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas (covenants) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de covenants no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos incialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		
PIS/COFINS	50.784	78.770
IRRF/CSRF	149.868	34.380
ICMS	262	811
INSS/FGTS	73.118	32.265
ISS	10.115	8.265
Outros	1.592	1.348
Total	285.739	155.839

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	294.686	8.221
Quota RGR	2.975	4.219
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	42.837	21.789
Quota PROINFA	8.785	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	4.144	1.894
	353.427	36.123
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	219.571	459.416
	219.571	459.416
Total	572.998	495.539

23.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

23.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

23.3. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

23.4. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

23.5. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

23.6. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 24 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
JCP do exercício de 2022	591.811	-
Dividendos do exercício de 2021	-	1.298.744
Dividendos não reclamados	236	185
Total	592.047	1.298.929

Prática contábil

A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de Reserva especial de dividendos não distribuídos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 25 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta no passivo não circulante, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Adições	11.766.222
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.766.222

Prática contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Companhia não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 26 – CONTRATO ONEROSO

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Saldo em 31/12/2022
Geração			
Jirau	67.298	23.201	90.499
	67.298	23.201	90.499
Total	67.298	23.201	90.499

	Saldo em 31/12/2020	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Geração			
Jirau	100.478	(33.180)	67.298
	100.478	(33.180)	67.298
Total	100.478	(33.180)	67.298

A variação no contrato oneroso da comercialização da compra de energia de Jirau foi decorrente de testes realizados no período à taxa de 5,58% e os períodos de vigência dos respectivos contratos, principalmente devido à variação de preços do Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Prática contábil

No processo de teste de impairment dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais

NOTA 27 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

27.1 – Benefícios pós emprego

A Chesf oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD e Benefício Saldado - BS.

O plano de benefício definido previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Planos de benefícios previdenciários	187.658	167.869
Total	187.658	167.869
Não Circulante		
Planos de benefícios previdenciários	3.579.524	3.314.875
Total	3.579.524	3.314.875

27.1.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2022			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	4.565.969	1.631.042	2.995.631	9.192.642
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)				
Valores Disponíveis Imediatos	740	54	227	1.021
Realizáveis	86.424	35.516	85.694	207.634
Investimentos em Renda Fixa	1.926.979	1.306.919	2.933.292	6.167.190
Investimentos em Renda Variável	240.859	130.203	637.613	1.008.675
Investimentos Imobiliários	13.119	-	4.608	17.727
Investimentos Estruturados	150.206	232.680	292.213	675.099
Empréstimos e Financiamentos	124.610	22.042	78.708	225.360
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	-	-	(2.363.764)	(2.363.764)
(-) Exigíveis Operacionais	(55.991)	(6.298)	(15.215)	(77.504)
(-) Exigíveis Contingenciais	(90.078)	-	-	(90.078)
(-) Fundos de Investimentos	(403)	(8.850)	(11.622)	(20.875)
(-) Fundos Administrativos	(86.424)	(35.516)	(85.694)	(207.634)
(-) Fundos Previdenciário	-	-	(20.691)	(20.691)
Total do ativos	2.310.041	1.676.750	1.535.369	5.522.160
Superávit Não Recuperável (Efeito do Limite de Ativo)	-	45.708	-	45.708
Contrato de Dívida Já reconhecido	-	50.992	-	50.992
Passivo (Ativo) líquido	2.255.928	50.992	1.460.262	3.767.182

	31/12/2021			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	4.780.604	1.651.752	2.995.032	9.427.388
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)				
Valores Disponíveis Imediatos	397	31	56	484
Realizáveis	65.721	30.170	93.181	189.072
Investimentos em Renda Fixa	1.903.159	1.342.122	2.656.898	5.902.179
Investimentos em Renda Variável	333.166	149.662	660.320	1.143.148
Investimentos Imobiliários	13.778	7.188	23.482	44.448
Investimentos Estruturados	282.100	214.766	529.768	1.026.634
Empréstimos e Financiamentos	149.435	27.698	95.896	273.029
(-) Recursos a receber do patrocinador e participante	-	-	(2.191.594)	(2.191.594)
(-) Exigíveis previdenciários	(43.339)	(4.500)	(22.714)	(70.553)
(-) Exigíveis Contingenciais	(75.706)	-	-	(75.706)
(-) Fundos de Investimentos	(29.465)	(8.094)	(10.712)	(48.271)
(-) Fundos Administrativos	(63.845)	(29.547)	(60.368)	(153.760)
(-) Fundos Previdenciais	-	-	(21.025)	(21.025)
Total do ativos	2.535.401	1.729.496	1.753.188	6.018.085
Passivo (Ativo) líquido	2.245.203	77.744	1.241.844	3.409.303

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	31/12/2022			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Custo de serviço corrente	(117)	-	11.564	11.447
Custo de juros líquidos	203.867	-	120.146	324.013
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	203.750	-	131.710	335.460

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	31/12/2021			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Custo de serviço corrente	(96)	-	1.330	1.234
Custo de juros líquidos	126.742	18.825	79.548	225.115
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	126.646	18.825	80.878	226.349

a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	4.780.604	1.651.752	2.995.032	9.427.388
Custo de serviço corrente	(117)	-	11.563	11.446
Juros sobre a obrigação atuarial	431.000	152.066	280.218	863.284
Benefícios pagos no ano	(487.144)	(125.878)	(235.394)	(848.416)
Contribuições Normais do Participante	189	-	-	189
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(158.563)	(46.898)	(55.788)	(261.249)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(158.563)	(46.898)	(55.788)	(261.249)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência				-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.565.969	1.631.042	2.995.631	9.192.642

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	5.125.469	1.911.998	3.139.451	10.176.918
Custo de serviço corrente	(96)	-	1.330	1.234
Juros sobre a obrigação atuarial	299.516	120.590	202.097	622.203
Benefícios pagos no ano	(422.095)	(105.636)	(199.608)	(727.339)
Contribuições Normais do Participante	159	-	-	159
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(222.349)	(275.200)	(148.238)	(645.787)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(222.349)	(275.200)	(148.238)	(645.787)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência				-
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	4.780.604	1.651.752	2.995.032	9.427.388

b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	2.535.401	1.729.496	1.753.188	6.018.085
Benefícios pagos durante o exercício	(487.144)	(125.878)	(235.394)	(848.416)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	189	-	-	189
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	124.651	62.205	-	186.856
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	227.133	159.684	160.072	546.889
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(90.188)	(148.756)	(142.497)	(381.441)
Saldo final em 31 de dezembro 2022	2.310.042	1.676.751	1.535.369	5.522.162

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro 2020	2.959.323	1.620.636	1.925.714	6.505.673
Benefícios pagos durante o exercício	(422.095)	(105.636)	(199.608)	(727.339)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	159	-	-	159
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	173.216	3.506	5.992	182.714
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	172.774	101.765	122.548	397.087
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(347.976)	109.225	(101.458)	(340.209)
Saldo final em 31 de dezembro 2021	2.535.401	1.729.496	1.753.188	6.018.085

27.1.2 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas	31/12/2022	31/12/2021
Plano BD:		
Taxa de Desconto	6,10%	5,25%
Inflação	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98,00%	98,00%
Duration	7,16	7,71
Plano BS:		
Taxa de Desconto	6,11%	5,36%
Inflação	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98%	98%
Duration	8,80	9,44
Plano CD:		
Taxa de Desconto	6,16%	5,48%
Inflação	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento Real dos Salários	1,25%	1,25%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	Nula	Nula
Fator de Capacidade Benefícios e Salários	98,00%	98,00%
Duration	10,39	10,84

Hipóteses Demográficas	31/12/2022	31/12/2021
Plano BD:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregadada por sexo	AT-2000 Basic, segregadada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	TASA 1927, agravada em 20%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar	80% de casados com diferença de idade de 6 anos entre o cônjuge masculino e feminino	80% de casados com diferença de idade de 6 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Plano BS:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregadada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregadada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	TASA 1927 agravada em 20%
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino	82% de casados com diferença de idade de 5 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Plano CD:		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregadada por sexo	AT-2000 Basic desagravada em 20%, segregadada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Winklevoss desagravada em 20%	TASA 1927 agravada em 20%
Rotatividade	Nula	2,48% a.a
Composição Familiar	82% de casados com diferença de idade de 4 anos entre o cônjuge masculino e feminino	82% de casados com diferença de idade de 5 anos entre o cônjuge masculino e feminino
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

27.1.3 - Resultados atuariais

Resultados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	2022	2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(203.933)	160.614

27.1.4 Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD e BS atingiram R$ 124.651 (R$ 173.216 em 2021) e R$ 62.205 (R$ 3.506 em 2021), respectivamente.

A Companhia espera contribuir com R$ 460.313 com o plano BD e com R$ 136.428 com o plano BS durante o próximo exercício.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

	31/12/2022						
Programa Previdenciário	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Plano BD	460.313	425.775	392.846	361.467	331.594	2.593.974	4.565.969
Plano BS	136.428	127.491	119.020	110.995	103.390	1.033.718	1.631.042
Plano CD	229.022	214.845	201.403	188.656	176.424	2.014.275	3.024.625

	31/12/2021						
Programa Previdenciário	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Plano BD	449.149	418.034	388.176	359.593	332.253	2.833.399	4.780.604
Plano BS	126.996	119.669	112.632	105.899	99.465	1.087.091	1.651.752
Plano CD	211.889	200.114	188.862	178.106	167.823	2.048.238	2.995.032

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 416.193 ou aumento de R$ 480.224, respectivamente.
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 79 ou teria uma redução de R$ 76, respectivamente.

	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigações de benefícios definidos	480.224	- 416.193
Expectativa de crescimento salarial	79	- 76

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

Prática contábil

Planos previdenciários

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

  A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.
- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

  O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

  Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

  Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

NOTA 28 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível, trabalhista e fiscal, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

28.1 – Provisões para litígios

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Não Circulante		
Cíveis	3.990.417	2.963.392
Trabalhistas	175.563	129.073
Tributárias	31.556	36.055
Ambientais	11.161	2.240
	4.208.697	3.130.760
Total	4.208.697	3.130.760

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.130.760
Constituição de provisões	739.896
Atualização Monetária	262.079
Depósitos judiciais	156.697
Baixas	(80.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.208.697

A movimentação da constituição de provisões está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionado a causas cíveis referentes nulidade parcial de aditivo contratual (Fator K).

As provisões para litígios relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são discutidos a seguir:

28.2.1 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R$ 3.990.417 (R$ 2.963.392 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos cíveis discutem-se principalmente processos decorrentes de pagamentos, multa e encargos por supostos atrasos de inadimplementos, ações coletivas de títulos putativos, e ações cíveis ligadas a relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas conforme os principais processos descritos abaixo:

- Ação Ordinária nº 0505839-74.1995.8.17.0001 – Rescisão Contratual

Parte Adversa – Consórcio CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior. (Réu e Reconvinte)

Resumo das Decisões de Mérito - Improcedente a ação de declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) e procedente a reconvenção das rés.

Resumo do Histórico - A Chesf é autora, em face do Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., de Ação de Declaração de Nulidade Parcial de Aditivo (Fator K de correção analítica de preços) e devolução em dobro de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais). As rés contestaram ação e, em paralelo, ajuizaram uma reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após tramitação processual nas instâncias ordinárias, foi declarada a competência da Justiça Estadual (TJPE) que julgou improcedente a ação da Chesf e procedente a reconvenção das rés.

Em tramitação perante o STJ (REsp 726.446) por força de recurso da Chesf, foi julgado majoritariamente improcedente (agosto/2010), posteriormente objeto de Embargos de Declarações sucessivos de todas as partes. Pelos Embargos interpostos pelas partes adversas, modificou-se a decisão parcialmente no que diz respeito a honorários de sucumbência. A partir de então, se sucederam diversos recursos das partes envolvidas, sem que nenhum deles tivesse efeito modificativo. O Recurso Extraordinário, destinado ao Supremo Tribunal Federal, interposto oportunamente pela Chesf, aguarda o esgotamento da apreciação do Recurso Especial em todas as suas instâncias internas do STJ.

Em paralelo, tramita em primeira instância procedimento de "Cumprimento provisório de sentença", proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde: a) Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R$ 1.035; b) Houve a apresentação pela Chesf de "seguro garantia" originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE; c) Até dezembro de 2016 houve a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R$ 500; e d) A Chesf apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE. Em dezembro de 2016, Chesf impetrou Recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ (REsp 1.530.912), que resultou em liminar atribuindo efeito suspensivo ao referido recurso, para suspender a referida ação de liquidação, bem assim a ação "Cumprimento Provisório de Sentença", liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26/01/2017, em favor da Chesf), a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado.

Em 21 de outubro de 2022 no Cumprimento Provisório de Sentença, processo n.0505839-74.1995.8.17.0001, o juiz da 12ª Vara determinou que a Diretoria Cível registre a cessão definitiva e dação em pagamento em favor da Mendesprev Sociedade Previdenciária, no valor de R$ 330.015.685,01 em razão do crédito a que possa ter direito a Mendes Junior Engenharia S.A (exequente), por força do acordo firmado nos autos de nº 1740290-02.2014.8.13.0024 da 35ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. Em 23 de dezembro de 2022. Os autos do Cumprimento Provisório de Sentença foram arquivados provisoriamente.

No âmbito da Ação de Liquidação, o REsp 1.530.912 em 20 de abril de 2021 teve proclamado parcial julgamento para acolher a arguição de nulidade do feito pela violação do art. 5° da Lei 9.469/1997, determinando a remessa da ação principal e da liquidação para julgamento pela Justiça.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus procuradores jurídicos, atualizou a provisão, para o montante total de R$ 2.067.368 (R$ 1.749.709 em 31 de dezembro de 2021), sendo este valor correspondente ao valor da condenação principal e ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf.

- Ação de indenização nº 0012492-28.2010.4.05.8300

Parte Adversa – Consórcio CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior.

Resumo das Decisões de Mérito - Proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf, determinando o pagamento da importância de R$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010).

Em grau recursal, determinou-se a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30 de setembro de 2001.

Resumo do Histórico - Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08 de junho de 1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30 de abril de 1990 ("Pós-Collor"). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela Justiça Estadual de Pernambuco, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010).

Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE, a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A partir de então, seguem-se sucessivos recursos. Após conclusão de apreciação no STJ, e a depender do respectivo resultado, seguirá para o STF, objetivando apreciar o recurso extraordinário das partes adversas.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Administração classificou o risco de perda desta ação como "provável", no montante atualizado de R$ 292.003 (R$ 230.093, em 31 de dezembro

de 2021). a ser, ainda, reduzido pela decisão de ajuste/exclusão de juros moratórios pronunciada pelo TRF-5ª região e retirados os valores prescritos em atendimento a proclamação parcial de julgamento, caso mantida a prescrição em julgamento final.

- Ação ordinária de indenização nº 0048611-24.2014.8.07.0001

Parte Adversa – Energia Potiguar e outros

Resumo das Decisões de Mérito – Sentença condenatória em desfavor da Chesf para o pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010.

Resumo do Histórico – Processo n.º 0048611-24.2014.8.07.0001, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. e Outros, tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10 de março de 2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos.

Em 29 de janeiro de 2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R$ 432.313. A partir de então, as Partes interpuseram os recursos pertinentes.

Oportunamente, a União ingressou no feito manifestando interesse jurídico na demanda, o que foi deferido. A ABRATE – Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica, requereu ingresso na condição de amicus curiae, o que foi negado pelo desembargador relator.

O recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1. Acórdão foi publicado aos 10 de outubro de 2019.

Como resultado dos diversos recurso interpostos, em 17 de outubro de 2022 o TJDF anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias para confirmar a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. A Chesf interpôs Recurso Extraordinário e Recurso Especial em 16 de novembro de 2022, aguardando julgamento.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "provável", no montante estimado de R$ 611.987 (R$ 512.152 em 31 de dezembro de 2021).

28.1.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações tributárias de R$ 31.556 (R$ 36.055 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos tributários discutem-se principalmente anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

28.1.3 - Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R$ 175.563 (R$ 129.073 em 31 de dezembro de 2021), sendo está a estimativa provável de desembolso de recursos para liquidar estes processos.

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

28.2 - Passivos Contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	10.510.672	9.917.313
Trabalhistas	94.506	82.886
Ambientais	362.273	24.650
Regulatórios	2.920.898	2.593.366
Fiscais	186.204	137.512
	14.074.553	12.755.727

28.2.1 - Cíveis, ambientais e regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais cíveis de R$ 13.793.843 (R$ 12.535.329 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão, conforme os principais processos descritos abaixo:

- Ação Anulatória nº 0709603-56.2022.8.02.0001

Parte Adversa – Estado de Alagoas

Resumo das Decisões de Mérito - Sentença julgando improcedente o pedido e condenando a Chesf ao pagamento de honorários advocatícios de R$50, em 19 de dezembro de 2022.

Resumo do Histórico - Ação anulatória movida pela Companhia contra o Estado de Alagoas, processo tombado sob o n. 0709603-56.2022.8.02.0001 em tramite perante a 17ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. O objeto da demanda ação é o inconformismo contra os acórdãos nºs 020/2022 e 021/2022, exarados pelo Plenário do Conselho Tributário Estadual (CTE), que não conheceram os Recursos Especiais Administrativos lançados contra os Acórdãos CTE 1ª Câmara nºs 28/2020 e 29/2020, os quais, anteriormente, haviam negado provimento aos Recursos Ordinários, respectivamente, manejados nos Processos Administrativos Fiscais nºs 1500- 042861/16 e 1500-013710/17.

A Chesf, por força de decisão judicial proferida em ação judicial da qual não era parte, deixou de pagar – na qualidade de substituta tributária – os tributos devidos pela Brasken. A decisão judicial foi revogada sem que a Chesf tivesse sido notificada. O Fisco Estadual pretendendo recolher os tributos não retidos pela Chesf da Brasken lavrou dois autos de infração 70.64132-001 e 70.64254-001 contra a Chesf. Administrativamente o recurso fiscal interposto pela Chesf foi julgado improcedente por maioria de votos, e o julgamento foi encerrado em 28 de dezembro de 2020, com voto de qualidade do presidente da câmara, tendo em vista o empate verificado entre os dois representantes do fisco - inclusive o relator - que negou provimento ao recurso e os dois representantes dos contribuintes, que o acolheram. Não tendo a Chesf conseguido reverter administrativamente, ajuizou ação anulatória em 28 de março de 2022 visando desconstituir e anular a cobrança feita pelo fisco federal. Em 03 de agosto de 2022 o processo foi concluso para decisão. Em 19 de dezembro de 2022 o Juiz prolatou sentença julgando improcedente o pedido e condenou em honorários advocatícios de R$50.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$564.598.

- Ação Ordinária nº 0026448-59.2002.4.01.3400

Parte Adversa – AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia

Resumo das Decisões de Mérito – Decisão em grau de recurso julgou procedente a ação.

Resumo do Histórico – Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400– 3ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão Interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) resultou num débito de aproximadamente R$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07 de novembro de 2008. Tal débito onerou a Chesf.

Para suspender a exigibilidade do débito foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente suspensão dos efeitos da liminar e suspensão do débito em questão.

A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31 de dezembro de 2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

A Ação Ordinária foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora.

Em 31 de março de 2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). Resp da AES julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados.

No dia 26 de março de 2014 O julgamento foi revertido. O Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região.

A partir de então, as Partes interpuseram os recursos pertinentes.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R$ 499.457 (R$ 451.894 em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Ordinária nº 0028292-95.2010.8.17.0001

Parte Adversa – Libra Ligas do Brasil S/A

Resumo das Decisões de Mérito – Processo ainda não sentenciado.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária de Cobrança nº 0028292-95.2010.8.17.0001 proposta pela Chesf, em razão de faturas de energia elétrica não pagas pela ré (empresa Libra Ligas do Brasil S/A), por força do contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Contrato CCVE 018/2004. A empresa Liga Libras ingressou com a ação judicial nº 0017540-06.2006.8.17.0001, que lhe concedeu liminar para impedir a Chesf de cessar o fornecimento de energia elétrica. Com base em interpretação equivocada de tal liminar, a empresa passou a não pagar as faturas da energia consumida, o que motivou a Chesf a ingressar com a presente ação de cobrança.

Em 31 de outubro de 2021, o Juízo, uma vez que fora proferida decisão declinatória de competência nos autos da ação conexa à presente (processo nº 0017540-06.2006.8.17.0001), determinando a suspensão do presente processo até o julgamento da referida ação, então em trâmite perante a Justiça Federal, determinou intimação da Chesf para falar a respeito. Em 09 de fevereiro de 2022, a Chesf informa que o único processo em que litigam Chesf e Libra na Justiça Federal (processo nº 0010768-13.2015.4.05.8300) foi definitivamente arquivado.

Em 29 de setembro de 2022, o Juízo proferiu decisão interlocutória indeferindo o pedido cautelar constante da inicial. Em 28 de outubro de 2022, Chesf peticiona juntando a planilha do débito atualizada e desde 24 de novembro de 2022 os autos encontram-se conclusos para Despacho.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R$ 336.951 (R$ 754.203, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Ordinária nº 0000421-20.2003.4.05.8500

Parte Adversa – Edileuza Soares dos Santos e outros

Resumo das Decisões de Mérito – Processo ainda não sentenciado.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária com pedido de Indenização n° 0000421-20.2003.4.05.8500, em curso na Justiça Federal – 2ª Vara Aracaju, com 219 partes autoras, entre elas Edleuza Soares dos Santos e como réus: Chesf e União Federal.

A petição inicial discorre longamente sobre o direito coletivo e difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sobre danos ambientais. Também traz, como suposto direito, uma indenização paga a uma tribo indígena relocada para a construção da Hidrelétrica de Xingó, situação completamente distinta da que se discute nesta ação. Os autores pediram a inversão do ônus da prova e o custeio de perícia pela Chesf, além do reconhecimento do interesse da União, por se tratar de terreno de marinha.

A Chesf contesta alegando, em síntese, litispendência com a Ação Civil Pública n° 0000420-35.2003.4.05.8500, autuada na mesma data, proposta pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, que contêm exatamente as mesmas partes e os pedidos são exatamente os mesmos, bem como tem idêntica a causa de pedir. Além disso, arguiu a legalidade dos procedimentos da Chesf, a inexistência de comprovação dos elementos essenciais para configurar a responsabilidade civil, bem como o chamamento à lide do IBAMA, do IMA/AL, do IMA/BA e da ADEMA/SE.

Em 18 de outubro de 2022, decisão deferindo a habilitação de sucessores de autores falecidos nos autos, bem assim intimando as partes para aditarem as razões finais. Em 01 de dezembro de 2022, autos conclusos para pronunciamento judicial.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R$ 325.550 (R$ 298.857, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Ordinária nº 0012519-31.2017.4.01.3400

Parte Adversa – União Federal

Resumo das Decisões de Mérito – Sentença julgando improcedente o pedido e revogando a liminar anteriormente deferida.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária nº 0012519-31.2017.4.01.3400 proposta pela Chesf em face da União Federal, com pedido de Liminar em antecipação de tutela, visando suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/2013 Foi deferido, em 06 de abril de 2017, o pedido de tutela de urgência, para que a ré se abstenha de anotar qualquer ato de aplicação da referida Resolução e comunique à ANEEL e à CCEE que se abstenham de promover a execução, aplicação, regulamentação e implementação da aludida Resolução, determinando a suspensão e desconstituição da eficácia de todos os atos de execução, aplicação, regulamentação ou implementação da Resolução já realizados, com efeitos retroativos à data de sua edição, mantendo-se intacta a sistemática da resolução CNPE 8/2007, cessando, imediatamente o pagamento, desonerando a Autora do rateio dos custos dos encargos de serviço do sistema energético. Em 30 de maio de 2018, foi proferida Sentença julgando improcedente o pedido e revogando a liminar anteriormente deferida. Aguardando inclusão em pauta para julgamento da Apelação da Chesf.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R$ 272.315 (R$ 237.313, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Ordinária nº 0000377-81.2004.8.17.0001

Parte Adversa – Amadeu Salustiano Souza

Resumo das Decisões de Mérito – Processo ainda não sentenciado.

Resumo do Histórico – Ação Ordinária de Indenização por Dano Moral tombada sob nº 0000377-81.2004.8.17.0001, em curso na 25ª vara cível de Recife, Pernambuco, interposta por Antônio Serapião da Silva e outros, em face da Chesf e União. Os Autores propuseram ação de indenização em face da Chesf alegando dano moral em vista do processo de desapropriação para a formação do lago reservatório de Itaparica, sob a alegação de violação a direitos humanos e patrimoniais. Em contestação, a Chesf alegou preliminarmente litispendência, informando a existência de Ação Civil Pública que trata da questão o que, uma vez reconhecido, resulta em extinção do feito sem julgamento de mérito. No mérito, refuta os argumentos articulados, pugnando pela improcedência total dos pedidos articulados. O processo está na fase de conhecimento e aguardando digitalização.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$270.708 (R$ 247.785, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação civil pública Nº 0002490-83.2012.4.01.3306

Parte Adversa – Ministério Público Federal na Bahia

Resumo das Decisões de Mérito - Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, nos termos do detalhamento acima.

Resumo do Histórico - Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 0002490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R$ 1.000.000.

Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação.

Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30 de novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal Néviton Guedes – Quinta Turma. Em 31 de dezembro de 2016 estava concluso para relatório e voto – sendo o processo redistribuído por sucessão para a Desembargadora Federal Danielle Maranhão Costa – Concluso para despacho desde 02 de abril de 2018.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante atualizado de R$ 4.159.029 (R$ 3.732.691, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública nº 0033328-13.2015.4.01.3400

Parte Adversa – Aneel

Resumo das Decisões de Mérito - Sentença parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante, todavia, consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença.

Resumo do Histórico- Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R$ 1.471.000.

Em 20 de setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante, todavia, consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da CHESF, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença.

A partir de então, as Partes interpuseram os recursos pertinentes.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$ 2.252.254 (R$ 1.470.885, em 31 de dezembro de 2021).

- Ação Civil Pública nº 0001209-58.2013.4.01.3306

Parte Adversa – Ministério Público Federal da Bahia

Resumo das Decisões de Mérito - Em 11 de março de 2014, o Juiz Federal de Paulo Afonso proferiu decisão determinando que a Chesf estenda a todos os atingidos pela barragem cadastrados no Relatório de Famílias Relocadas o direito de recebimento de Verba de Manutenção Temporária- VMT, nos termos do acordo firmado em 1986.

Em 15 de janeiro de 2019, foi revertida a Decisão com o reconhecimento da prescrição da pretensão do MPF de reassentamento ou pagamento de Verba de Manutenção Temporária (VMT) pela CHESF às famílias cadastradas no Relatório de Famílias Relocadas, bem como de declaração de inexistência do Aditivo de 1991, bem assim extinto o processo com resolução do mérito.

Resumo do Histórico - Ação Civil Pública, tombada sob nº 0001209-58.2013.4.01.3306, em curso na Justiça Federal – 1ª vara de Paulo Afonso, Bahia, tendo como partes Chesf, Ministério Público Federal e como litisconsorte passivo União Federal.

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica.

Em 11 de março de 2014, o Juiz Federal de Paulo Afonso proferiu decisão determinando que a Chesf estenda a todos os atingidos pela barragem cadastrados no Relatório de Famílias Relocadas, ou seus sucessores, nos limites daquilo devido aos falecidos, o direito de pagamento de Verba de Manutenção Temporária- VMT, nos termos do acordo firmado em 1986 (2,5 salários mínimos), até a efetiva entrega da terra ("»Projeto Irrigado»), desde que essas famílias não tenham sido efetivamente reassentadas ou tenham sido indenizadas pelas áreas atingidas, que não se confunde com a indenização pelas benfeitorias realizadas, no prazo de 120 (cento e vinte dias), sob pena de cominação de multa diária no valor de R$ 50 por dia de atraso, vinculando-se o eventual produto das multas a investimentos voltados ao desenvolvimento dos referidos reassentamentos."

A partir de então, as Partes interpuseram os recursos cabíveis.

Em 15 de janeiro de 2019 foi prolatada Decisão reconhecendo a prescrição da pretensão do MPF de reassentamento ou pagamento de Verba de Manutenção Temporária (VMT) pela Chesf às famílias cadastradas no Relatório de Famílias Relocadas, bem como de declaração de inexistência do Aditivo de 1991, e extinguiu o processo com resolução do mérito. A partir de então, as Partes interpuseram os recursos cabíveis. Encontra-se pendente apreciação de recursos em face dos Tribunais Superiores, STJ e STF.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R$ 3.772.158 (R$ 3.361.748, em 31 de dezembro de 2021).

28.2.2 - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R$ 186.204 (R$ 137.512 em 31 de dezembro de 2021).

28.2.3 - Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui ações judiciais trabalhistas de R$ 94.506 (R$ 82.886 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão.

28.3 – Decisão do STF - Matéria tributária transitada em julgado

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Chesf não foi, neste momento, impactada pela decisão do STF.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 29 – OBRIGAÇÕES LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas.

	Controle Desenvolvimento Energético	Revitalização das bacias hidrográficas
Saldo em 31/12/2021	-	-
Adição	13.883.958	2.677.569
Atualização monetária	81.966	9.207
Encargos	457.323	74.809
Juros pagos	(12.062)	-
Amortização do principal	(1.970.312)	-
Saldo em 31/12/2022	12.440.873	2.761.585
Circulante	248.146	349.553
Não circulante	12.192.727	2.412.032

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	Conta de Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas
2023	248.147	349.552
2024	461.243	330.795
2025	643.004	313.045
2026	796.792	296.246
2027	925.651	280.349
Após 2027	9.366.036	1.191.598
Total	12.440.873	2.761.585

Na nota 38.2.2, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 30 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Provisão de férias	85.127	77.532
Processos de desligamento - nota 2	378.556	108.747
Folha de Pagamento	5.646	36.741
Encargos sobre férias	6.806	6.199
Participações nos Lucros/Resultados	48.361	95.403
Contribuição Previdenciária	25.540	23.360
Outros	7.680	5.920
Total	557.716	353.902

Prática contábil

As estimativas com obrigações trabalhistas e os respectivos encargos trabalhistas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, à medida que os empregados obtêm direitos de recebimentos futuros.

NOTA 31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia estão apresentados a seguir:

Compromissos	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Compra de energia	260.206	259.495	259.495	259.495	1.873.621
Venda de energia	1.228.965	1.075.169	967.310	967.356	7.072.362
Aquisições de imobilizados	439.213	151.185	149.480	212.264	1.279.898

NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro 2022, é de R$ 9.753.953 (R$ 9.753.953, em 2021).

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

	31/12/2022					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.518	86,55	55.669	99,58
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,06	194	0,35
Light	-	-	9	0,51	9	0,02
Outros	-	-	33	1,88	33	0,06
Total	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

	31/12/2021					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.518	86,55	55.669	99,58
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,06	194	0,35
Light	-	-	9	0,51	9	0,02
Outros	-	-	33	1,88	33	0,06
Total	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

32.1 - Reservas de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

	31/12/2022	31/12/2021
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

32.2 - Reservas de Lucros

	31/12/2022	31/12/2021
Legal	743.124	660.987
Incentivos fiscais	1.020.521	950.143
Reserva especial de dividendos não distribuídos	8.125.172	7.961.877
	9.888.817	9.573.007

32.2.1 – Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

32.2.2 – Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

32.2.3 - Reserva Especial de Dividendos

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

32.3 – Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2022, a Administração propôs o pagamento dos dividendos aos acionistas no valor de R$ 1.391.617, sendo R$ 695.809 na forma de Juros sobre capital próprio e R$ 695.808 como dividendos adicionais propostos. Considerando que a atual situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento da totalidade dos dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76, foi constituída a reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R$ 168.993, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.

Os dividendos constituídos serão pagos na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária.

De acordo com o artigo 42 do Estatuto Social da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram disponibilizados, reverterão em favor da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.707.427	5.468.404
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(64.680)	(7)
Constituição da Reserva legal	(82.137)	(273.420)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	1.560.610	5.194.977
Dividendos mínimos obrigatórios	390.153	1.298.744
Remuneração proposta:		
Juros sobre capital próprio	695.809	-
Dividendos adicionais propostos	695.808	1.298.744
Remuneração líquida	1.391.617	1.298.744
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R$)	24,89	23,23

32.4 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33 (R1) (*IAS* 19), a Companhia reconheceu neste exercício ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R$ 160.614 (ganho de R$ 160.614, em 2021), perfazendo um montante acumulado de R$ 3.593.858 (R$ 3.593.858, em 2021).

NOTA 33 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Companhia e sua quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

	31/12/2022		
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.653.857	53.570	1.707.427
Lucro do exercício	1.653.857	53.570	1.707.427
Denominador			
Quantidade de ações	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86%	3,14%	
Resultado por ação básico (R$)	30,54	30,54	

	31/12/2021		
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	5.296.834	171.570	5.468.404
Lucro do exercício	5.296.834	171.570	5.468.404
Denominador			
Quantidade de ações	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86%	3,14%	
Resultado por ação básico (R$)	97,82	97,82	

Prática contábil

A companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

NOTA 34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2022	31/12/2021
Geração		
Suprimento	3.106.590	2.969.543
Fornecimento	863.486	658.343
CCEE	110.777	388.431
	4.080.853	4.016.317
Transmissão		
Receita de operação e manutenção	2.268.251	2.034.269
Receita de construção	605.344	519.125
Receita financeira contratual	2.403.532	2.922.291
	5.277.127	5.475.685
Outras receitas	80.840	33.271
(-) Deduções à Receita operacional		
(-) ICMS	(148.724)	(120.375)
(-) PIS e COFINS	(788.910)	(782.603)
(-) Encargos setoriais	(629.951)	(478.713)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(968)	(621)
	(1.568.553)	(1.382.312)
Receita operacional líquida	7.870.267	8.142.961

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia ("PIE"), em 20% ano, atingindo a alteração completa em 05 anos. Maiores detalhes nas notas 1.1 e 18.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 13.

NOTA 35 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(560.690)	(984.498)	(1.545.188)	(399.936)	(583.960)	(983.896)
Material	(18.135)	(25.319)	(43.454)	(15.131)	(20.062)	(35.193)
Serviços	(216.235)	(110.362)	(326.597)	(164.143)	(131.587)	(295.730)
Energia comprada para revenda	(235.667)	-	(235.667)	(475.601)	-	(475.601)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(948.925)	-	(948.925)	(868.871)	-	(868.871)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
Construção	(968.419)	-	(968.419)	(798.008)	-	(798.008)
Depreciação e amortização	(134.139)	(31.900)	(166.039)	(67.156)	(54.904)	(122.060)
Doação e contribuições	-	(12.235)	(12.235)	-	(12.018)	(12.018)
Perdas estimadas/Provisões operacionais - Nota 33.1	-	(791.283)	(791.283)	-	(452.346)	(452.346)
Outros	(31.578)	(407.615)	(439.193)	(121.158)	(1.061.889)	(1.183.047)
Total	(3.113.788)	(2.363.212)	(5.477.000)	(2.910.004)	(2.316.766)	(5.226.770)

35.1 - Perdas estimadas/Provisões operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para litígios (i)	(921.240)	(1.121.568)
Perdas estimadas em investimentos - nota 16	371.529	(11.966)
PECLD - Consumidores e revendedores (iv)	(91.181)	684.504
Contratos onerosos (iii)	(23.201)	33.180
GAG melhoria (ii)	(90.498)	(13.084)
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*) (iii)	(28.698)	210.496
Perda estimada com depósitos judiciais	(7.994)	(233.908)
	(791.283)	(452.346)

A principal movimentação no período deveu-se aos seguintes fatos:

(i) provisão para litígios no montante de R$ 921.240 em função, principalmente, da atualização do fator K (R$ 142.589), do registro de provisão referente ao processo movido pela Energia Potiguares, para pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010 (R$ 611.987) e de processos cíveis, fiscais e trabalhistas (R$ 191.106);

(ii) registro de provisão GAG melhoria no montante de R$ 90.498, em função dos investimentos realizados nas usinas renovadas entre os períodos;

(iii) registro de reversão de provisão de impairment/contrato oneroso R$ 51.899;

(iv) registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre clientes e outros créditos no montante de R$ 91.181.

35.2 – Programa de Demissão Voluntária - 2022

O valor registrado referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R$ 391.591, sendo realizado em duas fases, uma em 2022, que corresponde a despesa efetiva no montante de R$ 128.808 e outra em 2023, que corresponde a provisão no montante estimado em R$ 262.783. O número total de inscritos foi de 912 empregados.

NOTA 36 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	251.597	59.561
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	7.827	100.544
Outras receitas financeiras	14.299	55.216
	273.723	215.321
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(92.790)	(87.639)
Encargos de dívidas - obrigações com CDE (i)	(457.323)	-
Encargos de dívidas - revitalização das bacias hidrográficas (i)	(74.809)	-
Encargos sobre recursos de acionistas (ii)	(96.027)	(142.218)
Outras despesas financeiras (iii)	(30.889)	(25.837)
	(751.838)	(255.694)
Itens financeiros líquidos		
Variações monetárias	(5.166)	278.619
	(5.166)	278.619
Resultado Financeiro	(483.281)	238.246

A principal movimentação do período corresponde a:

(i) atualização das obrigações advindas da capitalização da Eletrobras, sendo: R$ 457.323 referente a CDE e R$ 74.809 referente a revitalização das bacias hidrográficas

(ii) registro dos juros sobre remuneração aos acionistas, no valor de R$ 96.027, em decorrência do expressivo valor a pagar de dividendos referentes a exercícios anteriores;

(iii) correção do saldo de P&D.

Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 21, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 29, e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Efeitos da Lei nº 14.182/2021 - nota 1.1	31/12/2022	31/12/2021
Perda na liquidação do ativo financeiro das usinas cotistas	487.282	-
Perda na liquidação dos valores residuais de imobilizado não indenizados	131.948	-
Total	619.230	-

NOTA 38 – INTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1- Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, apresentados na nota 21, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.035.113	1.189.646
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(874.173)	(9.762)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(386.874)	(2.417.701)
Exposição líquida	(225.934)	(1.237.817)
(+) Total do Patrimônio Líquido	21.456.986	20.649.301
Total do Capital	21.231.052	19.411.484
Índice de Alavancagem Financeira	-1%	-6%

38.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		874.173	9.762
Clientes		869.168	845.468
Títulos e valores mobiliários		8.900	8.642
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013		-	487.822
Cauções e depósitos vinculados		159.599	149.716
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	781.332	2.549.764
Total Ativos financeiros		2.693.172	4.051.174
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Financiamentos e empréstimos		884.218	1.033.727
Fornecedores		554.497	394.846
Debêntures		150.895	155.919
Obrigações Lei nº 14.182/2021		15.202.458	-
AFAC		11.766.222	-
Total Passivos financeiros		28.558.290	1.584.492

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

38.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

38.2.1 – Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 31 de dezembro de 2022 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook, publicado pela OCDE.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

a.1) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		Saldo em 31/12/2022	Efeito no Resultado Cenário I - Provável 2022¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
CDI	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	100.645	13.738	17.173	20.607
	Impacto no resultado	100.645	13.738	17.173	20.607
TJLP	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	231.753	16.686	20.858	25.029
	Impacto no resultado	231.753	16.686	20.858	25.029
IPCA	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	382.607	21.809	27.261	32.713
	Impacto no resultado	382.607	21.809	27.261	32.713
Impacto no resultado em caso de apreciação dos indicadores nacionais		715.005	52.233	65.291	78.349

(¹) Premissas adotadas:	31/12/2022	Provável	+25%	+50%
CDI	13,65%	13,65%	17,06%	20,48%
TJPL	7,20%	7,20%	9,00%	10,80%
IPCA	5,70%	5,70%	7,13%	8,55%

38.2.2 – Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

38.2.2 – Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	Fluxo de pagamento Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembrode 2022					
Fornecedores	554.497	-	-	-	554.497
Financiamentos e empréstimos	188.667	190.651	182.284	322.616	884.218
Obrigações estimadas	125.153	-	-	-	125.153
Debêntures	13.337	17.441	57.453	62.664	150.895
Obrigações Lei nº 14.182/2021	597.699	1.748.087	2.299.038	10.557.634	15.202.458
AFAC	11.766.222	-	-	-	11.766.222
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	394.846	-	-	-	394.846
Financiamentos e empréstimos	232.772	219.131	450.709	520.228	1.422.840
Obrigações estimadas	113.011	-	-	-	113.011
Debêntures	13.820	18.073	59.535	69.103	160.531

Prática Contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48 / IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, nota 21.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, nota 35.1.

NOTA 39 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização; e
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	31/12/2022 Geração	Transmissão	Total	31/12/2021 Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	3.261.241	4.609.026	7.870.267	3.317.799	4.825.162	8.142.961
Custos Operacionais	(1.589.658)	(1.524.130)	(3.113.788)	(1.776.499)	(1.133.505)	(2.910.004)
Despesas Operacionais	(1.299.854)	(1.682.588)	(2.982.442)	(1.401.484)	(915.282)	(2.316.766)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	-	228.155	228.155	-	2.942.521	2.942.521
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	371.729	1.630.463	2.002.192	139.816	5.718.896	5.858.712
Resultado Financeiro			(483.281)			238.246
Resultado de Participações Societárias			167.233			160.966
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			21.283			(789.520)
Lucro Líquido no Período	371.729	1.630.463	1.707.427	139.816	5.718.896	5.468.404

39.1 - Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

	CONTROLADORA 31/12/2022 Administração	Geração	Transmissão	Total	31/12/2021 Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	883.146	1.919.043	-	2.802.189	719.095	1.548.934	-	2.268.029
Intangível	221.965	28.548.820	-	28.770.785	144.615	311.934	-	456.549
Ativo Contratual	-	-	18.860.799	18.860.799	-	-	18.357.581	18.357.581
Total	1.105.111	30.467.863	18.860.799	50.433.773	863.710	1.860.868	18.357.581	21.082.159

NOTA 40 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Dentre as principais operações ocorridas com partes relacionadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos de acordo com a legislação específica sobre o assunto:

40.1 – Principais transações ocorridas em 2022

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf e Fachesf	01/01/2022	Segundo Aditivo ao Convênio: Compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAP, de responsabilidade da Chesf, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais.	57.875
Chesf e Eletrobras	21/06/2022	Celebração de contrato referente à Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor total de R$ 11.766.222.190,36 (onze bilhões, setecentos e sessenta e seis milhões, duzentos e vinte e dois mil e cento e noventa reais e trinta e seis centavos), que foi destinado à Chesf para pagamento do bônus de outorga conforme determinado na Resolução CNPE nº 15, de 31 de agosto de 2021.	11.766.222
Chesf e Eletronorte	16/12/2022	A aquisição, pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.("Eletronorte"), por meio do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA"), da participação equivalente a 24,5% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos) detida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. ("Chesf"), acrescida de 22.675 ações da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Neoenergia Afluente T"), 95.981 ações da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia ("Neoenergia Coelba") e 58.460 ações da Companhia Energética do Rio Grande do Norte ("Neoenergia Cosern") detidas pela Chesf. O valor das participações envolvidas totaliza R$ 389.452.937,92 (trezentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).	389.453

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

40.2 - Transações com partes relacionadas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

	31/12/2022				31/12/2021			
Patrimonial	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Ativos								
Clientes	22.089	339	-	17.582	25.261	333	-	16.307
Contas a receber	1.289	-	-	7.412	468	-	-	1.134
Dividendos / JCP a receber	46.925	7.354	-	-	63.766	10.927	-	-
Participações Societárias	5.633.425	-	-	-	5.246.494	145.724	-	-
Ativos mantidos para venda		143.388						
Outros ativos	-		136.316	-	8.197	-	-	-
Total Ativo	5.703.728	151.081	136.316	24.994	5.344.186	156.984	-	17.441
Passivos								
Contas a Pagar	16	-	2.373.650	882	(74)	-	1.952.252	190
Fornecedores	22.735	-	-	18.611	19.818	-	-	19.658
Dividendos e JCP a pagar	-	-	-	589.022	-	-	-	1.293.439
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	11.766.222	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	115.773	-	-	-	222.781	-
Total Passivo	22.751	-	2.489.423	12.374.737	19.744	-	2.175.033	1.313.287

	31/12/2022				31/12/2021			
Resultado	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Receitas de prestação de serviços	7.238	-	-	-	5.406	-	-	-
Receita financeira	340	-	268	39	457	-	157	50
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	371.658	-	(156.145)	1.705	99.427	-	(134.835)	(1.683)
Energia comprada para revenda	(245.238)	-	-	-	(226.149)	-	-	-
Encargo de Uso da Rede	(29.071)	-	-	(209.820)	(28.022)	-	-	(220.398)
Contribuições patrocinadora	-	-	(50.325)	-	-	-	(45.087)	-
Despesa financeira	-	-	-	(95.904)	(5)	-	-	(141.999)
Equivalência patrimonial	136.991	30.241	-	-	114.959	46.007	-	-
Total	241.918	30.241	(206.202)	(303.980)	(33.927)	46.007	(179.765)	(364.030)

40.2.1 - Abaixo se encontram as principais transações significativas acerca do uso de rede de transmissão, compra de energia ou prestação de serviços:

- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial;
- Ressarcimento de despesas de empregados cedidos;
- Remuneração pelo capital investido;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Contratos de compra de energia;
- Empregados cedidos;
- Contratos celebrados de arrendamentos;
- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão.

40.3 - Remuneração de pessoal-chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	4.595	2.670
Encargos Sociais	973	767
Benefícios	233	180
Total	5.801	3.617

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes, empregados e conselheiros pode ser observada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração de dirigentes		
Maior remuneração de administradores	89.741,99	83.726,87
Menor remuneração de administradores	70.691,40	58.431,65
Remuneração média de administradores	76.898,33	60.106,99
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	4.588,16	4.595,75
Menor remuneração de conselheiros	4.588,16	4.595,75
Remuneração média de conselheiros	4.588,16	4.595,75
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	79.601,00	66.494,86
Menor remuneração de empregados	2.322,75	2.041,22
Remuneração média de empregados	15.444,24	11.667,31

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre a Companhia e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 41 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Geração		
Energética Águas da Pedra S.A.	143.388	-
Outros		
Participações minoritárias	234	
Total do Ativo	143.622	-

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 42 – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Transações não envolvendo caixa	
Emissão de AFAC pela Eletrobras com créditos da aquisição de combustíveis - Lei nº 12.111/2009	1.159.105
Obrigações Lei nº 14.182	16.561.527
Total adicionado ao ativo intangível	17.720.632
Perda dos valores residuais - redução do imobilizado	131.948
Perda dos valores não homologados - modernizações/melhorias (Lei nº 12.783/2013)	487.282

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de janeiro de 2023, os acionistas da Eletrobras reunidos na 185ª AGE aprovaram a incorporação da totalidade das ações de emissão das subsidiárias: (i) CHESF; (ii) CGT Eletrosul; (iii) Furnas; e (iv) Eletronorte. A aprovação das Incorporações de Ações também ocorreu nas assembleias gerais das subsidiárias.

A operação se justifica como sendo do interesse de todas as partes interessadas, haja vista que as subsidiárias possuem em seus quadros sociais agrupamento de acionistas minoritários que titularizam parcela diminuta do capital social votante dessas empresas. A formatação de um único acionista para essas controladas permitirá, assim, que o próprio escopo de atuação dessas sociedades seja revisto e repensado, com vistas: (i) à completa reestruturação e simplificação de seus sistemas de governança, com enfoque em administrações locais mais enxutas e com perfil de gestão operacional; (ii) centralização e padronização de macroprocessos e estruturas, com eliminação de redundâncias e ganhos de eficiência na operação dos ativos e execução dos projetos de investimento; (iii) robustecimento do papel da Eletrobras no direcionamento estratégico de suas subsidiárias e na definição do modelo ótimo de gestão; e (iv) maior segurança jurídica no processo decisório, haja vista a ausência de potenciais interesses conflitantes normalmente associados ao cenário de pluralidade da base acionária.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta
Presidente

Fabio Malina Losso
Conselheiro

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Conselheiro

Lourinaldo Ferreira de Santana
Conselheiro

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Hélio Mourinho Garcia Júnior
Presidente

André Luiz Amaral dos Santos
Conselheiro

Henrique Alves Santos
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabio Lopes Alves
Diretor-Presidente

Jenner Guimarães do Rêgo
Diretor Financeiro

Roberto Pordeus Nóbrega
Diretor de Regulação e Comercialização

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor de Operação

Ilenildo Macena dos Santos
Diretor de Gestão Corporativa

Reive Barros dos Santos
Diretor de Engenharia

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

José Henrique Mendes de Oliveira
Superintendente
CRC-PE-017904/O-4 – Contador

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 16.3 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Norte Energia S.A., apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes relevantes em 31 de dezembro de 2022. As circunstâncias da controlada em conjunto demonstra a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 17) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 16) O ativo imobilizado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e eólicas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC. Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontados para os respectivos investimentos. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas nessas áreas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia. Para as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, avaliamos a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Com base na legislação societária vigente, também avaliamos a existência e valor das obrigações legais nos casos em que a Companhia constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero. Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidos.
Mensuração do ativo contratatual transmissão (Nota 13) O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejada é baseada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Chesf, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros. Todas essas considerações requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição da taxa de remuneração utilizada e a margem do contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 28)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios. A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos nas diversas instâncias judiciais e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento. Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Benefício pós emprego (Nota 27)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia, líquidas dos ativos do plano, totalizam R$ 3.767 milhões. A Companhia possui planos de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Certos planos que possuem características de "benefício definido, "contribuição variável" e "benefício saldado", geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, aumento salarial esperado, mortalidade, entre outros, aplicadas sobre a base de assistidos total dos referidos planos. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego. Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2022 e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados. Também avaliamos as hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado. Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do intangível - Novos contratos de concessão (Nota 1.1.1 e 18)

Em 17 de junho de 2022, a Companhia, através das suas controladas, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as vinte e duas usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021 que permitiu e determinou as condições para a desestatização da Eletrobras.

Os novos contratos concederam o direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos, tendo como contraprestação, a obrigação de compromissos de pagamentos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021; a; e o pagamento de bônus de outorga que totalizam o custo de aquisição do ativo intangível referente aos contratos de concessão no montante de R$ 28.337 milhões.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido a sua relevância e pelos aspectos da formação do custo de aquisição no reconhecimento do ativo intangível destes novos contratos de concessão

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação de transações não usuais.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão, leis e normativos associados ao processo de obtenção dos novos contratos de concessão, bem como discutimos com a administração os principais aspectos de mensuração e reconhecimento desses novos contratos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Eletrobras
Chesf

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA DIRETORIA E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 13 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora CRC 1PE020549/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 13 de março de 2023, homologada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2023, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2022, e, assistido pelo Superintendente de Contabilidade da Companhia, *José Henrique Mendes de Oliveira* e pelo Representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, *Helena de Petribu Fraga Rocha, Contadora CRC PE-020549/O-6*, analisou as **Demonstrações Contábeis** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 13 de março de 2023, sem ressalvas, com ênfase para o seguinte item: "Situação operacional das empresas controladas em conjunto".

Tomou, ainda, conhecimento da proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, sobre a Destinação do Lucro Líquido do Exercício, que inclui a constituição da reserva legal, no montante de R$ 82.137 mil, a constituição da reserva de incentivos fiscais, no montante de R$ 64.680 mil, a distribuição de dividendos no montante de R$ 1.391.617 mil, equivalente à 89,17% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o valor de R$ 695.809 mil sob a forma de Juros Sobre Capital Próprio imputados ao dividendo do exercício, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2022, e o valor de R$ 695.808 mil, como dividendos adicionais propostos, e, do saldo remanescente do Lucro Ajustado, a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, no montante de R$ 168.993 mil, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, para futuro pagamento aos acionistas tão logo a situação financeira da Companhia permitir, nos termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

Desta forma, com base nas informações e esclarecimentos recebidos e no Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal é de opinião de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e considera que estão em condições de serem submetidas à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Recife, 13 de março de 2023.

Hélio Mourinho Garcia Júnior
Presidente

Henrique Alves Santos
Conselheiro

André Luiz Amaral dos Santos
Conselheiro

D4Sign 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

31 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 12 de April de 2023, 00:46:59

Publicidade Legal - 12 de abril de 2023 - CHESF - BALANÇO pdf

Código do documento 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Apr 2023, 00:46:01
Documento 6535addd-066e-4778-85fe-3d68f7dd45d1 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T00:46:01-03:00

12 Apr 2023, 00:46:20
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-12T00:46:20-03:00

12 Apr 2023, 00:46:42
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.186.134.52 (179.186.134.52.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 12496). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SAFEWEB RFB v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2023-04-12T00:46:42-03:00

Hash do documento original
(SHA256):a8368b2d815e66f207de27b18cf16a8764a0a81c1907e522d4dc9f3c2d2ebd9b
(SHA512):d38a67131af0932af44d16ed91faa383be8daabf6a99743e7bf0e49d655f952cbbbf0859ccca7cb8d198ce31a7a89f02c4f6c062c938a5fc0cd3ea0f33b1774a

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign